



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 50 TERÇA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2016



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 53ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE ABRIL DE 2016

1.1 – ATA	5
1.1.1 – ABERTURA	5
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	5
1.1.2.2 – Oradores	
SENADOR RICARDO FERRAÇO - Reflexões acerca do instrumento do <i>impeachment</i> e considerações sobre a atual situação nacional.....	5
SENADORA VANESSA GRAZIOTIN, como Líder - Lamento pela sessão da Câmara dos Deputados que decidiu pela aceitação do pedido de impedimento da Presidente da República.....	12
SENADOR PAULO PAIM - Preocupação com as repercussões negativas da admissibilidade do processo de <i>impeachment</i> da Presidente da República e defesa da realização de eleições diretas	14
SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Indignação com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da admissibilidade do processo de <i>impeachment</i> contra a Presidente Dilma Rousseff	17
SENADORELMAIRÓ MOTA - Críticas à decisão da Câmara dos Deputados pela admissibilidade do processo de <i>impeachment</i> da Presidente da República.....	20
SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder - Insatisfação com a aprovação da abertura do processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados	23
SENADORA ANA AMÉLIA - Satisfação pela paciência e pela convivência harmoniosa entre favoráveis e contrários ao <i>impeachment</i> nas manifestações populares ocorridas ontem; e outros assuntos	25
SENADOR HUMBERTO COSTA - Registro da repercussão internacional da votação do processo de <i>impeachment</i> na Câmara dos Deputados; e outro assunto	27
SENADOR JORGE VIANA - Críticas à sessão da Câmara dos Deputados que aprovou a admissibilidade do processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff; e outros assuntos	28
SENADOR BLAIRO MAGGI, como Líder - Críticas a parlamentares governistas por, supostamente, tentarem promover uma dicotomia na sociedade entre os favoráveis e os contrários ao <i>impeachment</i> ; e outros assuntos...	32
SENADORA ROSE DE FREITAS - Reflexão acerca da instabilidade do País e defesa da reforma política que institua o instrumento do recall e o sistema parlamentarista de governo	35
SENADOR RONALDO CAIADO, como Líder - Expectativa com a apreciação do <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal.....	41
SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Destaque à existência de fundamentação jurídica para o <i>impeachment</i> da Presidente da República	43
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder - Alerta para a falta de sustentação política do governo da Presidente Dilma Rousseff e defesa de celeridade na apreciação, pelo Senado Federal, do pedido de <i>impeachment</i>	46
SENADOR FERNANDO COLLOR - Apresentação do plano proposto pelo Bloco Parlamentar Moderador, intitulado “Brasil: Diretrizes para um Plano de Reconstrução”, o qual se propõe a promover a retomada do desenvolvimento econômico e social do País; e outros assuntos	49
SENADOR PAULO PAIM - Registro de mobilização de S. Ex ^a em torno da antecipação das eleições para Presidente e Vice-Presidente da República	76
SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Críticas ao discurso proferido hoje pela Presidente Dilma Rousseff; e outros assuntos	79
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder - Críticas às supostas tentativas da Presidente Dilma Rousseff e da sua base de apoio de desqualificar o Vice-Presidente Michel Temer; e outros assuntos	83
1.1.3 – ENCERRAMENTO	93

1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS**1.2.1 – EXPEDIENTE****1.2.1.1 – Abertura de prazos**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 100/2014.....	93
--	----

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 522/2013	93
---	----

1.2.1.2 – Expedientes de Ministros de Estado

Aviso nº 206/2016, na origem, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 1.280/2015, do Senador Paulo Bauer	93
---	----

Ofício nº 46/2016, na origem, da Ministra de Estado do Desenvolvimento Agrário, em resposta ao Requerimento nº 21/2016, do Senador José Medeiros	93
--	----

1.2.1.3 – Pareceres

Nºs 444 e 445/2016, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Agricultura e Reforma Agrária, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 100/2014.....	94
--	----

1.2.1.4 – Recurso

Nº 9/2016, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 522/2013.....	102
---	-----

1.2.1.5 – Requerimento

Nº 300/2016, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 531/2015.....	103
--	-----

1.2.1.6 – Término de prazos

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 44/2015	104
---	-----

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 212/2008; 313/2011; 132, 187, 225, e 303/2012; 119/2013; 118/2014; 730 e 741/2015.....	104
--	-----

1.2.2 – CONGRESSO NACIONAL**1.2.2.1 – Projeto de Lei do Congresso Nacional**

Nº 2/2016-CN, da Presidente da República, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências (Mensagem nº 144/2016, na origem). Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. (vide item 3)	104
---	-----

2 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO**2.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “A”)****2.2 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “B”)****2.3 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL (SUPLEMENTO “C”)****3 – MENSAGEM Nº 144/2016 (PODER EXECUTIVO)**

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 2/2016-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências (SUPLEMENTO “D”)

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO	105
-----------------------------	-----

5 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DIRETORA	108
--	-----

6 – LIDERANÇAS	109
-----------------------------	-----

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	112
--	-----

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	131
---	-----

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	141
--	-----

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	191
--------------------------------------	-----

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS	215
------------------------------------	-----

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	225
--------------------------------------	-----

53ª Sessão, Não Deliberativa , em 18 de abril de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Elmano Férrer, Raimundo Lira e José Medeiros.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 21 horas e 24 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (Vide item 1.2 do sumário)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pedi minha inscrição para falar no período de Liderança do meu Partido, o PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estou pedindo também para me inscrever para uma comunicação inadiável.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com o livro, eu era a segunda oradora inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas eu acho que é o livro de amanhã. Eu também me inscrevi como o sexto, mas é para amanhã. Vou conferir agora.

Hoje, a senhora está inscrita como a nona.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Hoje? Então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para amanhã a senhora é a segunda.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, eu gostaria de solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para uma comunicação inadiável?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Comunicação inadiável. V. Exª é o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Conforme for, eu inclusive cedo a minha vez. V. Exª fala e eu falo em seguida, porque ainda tenho que me organizar aqui.

Eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado, assim como os colegas aqui presentes.

Já se encontra no plenário o Senador Ricardo Ferraço, do Estado do Espírito Santo, a quem convido para usar a tribuna, já que é o primeiro orador inscrito.

Em seguida, para uma comunicação inadiável; depois o Senador Telmário, a Senadora Vanessa e o Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, que dispõe de vinte minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sras e Srs. Senadores, brasileiros e capixabas que nos acompanham pela TV Senado, Senadora Vanessa, Senadora Ana Amélia, nossos colegas, o sentido maior da minha vinda à tribuna é, naturalmente, repercutir a decisão adotada pela Câmara dos Deputados nesse domingo.

À luz dos fatos, das evidências, dos indicativos, mais de 70% dos Deputados Federais votaram favoravelmente à admissibilidade, ou seja, dando autorização para que o Senado Federal, como determina a Constituição Federal, como juiz natural, faça a avaliação relacionada aos crimes cometidos pela Presidente Dilma e pelo seu Governo.

Diante desses fatos, Senadora Ana Amélia, procurei orientação e inspiração em um conterrâneo de V. Exª, homem público de extraordinária presença não apenas na política do Rio Grande do Sul, mas na política brasileira. Ex-Senador da República, Ministro da Justiça, catedrático em Direito Constitucional da PUC de Porto

Alegre, Ministro do Supremo Tribunal Federal, é sempre dele, do Prof. Paulo Brossard, o mais completo estudo científico desapaixonado sobre o instituto do *impeachment*, que não nasce no Brasil e tampouco tem vida curta, tem uma vida muito, muito longa.

Deixou Paulo Brossard, homem público de primeira grandeza, que teve um compromisso fundamental em sua vitoriosa e exitosa jornada pessoal, política e existencial, muitos ensinamentos. Paulo Brossard foi um homem devotado à causa democrática. Lutou e resistiu duramente contra o regime autoritário e a ditadura militar, de quem foi um duro e competente opositor.

E vêm desse extraordinário homem público, jurista e político os principais ensinamentos sobre o instituto do *impeachment*, que pela segunda vez o nosso País está tendo que enfrentar, o que não é motivo de alegria para nenhum de nós. Nenhum de nós deve torcer para uma circunstância e uma quadra como essa, porque essa circunstância e essa quadra é uma quadra delicada da nossa vida política.

O fato objetivo é que o estudo completo do ex-Ministro Paulo Brossard, Senador Lindbergh, ganha mais dimensão e domínio a partir de 1992, porque os ensinamentos contidos no livro do ex-Ministro Paulo Brossard, de 1965, foi escrito ainda como tese acadêmica para acadêmicos e especialistas, mas, a partir do impedimento do Presidente Collor, a obra de Paulo Brossard, sobretudo o que está relacionado com o *impeachment*, ganha muito mais dimensão e popularidade.

O estudo do Prof. Paulo Brossard estabeleceu com precisão a exata fisionomia do *impeachment*, sua natureza, sentido, alcance e objetivo; seu lugar, inclusive, na órbita Federal e dos Estados.

Fez Paulo Brossard uma profunda pesquisa, com riquezas de detalhes, sobre o nascimento do *impeachment*, ainda na Grã-Bretanha, depois migrando para os Estados Unidos, de onde recolhemos a inspiração para incorporar, no Direito brasileiro, a figura do *impeachment*, a partir da República, com plena jurisdição, como se fosse um tribunal, aplicando a pena que for necessária.

Nos Estados Unidos, o Senado decide apenas pela perda ou não do cargo do Presidente. O homem permanece intocado. Há ali um confronto de tese, porque, no Parlamento britânico, o *impeachment* não é apenas um julgamento político. Aplicam-se também as penas comuns, ou seja, aquilo que está previsto no Código Penal, diferentemente do Brasil.

Em nosso País, seguimos o modelo norte-americano. No limite, o que se faz é, de fato, o afastamento, no caso Federal, do Presidente da República, e, no caso dos Estados, dos Governadores, porque o *impeachment* também é um instrumento para afastar Governadores que eventualmente vão de encontro às Constituições estaduais.

O fato objetivo é que, na República, passou a ser simplesmente político, como nos Estados Unidos, e assim segue nos dias atuais. Não tem no Brasil, assim como nos Estados Unidos, o caráter de pena, buscando apenas retirar, afastar o governante do seu cargo.

Leiona Paulo Brossard que, antes de tudo, o interesse maior é proteger o Estado e não punir o delinquente. Uma vez afastado o governante do seu cargo, o processo já não tem mais sentido algum e não prosseguirá. O que motiva o processo é o governante que gera erroneamente a coisa pública, e sua condenação não tem caráter de pena, visando apenas que ele deixe o cargo. Ou seja, o *impeachment* é, portanto, um julgamento político em bases jurídicas, e não tem o caráter de punir o governante, mas de proteger o Estado do governante que viola a Constituição Federal, como é o caso, a meu juízo, da Presidente Dilma. Uma vez afastada em definitivo – o que considero ser o caminho natural –, ela terá que responder pelos seus crimes comuns diante do Supremo Tribunal Federal.

O estudo do Prof. Brossard é exaustivo e magnificamente organizado e apoiado na melhor doutrina existente na época. Dispôs-se, como disse aqui, a deixar clara a fisionomia do *impeachment*, sua natureza, sentido, alcance e objetivo, seu lugar na órbita federal e também nos Estados.

Bebendo, enfim, dessa fonte, retiramos a lição de que o processo de *impeachment* tem um forte ingrediente político e só avança na medida em que o governo transgride os bens constitucionalmente protegidos por sua figura, distanciando-se, portanto, da sociedade. Sua legitimidade encontra-se no âmbito da Constituição e exige, além desse evidente ingrediente político, que tenha havido o chamado crime de responsabilidade, consistente no atentado aos valores basilares da República e da democracia, enunciados no art. 85 da Constituição Federal.

Mas a sua natureza e expressão política, além de sua grave repercussão, ou seja, a mais severa delas, a de afastar o Presidente da República, remete ao juízo sobre as condições para sua efetivação, tanto a jurídica, no caso, a ocorrência do crime de responsabilidade, como a política, sua necessidade para a preservação do Estado desse governante que viola as regras constitucionais. Ou seja, ao Poder Legislativo é dada essa prerrogativa, em primeiro plano, à Câmara, que faz a denúncia, e, num segundo momento, ao Senado, que é o julgador natural das denúncias e das acusações.

O Poder Judiciário, por não ter seus agentes derivados do voto popular, não reúne as condições de legitimidade política para interferir nesse julgamento de mérito. O mérito, portanto, do impedimento da Presidente da República é do Congresso brasileiro: num primeiro momento, da Câmara, e, no segundo momento, do Senado, que acaba se transformando em uma espécie de tribunal extraordinário, de juiz natural.

Não por outro motivo, em todas as democracias estáveis, esse é um processo, como eu disse aqui, que tem como juízo natural o Parlamento.

Nosso Constituinte foi nessa esteira de entendimento. Estabeleceu um processo em que a Câmara dos Deputados, ao admitir a denúncia, torna-se autora; e o Senado, o seu juiz natural. Teve também o Constituinte o cuidado de estabelecer um processo em que as decisões parlamentares se darão por maioria qualificada, capaz de constatar tanto a gravidade política da acusação como da situação política que exija o afastamento da Presidente da República. Esse quórum qualificado igualmente assegura que não se estabeleça uma maioria circunstancial ou mesmo uma maioria despótica. E é o caso. Mais de 70% dos Deputados Federais, aliás, alinhados com a opinião pública brasileira, votaram pelo impedimento. Essa votação, por óbvio, não é obra apenas daqueles que fazem oposição: grande parte desses votos veio da própria Base do Governo. O Governo está experimentando aquilo que plantou ao longo desses anos, que foi um esgotado presidencialismo de coalizão que, na prática, se revelou, ao longo do tempo, como um presidencialismo de cooptação. Ou seja, o que esteve em jogo foi a fragilidade da identidade política e programática dessa Base política, que sempre se estabeleceu pelo troca-troca, pelo aparelhamento, efetivamente, pela velha política, pela política de baixa qualidade, na qual se coloca o interesse...

A Sra. Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador, concede-me um aparte?

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Para mim também, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu vou ouvir V. Ex^a com muito prazer, assim como ao Senador Lindbergh, eu só peço um pouco de paciência a S. Ex^{as}, para que eu possa concluir o meu raciocínio. Terei, por óbvio, prazer e alegria em debater com V. Ex^{as}.

Portanto, não foi apenas a oposição, foi a própria Base do Governo que ruiu. E ruiu por quê? Porque essa Base nunca foi construída tendo como fundamento princípios, valores, projetos, programas. Não, essa Base foi construída em torno dos elementos mais frágeis de um Governo, ou seja, o interesse do curto prazo, o interesse do particular, o interesse do financiamento, o interesse, enfim, de manter o patrimonialismo partidário como forma de se estabelecer. Aí a Base ruiu. Quando o Governo precisou da sua Base, onde estava ela? A Base bateu asas, por conta dessa absoluta desorganização.

A Constituição de 1988, ao manter o remédio extremo do *impeachment*, estabeleceu, portanto, a necessidade da ocorrência de crimes de atentado contra as bases republicanas e democráticas praticados pelo Presidente da República e um procedimento de julgamento capaz de assegurar um juízo de valor político acerca da gravidade do crime e da crise política decorrente do desajuste do Governo para com a sociedade.

A Lei nº 1.079, de 1950, regulando o art. 85 do Texto Constitucional, imputa como crime ações, mas não apenas ações e atos, também omissões que atentem contra, entre outros, a probidade na Administração e na Lei Orçamentária. Aqui há naturalmente um debate, um debate que vai se estabelecer e vai se esgarçar nesta Casa, porque, para o meu juízo pessoal, a Presidente da República e o seu Governo cometem crime de responsabilidade, diferentemente – tenho certeza – daquilo que pensa o Senador Lindbergh, a Senadora Vanessa e tantos outros.

Acontece que o juiz natural que vai avaliar se houve crime ou não são os Senadores da República, não por ordem e capricho de cada um, mas porque a Constituição Federal delega ao Senado da República este papel, o papel de julgar se houve ou não crime.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não cabe à Câmara dos Deputados dizer se houve ou não crime. Cabe à Câmara fazer a acusação. E todos nós, ao longo dos próximos dias e semanas, teremos que estar debruçados em torno deste tema. Eu pessoalmente estou convencido de que a Presidente Dilma violou a Constituição Federal; estou convencido de que ela atentou contra a Lei Orçamentária, atentou contra a probidade administrativa. E nós teremos amplo espaço para o enfrentamento dessas teses ou dessas opiniões ou desses juízos de valor ao longo dos próximos dias.

Vejam que a Constituição, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, fala de ato da Presidente. O ato próprio da Presidente está por óbvio nos decretos, mas a omissão no dever funcional se compara ao ato quando ele se revela doloso. E eu estou também convencido de que tudo o que aconteceu em relação a essas violações, não apenas atentando contra as leis orçamentárias, mas assim como atentando contra a probidade administrativa, na minha opinião, na minha convicção, foi feito de caso pensado, foi feito de forma absolutamente premeditada.

Ao discorrer sobre tais crimes, a Lei nº 1.079 tipifica não só a ação como a omissão do Presidente da República em atentar contra esses valores. Portanto, não só os atos típicos e próprios praticados pelo Presidente da República, mas também sua omissão no desempenho de seu poder-dever de zelar pelos princípios republicanos e democráticos, poderão, a meu juízo, ensejar a prática de tais crimes.

A denúncia que receberemos e que nos exigirá o desempenho de nossa função constitucional de julgar a Presidente Dilma lhe imputa crimes de atentado à Lei Orçamentária e à probidade administrativa.

Quanto à Lei Orçamentária, por infringir, patentemente e de qualquer modo, dispositivos da Lei Orçamentária: ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado, sem fundamento na Lei Orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; ordenar ou autorizar, em desacordo com a Lei, a realização de operações de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta – no caso dos bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e assim por diante –, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; todos, segundo a denúncia, praticados por atos próprios atribuídos à Presidente da República.

Quanto à probidade na Administração, por não tornar efetiva a responsabilidade de seus subordinados quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição e por proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

Estamos diante de um modelo de governo, de um método de governar que se baseia na crença...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... de que tudo é possível para realizar um projeto de poder quase messiânico, que dispensa os contrários e despreza a lei quando a lei não lhe interessa ou quando a lei lhe convém.

Estamos diante de uma cultura política, liderada pela Presidente, pelo seu Partido e pelos seus aliados, que acredita que tudo é válido para ganhar as eleições, que tudo é válido para governar, desde mascarar as contas públicas até a prática de estelionato eleitoral, em que se promete o que se sabe que não se vai cumprir.

A crise é grave e sua solução se dará pela afirmação dos valores republicanos e democráticos – já vou caminhando para o encerramento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já foram 20 minutos e há ainda os apartes. Falo isso para podermos dar uma dinâmica. Mas V. Ex^a terá o tempo necessário para fazer o discurso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a delicadeza de V. Ex^a.

A crise é grave e sua solução se dará pela afirmação dos valores republicanos e democráticos que adotamos na Constituição de 1988 e na manutenção da tradição desta Casa. Aliás, o Senado é a mais antiga das instituições brasileiras. O Senado sempre soube, com serenidade, mas com firmeza, manter a unidade nacional e corresponder à vontade soberana do povo brasileiro. Assim foi. Assim é, Sr. Presidente. E estou seguro que assim será.

Tenho a mais absoluta convicção de que o Senado Federal saberá corresponder para com as expectativas da sociedade brasileira, procedendo a um julgamento justo, que compreenda o legítimo direito de defesa e do contraditório, mas atento à grave crise política gerada pelo Governo, de gravíssimas consequências para a sociedade, sobretudo para os mais pobres, para os mais humildes; procedendo a um julgamento intocável, do ponto de vista constitucional, agindo como juiz natural, última e mais legítima instância para apreciação da fundamentação do pedido de afastamento da Presidente, sua oportunidade e sua necessidade para que possamos reconstruir o nosso País a partir de todos os fatos e atos que estão presentes em nossa realidade.

A meu juízo, é o caminho da Justiça, até porque postergar a Justiça é negar, por assim dizer, a própria democracia.

Como as mulheres estão, meu caro Senador Lindbergh, sempre em primeiro lugar, peço licença a V. Ex^a para ouvir a Senadora Vanessa Grazziotin e, em seguida, terei a honra de ouvi-lo.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Ferraço, quero dizer que serei mais breve do que eu gostaria, porque o tempo de V. Ex^a já expirou... Creio que a gente, como diz o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço, porque há vários colegas que querem expressar sua opinião sobre a sessão de ontem na Câmara. Eu sou, inclusive, um dos inscritos.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente. Então, até por conta de que o tempo do nobre e querido colega Senador Ferraço já tenha expirado, serei muito breve.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Fique à vontade. É um enorme prazer ouvir V. Ex^a.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Ferraço, quero primeiro cumprimentar V. Ex^a e comparar um pouco o que está sendo o discurso de V. Ex^a com aquilo que vimos durante todo o debate da mais longa sessão já realizada pela Câmara dos Deputados. Eu não me recordo, Senador Ferraço, de quantos subiram à tribuna, seja ocupando o espaço da Liderança de partido, seja por inscrição individual ou até mesmo no encaminhamento do voto. Tenho analisado questões relativas ao teor do processo de *impeachment*. Todos lá diziam: “porque há muito desemprego”, “porque a Lava Jato”, e, aliás, vaiavam muito os Deputados que criticavam o Presidente que conduzia aquela decisão, o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha. Ele, sim, diferentemente da Presidente Dilma, é réu no Supremo Tribunal Federal, sobre quem pesam inúmeras provas, não apenas suposições ou ilações, mas provas. Então, creio, Senador Ferraço, que esse é o rumo que devemos adotar aqui, no Senado Federal, porque impopularidade, crise econômica...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... não são razão para impedimento de nenhum Presidente da República. Senador Ferraço, vamos ter aqui, nesta Casa, no mínimo, um belo debate. Vamos ter a oportunidade, e V. Ex^a já sabe da nossa opinião – a cada dia, quanto mais eu estudo, mais tenho razão, mais acho que a razão está do nosso lado: ela não cometeu nenhum crime de responsabilidade, nenhum crime. Aliás, não fez nada diferente do que fizeram presidentes anteriores, não só Lula, mas Fernando Henrique também. Sobre operação de crédito, eu acho que a melhor defesa para nós, Senador Lindbergh, é o relatório do Deputado Jovair Arantes. Quando fala nisso, ele diz: “Há um questionamento sobre se é ou não operação de crédito. Pode até não ser, e até acho que não é, mas passa, na dúvida, passa, porque quem vai decidir o mérito é o Senado”. Então, acho que temos aqui que elevar o nível do debate, Senador Ferraço. O que nós vimos ontem...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou concluindo, Sr. Presidente (*Fora do microfone*). O que nós vimos ontem foi um conjunto de manifestações de absoluta intolerância, absoluto desrespeito. V. Ex^a viu tanto quanto eu, como viu todo o povo brasileiro. Acho que aqui o debate tem que ser de alto nível e sobre aquilo que temos de debater. A Presidente não está sendo julgada politicamente, por crise econômica, por nada, apenas por dois fatos contidos no processo de *impeachment*, que são as tais pedaladas e os tais decretos. Então, cumprimento V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, porque não tenho dúvida de que teremos um grande debate, um debate de alto nível; e não aquilo que vimos na Câmara dos Deputados nos últimos dias. Muito obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – De tudo o que V. Ex^a falou, tenho divergências, mas absolutamente respeito, porque a questão do respeito é uma preliminar para a convivência democrática e para a diversidade; acho que é uma obrigação respeitar, não apenas a opinião de um semelhante Senador...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... mas respeitar a opinião de qualquer cidadão.

Eu tenho apenas uma convergência com V. Ex^a. De fato, a Presidente Dilma não pode ser julgada porque está com baixa popularidade, pois popularidade, na vida pública, é circunstancial. Em alguns momentos, ela vai muito bem, em outros momentos, ela vai muito mal.

Mas, a meu juízo, há um julgamento de legitimidade! E eu explico o porquê, pois, Senadora Vanessa Grazziotin, é um equívoco partir dessa premissa equivocada. O voto, por óbvio, é a forma de nós nos habilitarmos para exercermos o mandato em nome da sociedade. O voto popular é uma premissa. Mas o voto popular não garante, ele não é um salvo-conduto, ele não pode permitir que as pessoas saiam transgredindo de qualquer forma!

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Quando você tem o voto popular no exercício do seu mandato, e não o legitima no dia a dia, você está perdendo a legitimidade.

E nós vamos ter oportunidade aqui para, detalhadamente – V. Ex^a com o seu juízo de valor, enfim, eu com o meu –, debatermos, de maneira frontal, onde a Presidente da República afrontou a Constituição, onde ela atentou contra as leis orçamentárias, que é um sistema como um todo, e, ao atentar contra as leis orçamentárias, o que ela proporcionou.

O que está na origem do seu atentado é a mais absoluta desorganização do nosso País, que está mergulhado hoje num colapso, não apenas financeiro, mas econômico.

Mas teremos tempo, V. Ex^a e eu, e tantos outros Senadores, de fazermos esse debate.

Eu agradeço a V. Ex^a, mesmo divergindo, pelas contribuições ao meu pronunciamento.

E ouço naturalmente, com o mesmo prazer, o Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – No começo, só uma pequena correção: não é a segunda vez que temos um processo de impeachment, é a terceira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pós-momento em que o Brasil voltou a votar para presidente da República. Pós-Collar.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É porque eu ia citar o caso de Getúlio Vargas também, que teve um pedido feito por Wilson Leite Passos, que foi vereador do Rio de Janeiro depois.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas foi recusado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Foi recusado. E pedia em cima de empréstimos ao jornal Última Hora. A História sabe desse episódio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sempre lembrando que Getúlio se salvou do impeachment, mas, pouco dias depois, suicidou-se.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro, porque os golpistas continuaram naquele momento insano! E não foi só com Getúlio; foi com Juscelino, foi com Jango. V. Ex^a pode estar certo de que o que aconteceu ontem na Câmara, aquele circo de horrores, que espero o Senado rebata aqui, ficará na história como um golpe! Eu não tenho dúvidas! E vou entrar aqui nos pontos concretos, porque, infelizmente, quem viu aquela sessão da Câmara no dia de ontem viu tudo, menos Parlamentares votando, argumentando sobre questões políticas e jurídicas. A admissibilidade também, esse processo todo do impeachment é um processo político e jurídico. Eu vi gente ali votando pela paz em Jerusalém; vi Bolsonaro falando do torturador Brilhante Ustra; ouvi também Eduardo Cunha dizendo “que Deus tenha misericórdia desta Nação”; ouvi a Deputada Raquel Muniz citar seu marido, Prefeito de Montes Claros, bradando contra a corrupção – e o prefeito foi preso hoje pela manhã, numa operação da Polícia Federal! Eu vi aquilo como um escândalo. Eu espero que, no Senado Federal, tenhamos um debate de altíssimo nível, com argumentos....

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E V. Ex^a foi para um campo que tem de existir: o campo jurídico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Claro.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Falou de Paulo Brossard e fez boa intervenção nesse sentido. Mas é aí que eu quero chegar, com V. Ex^a, aos pontos concretos, porque, na semana passada, V. Ex^a fez um pronunciamento falando de 2014. Primeiro, é preciso dizer o seguinte: o Presidente da Câmara acolheu apenas denúncias relativas a 2015. O Supremo Tribunal Federal, na sexta-feira, antes da votação da admissibilidade na Câmara dos Deputados, Senador Ricardo Ferraço, também decidiu dessa forma. O que está em discussão aqui são os pontos acolhidos pelo Presidente da Câmara. Então, vamos aos pontos. Aqui nós não vamos ficar três semanas fugindo dos pontos, fazendo discurso aberto não! Temos de ir! Tem de haver crime, tem que haver ato da Presidente. Isso se resume a quê? A duas questões...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Isso para V. Ex^a; para mim, não.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não é para V. Ex^a; é para o Supremo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas só para contribuir com o raciocínio de V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a pode contribuir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O Senado Federal cumpre uma prerrogativa constitucional de ser o juiz. Nós somos aqui o juiz natural, e cada um de nós vai firmar o seu valor de juízo e vai exercer o seu voto.

Portanto, nesse particular, em casos de enfrentamento de impedimento, o Senado Federal é transformado num tribunal extraordinário, especificamente para julgar se houve ou não.

Vai caber a cada um de nós firmar o juízo de valor. Aquilo que para V. Ex^a pode parecer correto, para mim, pode não parecer! Imagine V. Ex^a se todos os juízes do Supremo Tribunal Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... tivessem a mesma opinião sobre as questões que lhe são submetidas!

Apenas essa contribuição.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas escute, Senador: o Supremo circunscreveu em dois pontos. Por quê? Porque a Presidente tem que ter direito de defesa. Você não pode...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Tem que ter...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Escute! Escute! Você não pode condenar uma Presidente em cima do conjunto da obra. Ela tem que se defender pontualmente em cima das acusações. E o Supremo decidiu; não sou eu e V. Ex^a, não. O Supremo decidiu: são dois pontos. São dois pontos, Senador Ricardo Ferraço. Então, primeiro ponto: Plano Safra. Não é nem pedalada de forma geral. É um ponto só: Plano Safra de 2015. O primeiro ponto sobre esse aspecto: não existe ato da Presidenta. Plano Safra existe há muito tempo e é gerido sabe por quem? Pelo Ministro da Fazenda e pelo Conselho Monetário Nacional. Como...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu pediria...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu vou ser bem rápido. Eu vou ser bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu pediria que concluisse porque, após...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a está certo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já são 30 minutos. Não pode mais conceder aparte num tempo que não existe mais.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu pergunto: como ter crime de responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu pediria ao colega que...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vou acabar. Como ter crime de responsabilidade se não existe ato da Presidenta? Responda-me isso, Senador Ricardo! A segunda resposta que tem que me dar: em relação a créditos suplementares. O art. 4º da Lei Orçamentária é claro: o Governo pode, sim, abrir crédito suplementar, desde que respeitado o superávit primário. Quem foi que mudou a meta do superávit primário? Fomos nós, o Congresso Nacional!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Após.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – No PLN 5 após!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Após.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agora, o Orçamento, se V. Ex^a for estudar, é anual; é o princípio da anualidade. Você resolvendo lá, você resolve... Mais grave, para encerrar. Sabe quando o Tribunal de Contas mudou o entendimento? Em outubro. Antes disso, o entendimento do TCU...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tanto em relação às pedaladas quanto ao decreto de créditos suplementares. V. Ex^a sabe, V. Ex^a é Senador, que a lei não pode retroagir para prejudicar. O Governo assinou esses seis decretos antes de outubro! Então, explique, Senador, objetivamente, em cima desses pontos. Não adianta fugir, ir para outro assunto, porque o tema é esse. A decisão do Supremo é que são esses dois assuntos em que a Presidenta Dilma está acusada de crime de responsabilidade. Eu queria que os senhores entrassem nesses pontos específicos.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A decisão do Supremo não foi essa. O Lewandowski, no final, concluiu isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador...

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... mas eu acompanhei até a madrugada; nenhum juiz decidiu isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador Lindbergh...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a está enganado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Se V. Ex^a me garantir a palavra, eu vou...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a está enganado. Pode pegar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por favor, eu pediria... Temos orador. Eu só peço ao colega que ele possa concluir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu estou tentando!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, não. não. Eu peço que conclua. Já são 38 minutos, Senador. Eu faço um apelo, eu tenho que fazer, senão eu não tenho...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Ex^a vai apelar, e eu vou atender V. Ex^a. Eu vou concluir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra o querido colega Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a V. Ex^a. O fato objetivo, meu caro Senador Lindbergh, é que cada um de nós aqui vai firmar o juízo de valor. Cada um de nós vai firmar o nosso juízo de valor, e não cabe a V. Ex^a patrulhar o meu juízo de valor. E eu também não vou patrulhar o juízo de valor de V. Ex^a, porque, acima de dever satisfação a V. Ex^a, eu devo satisfação à sociedade brasileira.

E, como juiz, eu saberei exercer o meu juízo de valor. Agora, vou respeitar a opinião de todos os meus colegas, mas não vou admitir ser patrulhado.

Por óbvio, é o seguinte, Presidente: temos prazos agora que precisam ser obedecidos. A Mesa dispõe de 48 horas para publicar um ato, constituindo uma comissão que vai decidir pelo afastamento preliminar da Presidente da República. E nós precisamos, Sr. Presidente – aí, sim, meu caro Senador Lindbergh – obedecer ao devido processo legal...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... obedecer ao rito, ao contraditório, estabelecer todo esse rito; mas nós não podemos demorar; nós precisamos ser precisos no prazo porque o Brasil não suporta continuar exposto a esse grau de indefinição e de incertezas.

Agradeço, Senador Jorge Viana, pela condescendência e delicadeza de V. Ex^a com a extensão do tempo, mas, mais uma vez, o responsável foi o Senador Lindbergh, que se arrastou no seu aparte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, e agradecê-lo pela compreensão, porque tenho a obrigação de, presidindo a sessão, dar uma dinâmica, e a base é o Regimento, mas é um tema que chega agora ao Senado, e V. Ex^a trouxe argumentos importantes. E, visando dar sustentação ao debate que atenda ao interesse público, eu estendi o tempo de V. Ex^a.

Convidado, para fazer uso da tribuna, a Senadora Vanessa Grazziotin, já que a Senadora Fátima Bezerra não está presente. Sem prejuízo, vou intercalando com a Líder.

Pela liderança do PCdoB, a Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, teremos os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, como inscritos, e a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^ss Senadoras, Sr. Presidente, primeiro eu quero iniciar meu pronunciamento não da forma que havia preparado, mas vou tecer alguns comentários sobre o que aqui acabamos de debater com o Senador Ferraço, sobretudo algumas posições aqui colocadas no aparte final dado ao Senador Lindbergh.

Não há dúvida, Sr. Presidente, do ponto de vista da Constituição, da Lei nº 1.079, de todos os dispositivos legais, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, da última decisão do Supremo Tribunal Federal, de que o crime de *impeachment* não é algo abstrato ou aberto; é algo concreto e definido. Tanto que houve, sim, a decisão de que a análise seja feita apenas nos fatos que foram acatados pela Mesa da Câmara dos Deputados, pela Presidência da Câmara dos Deputados, e que ontem foi votada no plenário da Câmara. Então, eu acho que querer fugir daí, Sr. Presidente, num linguajar bem popular, podemos dizer o seguinte: estão querendo fugir da raia, que foi tudo o que aconteceu nesses últimos dias na Câmara dos Deputados.

Pois bem, Sr. Presidente, o placar que tivemos ontem, na votação, foram 367 votos a favor da continuação do processo. E por que eu digo continuação? Não é nem admissibilidade; é a remessa, autorização para decisão da Câmara em remeter a denúncia para o Senado Federal. E é o Senado Federal que vota a admissibilidade ou não.

Veja, apesar de essa não ter sido a primeira decisão do Sr. Eduardo Cunha, infelizmente ainda Presidente da Câmara dos Deputados, que ontem, na maior frieza e cara de pau, Senadora Gleisi, presidiu toda a sessão.

É inacreditável que isso esteja acontecendo num país chamado Brasil, que, aliás, foi motivo de manchetes e capa de quase todos os jornais importantes do mundo. Como tantas pessoas denunciadas em crimes de desvio, de corrupção, alguns até já julgados, julgam uma Presidente contra quem não há uma denúncia sequer, Senador Jorge Viana? Isso não sou eu que estou dizendo; é o *New York Times*, é o *Le Monde*, são todos os jornais importantes que circulam em vários países.

Mas, veja: no dia de ontem, o que a Câmara decidiu, com uma vantagem de 25 votos – é bom que se diga –, superando os dois terços em 25 votos, é que o processo vem para o Senado Federal.

Eu repito: a primeira decisão do Senhor Eduardo Cunha, que é – como eles próprios dizem – o herói do *impeachment*... E, Senadora Gleisi, eu fiquei estarrecida ao ouvir palavras de um Deputado que, eu acho, ou relatou, ou presidiu alguma CPI importante, na Câmara dos Deputados. Acho que é o Deputado Serraglio, que disse o seguinte: "Eduardo Cunha exerceu um papel fundamental para aprovarmos o *impeachment* da Presidente. Merece ser anistiado." Eu não creio que ele tenha dito isso, não.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Permita-me um aparte, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não creio que ele tenha dito isso, não, porque eu conheço o Deputado. Mas o que nós vimos ontem foi um desfile de barbaridades. E eu não estou aqui querendo diminuir o papel de ninguém. Eu me refiro ao ponto de vista da política. Eu não quero entrar no mérito de mandar abraços, de dedicar, do respeito à mãe e à família.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho que não nos cabe a análise sobre esse tema e sobre esse aspecto. Eu me refiro ao conteúdo político. Então, num primeiro momento, o que o Sr. Eduardo Cunha queria? Ele queria dizer, Senadora Gleisi, que a admissibilidade era da Câmara. Aprovado lá, automaticamente, o Senado abriria o processo e afastaria a Presidente da República. O Supremo disse: "Na-na-ni-na-não. Não. Vota por maioria absoluta na Câmara, e o processo segue ao Senado." Esse, sim, tem que analisar, em primeiro lugar, a admissibilidade ou não.

Senadora Gleisi, eu concedo o aparte a V. Exª.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É porque eu peço... Não, não temos aparte...

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vai ser muito rápido. Um minuto só. É preciso dar mais um pouco de tempo, Presidente. Por favor. É muito rápido, Senadora Vanessa. V. Exª falou do Deputado Serraglio, do Paraná. Eu acredito que ele tenha falado isso mesmo, porque majoritariamente a Bancada do Paraná votou a favor do *impeachment*, do golpe, fazendo discursos fortes contra a corrupção. Mas só uma Deputada, a Deputada Christiane Yared, teve a dignidade e a coragem de falar também do governador do Estado, porque o nosso Estado hoje não está sendo governado por administradores virtuosos. Muito pelo contrário: o Governador Beto Richa está envolvido numa série de escândalos de desvio de recurso de escolas, na questão da receita estadual, com problemas de envolvimento de seus assessores até em orgias, e ninguém fala nada. É como se estivesse tudo bem no Paraná. E o Deputado Serraglio é um dos apoiadores do Governador Beto Richa. Nós temos, no nosso Estado, infelizmente, uma indignação seletiva. Eu gostaria muito que os Deputados paranaenses tivessem a mesma postura em relação ao Governador. E quero só reforçar, Senadora Vanessa, nós vamos estar aqui iniciando, sim, um processo de resistência a esse golpe. Hoje esta Casa começa a fazer isso. Nós começamos a resistência e a luta para que não haja golpe, para que o Brasil não fique manchado, como está ficando com as manchetes internacionais, virando motivo de chacota com a situação dos Deputados e com o que eles falaram durante a sessão legislativa. Tenho certeza de que V. Exª e muitos dos nossos colegas têm responsabilidade de discutir aquilo que tem que ser discutido, os elementos jurídicos para se dar ou não a instalação de um processo de julgamento da Presidenta da República. E que nós sabemos que não há.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço e já encaminho para a conclusão, Senador Jorge Viana, mas eu não posso aqui deixar de falar e de fazer alguns comentários a respeito disso.

O Senador Lindbergh citou aqui o caso da Deputada Raquel Muniz.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Hoje também capas de vários jornais do Brasil mostram que o marido da Deputada foi preso hoje, mas olha o que disse a Deputada ontem, abre aspas: "Meu voto é em homenagem às vítimas da BR-251, é para dizer que o Brasil tem jeito e que o Prefeito de Montes Claros mostra isso para nós com a sua gestão." Senador, ele foi preso hoje. Ela utiliza como exemplo o seu marido, o Prefeito de Montes Claros, e hoje ele foi preso por uma investigação da Polícia Federal por desvios de recursos.

Aliás, há um site – acho que é nexo.com.br – que fala do perfil dos Deputados que votaram ontem, Senador Jorge Viana. Muitos deles denunciados na Lava Jato e querendo tirar uma Presidente eleita com 54 milhões de votos, sem que essa Presidente tivesse cometido um crime sequer. Eu repito: e ainda aplaudindo o Eduardo Cunha.

O que a população, Senadora Gleisi, precisa saber é que, se isso, por acaso, acontecer... E eu tenho muita esperança de que não vai acontecer, porque aqui nós vamos julgar o *impeachment*...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... do ponto de vista do seu conteúdo e não sob a questão da política geral, como eles querem dizer. Eu não tenho dúvidas de que, discutindo isso, a Presidente não terá a sua denúncia sequer admitida aqui, no Senado Federal.

Veja, eu tenho muita esperança, mas o que eles querem fazer? Aplicar o projeto deles, que eles têm desde as eleições de 2014. E qual é? Michel Temer para Presidente com Eduardo Cunha para Vice. Já mudaram o Conselho de Ética da Câmara para livrar Eduardo Cunha. Presidente Michel Temer, repetindo, e Vice-Presidente Eduardo Cunha, para quê? Para aplicar o programa “Uma Ponte para o Futuro”, que nós chamamos de “O Túnel para o Passado”, Senador Paim.

E olhem aqui os jornais de hoje, no *Valor Econômico*: “Temer proporá ao Congresso uma DRU ampliada.” O que é a DRU ampliada? É a que desvincula a verba da saúde, desvincula a verba da educação, mais a desindexação, Senador Paim, dos programas sociais que são atrelados à variação do salário mínimo e à reforma da Previdência Social.

Quais são os programas atrelados ao salário mínimo? Por exemplo, o Bolsa Família é de acordo com o salário mínimo. Congelam para devagarzinho ir acabando. Eles estão dizendo: “Não é verdade. Nós não vamos acabar com o Bolsa Família.” Não vão acabar de uma vez, numa cajadada só, como falam lá na minha terra, mas vão acabando devagarzinho, desvinculando do valor da Previdência Social.

Senador Jorge Viana, eu lamento muito o ocorrido, no dia de ontem, na Câmara dos Deputados, mas acho que nós teremos aqui, em torno de dez dias de debates muito profundos. E eu quero convidar a população brasileira e, Senadora Gleisi, todos os meios de comunicação. Não vale colocar ao vivo só a parte final. Coloquem, todos os dias, as várias opiniões...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...dando o mesmo peso, sem expressar opinião, pois, muitas vezes, manipulam e tendenciam a população a chegar a conclusões não a partir da verdade, mas a partir do que eles querem. Então, transmitam. Esse debate vai ser importante. Vamos discutir o que são pedaladas, o que é operação de crédito, o que é suplementação orçamentária.

A Deputada Yared tem razão, porque, se for isso com a Presidente agora, depois o Michel Temer terá de perder o seu mandato também, porque ele também assinou, fora os mais de 14 governadores Brasil afora, bem como aqueles que já cometem crime e os que continuam cometendo crime agora. Então, eu acho que esse debate precisa ser acompanhado do início ao fim, com muita atenção, pela população brasileira.

Digo, com muita alegria, que o meu Partido hoje esteve no Palácio, levando a nossa solidariedade para essa mulher guerreira, forte e lutadora, que resiste e resistirá, que é a Presidente Dilma.

Obrigada, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência agradece a colaboração também de V. Ex^a e a cumprimenta, Senadora Vanessa Grazziotin.

Convido o Senador Paulo Paim, pela inversão com o Senador Telmário Mota, para fazer uso da tribuna como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, que preside esta sessão, eu fiquei, em Brasília, todo o fim de semana. Achei que era uma data, queiramos ou não, que marca o cenário nacional, e não seria, na minha avaliação, adequado que eu fosse para os Estados, porque havia convite para eu ir a três Estados.

Confesso, Sr. Presidente, que assisti à fala do debate sobre o afastamento da Presidência de mais de 400 Deputados e fiquei preocupado. Não diria que fiquei assustado, porque não sou de me assustar com facilidade, mas vi centenas de Deputados irem à tribuna, na verdade, não sabendo o que estavam votando. Falavam de tudo menos do processo do chamado *impeachment*. Um falava da estrada, outro da ponte, outro falava da filha, outro falava do filho que ia nascer, outro falava de um acidente que houve, outro falava da Lava Jato, outro falava da Petrobras, outro falava de Zelotes, em que a maioria está envolvida. Confesso que ouvi aquilo tudo...

Estou, há 30 anos, no Congresso, e conheço a maioria dos Deputados. Meu Deus, esse aí falando em combate à corrupção? Aonde chegamos? Sabe que me deu uma tristeza. E sabia que o mundo todo estava

com olhar para o Brasil. Hoje somos chacota na imprensa internacional. É só pegar os principais veículos de comunicação do mundo. Há um que chega a dizer, e não sou eu que estou dizendo, que uma gangue vai assaltar o Brasil afastando uma Presidenta que, até o momento, não há nada que diga que ela roubou alguma coisa. É manchete de um dos jornais, se não me engano o *New York Times*. Jornalistas brasileiros reproduziram as matérias e comentaram ainda. Fiquei muito, muito, muito, muito, muito preocupado, Senador Jorge Viana.

V. Ex^a está na Presidência. Se alguém lá debaixo chamá-lo de ladrão, chamá-lo de canalha, chamá-lo de covarde, chamá-lo de assaltante e disser que tinha que estar na cadeira, V. Ex^a vai ficar quietinho? Claro que não vai! Quem cala consente!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quem cala consente!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele ficava quietinho, dava uma risadinha e tudo bem. Esse nível do debate que me preocupou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Faz parte, dizem eles.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem estava coordenando o debate do processo de *impeachment* era esse sujeito – e nem quero dizer o nome –, que será, se se consumasse, porque não vai se consumar, o que eles querem, amanhã ou depois, Vice-Presidente e, na escala sucessória, Presidente da República.

Eu não quero isso para o meu País. Não estou nem entrando aqui no mérito do processo de *impeachment*. Peguem a história desses votantes, os *Anais*, peguem a ficha corrida daqueles que capitaneiam o golpe. Peguem, por favor, a ficha corrida dos que capitaneiam o golpe e vejam se o povo brasileiro merece isso. Não merece – não merece.

Peguem, como fez bem aqui a Senadora Vanessa Grazziotin, qual é o projeto apresentado, até o momento, pelo Vice-Presidente da República? Qual é a proposta? Essa tal de “Ponte para o Inferno” deve ser isso. Eu tenho a obrigação de fazer com que a população saiba o que é essa “Ponte para o Inferno”. Se está ruim agora para os aposentados, vocês verão se isso se consumar. Se está ruim para os servidores públicos – e eu vou dialogar com eles –, vocês verão como é que vai ficar daqui para a frente.

Se está ruim, porque falam que, nesse período, 8 milhões perderam o emprego, não esqueçam que nós geramos 20 milhões de empregos, ou seja, 12 milhões a mais do que o governo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, os empregos perdidos foram 1,5 milhão só, 6 milhões já estavam desempregados e a economia parou de empregar. É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E de um processo em que geramos 20 milhões de novos empregos.

Sinceramente, aqui não é questão de ser a favor de Dilma ou contra Dilma. Eu não quero entrar nesse debate. Não é isso, Senador. Eu estou preocupado é com o meu País, para onde vamos.

Olha, eu tenho uma esperança muito grande no Senado. O Senado é outra Casa. O debate será outro. Será que os Senadores querem entregar o País para aquela turma que o Ministro Barroso disse quando olhou o processo de afastamento ou não, e estava de mãos levantadas para o alto: “Quem vai assumir?” E alguém disse do outro lado da sala para ele: “Ministro Barroso, para que são essas mãos ao alto? Ele disse: “Esse time eu conheço bem?” Alguém disse: “É que alguém gritou mãos ao alto.” Aí mãos ao alto, claro...

É essa a situação em que nos encontramos. Por isso, Senador Jorge Viana, por tantos anos, nesta Casa, eu estou há 30 anos aqui, no Congresso, e duvido que os Senadores queiram esse time para governar o nosso País. Não vou citar nomes, porque eu sou muito cuidadoso na história de nomes.

Até digo aqui “Presidente da Câmara”, mas não cito o nome; falo do Vice-Presidente, da “ponte para o inferno”, mas não cito o nome. Eu poderia falar dos principais articuladores desse movimento de ataque à democracia, e vocês os conhecem. Peguem a ficha corrida, peguem-na! Desafio vocês a pegarem a ficha corrida, que vocês vão ver se alguma das fichas deles se compara à da Presidenta Dilma.

Senador Jorge, tenho conversado com um grupo de Senadores não só do PT. Cheguei à conclusão sobre qual a saída para o nosso País. Quero aqui fazer um apelo a todos os Senadores. Nem estou preocupado se são a favor do *impeachment* ou contra o *impeachment*. Não sou daqueles que dizem que só quem está do meu lado é que são os bons e os justos. Há Senadores da melhor qualidade nesta Casa. Eu queria fazer um apelo. É o momento de uma concertação. É isso que o povo quer. Se parte da população foi às ruas – isto não dá para negar! – questionando a administração da Presidenta, outra parte foi às ruas defendendo-a. Mas sabe o que unifica todos? Nós não queremos Cunha e Michel. É só ver as pesquisas. Todos aqui se baseiam em pesquisas, porque faz parte, inclusive, do gabarito de quem está na política. Pergunte à população se quer Michel e Cunha como Vice. Não quer!

Por que não temos um gesto de grandeza política, nós todos – eu me incluo – que estamos no Parlamento, e não discutimos, num diálogo maduro de homens experientes, porque o próprio tempo nos deu essa experiência, e defendemos as eleições diretas já? Por que não voltamos todos juntos à rua, sem esse discurso

de ódio, sem o discurso da agressão de graça, sem dizer “vocês são os ruins, nós somos os bons; nós somos os bons, e vocês, os ruins”? Por que não unimos o povo brasileiro em cima da palavra “democracia” com as diretas já? Nem um, nem outro!

Aí, Sr. Presidente, a população, na sua sabedoria... E vou me socorrer, de tanto que ouvi ontem, coisa que não faço em discurso, de uma frase que diz: “A voz do povo é a voz de Deus”. Por que não nos socorremos do povo nesta situação tão difícil e vamos para as diretas já? Vamos deixar que, nas eleições municipais, o povo eleja prefeito, vice e vereadores, eleja o Presidente e o Vice, embalado na democracia, que é uma coisa linda, fantástica! Que a sabedoria popular diga: esse vai ser meu Presidente, esse vai ser meu Vice!

É justo que a gente coloque quase à força na Presidência alguém que está, na verdade, de forma direta ou indireta, há 13 anos, acompanhando este Governo? Foram Vice do Lula e são Vice da Dilma. Querem ser candidatos a Presidente? Querem assumir o cargo de Presidente? Disputem-no! É tão bonito o processo eleitoral! Vamos para o voto! Vamos para o voto!

Se perguntarem para mim “Paim, em nome da sua ideia de diretas para combater tudo, de impunidade à corrupção, para passar o Brasil a limpo, em um novo momento, tu abres mão do seu mandato?”, responderei: abro mão do meu mandato! Mas eu queria tanto que nós tivéssemos um novo presidente e um vice respaldados pelo voto popular, quem sabe com 60 milhões ou 70 milhões de votos, que a população há de dar para o melhor candidato, seja quem for!

Posso questionar muita coisa na Argentina, mas foi um povo mais sábio do que o nosso, pelo menos no Parlamento. Houve alternância de poder na Argentina, mas foi pelo voto direto. Ganhou alguém que não era meu candidato. Mas que bonito, isso é democracia!

Por que no Brasil vamos permitir que aqueles que foram signatários de um processo, no mínimo, indecente... Por que digo que é indecente? “Explique o que é indecente!” Há um ano, em abril, o Governo errou, cometeu muitos erros. Vou citar este erro: colocou como grande articulador político o Vice-Presidente da República, colocou um dos Ministros para trabalhar com o Vice-Presidente e lhe deu a chave do cofre, emendas, cargos, posições estratégicas dentro do Governo. O que ouvi hoje num grande jornal? O erro do Governo foi o de dormir com o inimigo. Colocaram uma serpente na cama e quiseram dormir com a serpente. Essa é a manchete do jornal, não há como não dizer isso. E foi o que foi!

Sabem aquele outro princípio que até prefiro, o do escorpião? O escorpião, no rio cheio, pediu ao elefante, que é grandão, para atravessar o rio. Disse o elefante: “Estou com receio de atravessar o rio”. Aí o escorpião disse: “Mas por quê?” “Eu o conheço. Tu és bandido, é da tua índole. No meio do rio, tu vais me ferrar, e vamos morrer os dois. Eu é que o estou levando, mas vamos morrer os dois”. E o escorpião disse: “Não, fique tranquilo, pode me dar a articulação política”. Disse o escorpião, vejam bem: “Pode me dar a articulação política, vou botar aqui algumas formiguinhas junto, vou botar algumas folhas, e nós vamos atravessar o rio. Leva a gente, leva a gente!” E o elefante acabou concordando. Chegaram ao meio do rio, e o escorpião não resistiu e ferrou o elefante, e os dois estavam afundando e se afogando. Daí disse o elefante: “Por quê? Vamos morrer todos!” Sabe o que o traidor disse? Disse: “É da minha índole, não há como!” E morreram todos.

Então, nesta hora, o povo brasileiro, que é sábio, que é um povo obreiro, trabalhador – tenho o maior orgulho de ser brasileiro –, tinha de dizer: meus amigos do Parlamento, com todo o respeito que eu possa ter por vocês, permitam que a gente eleja o Presidente, que a gente eleja o Vice, num debate bonito, no campo das ideias, e não no ataque à democracia! O Brasil seria apresentado ao mundo como se tivesse dado a volta por cima, por ter fortalecido a democracia.

O nosso povo é nosso mestre, nosso povo é nossa referência. Nós estamos aqui pelas causas que defendemos em relação ao nosso povo. Por isso, meu querido Jorge Viana, seria tão bonito que nós todos aqui, de forma unitária, passássemos a defender as eleições diretas. E elas podiam ser feitas agora, em 3 de outubro, em vez de ficarmos aqui dizendo: “Não, mas aquele ou o outro praticaram corrupção, e isso e isso e aquilo”. O povo iria dizer: “Agora, sim, vou fazer a grande mudança com que sonhei, fruto das ruas.”

Lembro-me aqui – vou para o encerramento, Presidente – de uma frase de Nelson Mandela, homem que entrou para a história como um dos maiores líderes da humanidade na linha dos direitos humanos. Ele disse, num estádio de futebol lotado de militantes de todos segmentos, todos democratas: “Não fiquem em casa, vão às mobilizações, participem, deem sua opinião, apresentem sua pauta, para que eu possa defendê-la junto ao meu governo.”

Neste momento, a pauta das ruas, a pauta que surge do povo brasileiro é só uma: democracia e diretas já!

Sr. Presidente, não tenho dúvida disso. Falo de coração, falo de alma. Não é um discurso que faço querendo contagiar com a emoção este ou aquele segmento. É um discurso verdadeiro de quem acredita que a coisa mais bonita que se funde com a palavra “liberdade”, com a palavra “justiça” e com as palavras “direitos humanos” é a democracia. Tudo com a democracia! Nada sem a democracia!

Este é o apelo que faço às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores: reflitam sobre essa proposta. Os senhores concordam que essa turma assuma, a partir de 11 de maio, a direção do País? Duvido! Duvido! Por uma questão política e ideológica momentânea, podem até votar nesse sentido, mas os senhores podem apresentar uma proposta bem construída, bem negociada com todos os segmentos, permitindo que o senhor que está em sua casa neste momento decida, permitindo que você que está na rádio ou na TV decida ou que você que é servidor público, que é trabalhador rural, que é negro, branco ou índio decida. Você, que está assistindo o País, não gostaria de eleger o seu Presidente? Ou prefere aquela turma daquele espetáculo degradante de ontem? Cheguei até a porta, voltei e fiquei olhando e pensando: "Não vou misturar-me! Não dá! Não dá!"

O momento não é de ofensa pessoal, mas é de postura política. O que o Senado precisa é de estadistas! O que o Senado precisa é de homens que estabeleçam o diálogo!

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Homens e mulheres!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Homens e mulheres! Muito bem lembrado, minha Senadora!

É disso que precisamos! Calculem se levarmos o debate aqui no nível em que ele se deu na Câmara! Oro com as minhas mãos. Pelo amor de Deus, que isso não aconteça! Quem dirigia os trabalhos era chamado, a todo momento, de canalha! Não quero isso nem para a Câmara – mas aconteceu – e muito menos para o Senado.

Então, Sr. Presidente, quero ficar exatamente nos meus 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O apelo que faço é esse.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós já falamos do tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exato. Tenho só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex^a tem tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O apelo que faço é este: vamos deixar o nosso povo decidir.

Lembram as eleições diretas? Eu era um gurizote, mas estava lá. Lembro-me de Brizola no palanque das diretas. Lembro-me de Miguel Arraes no palanque das diretas. Lembro-me de Mário Covas no palanque das diretas. Lembro-me de Olívio Dutra. Lembro-me de Luiz Inácio Lula da Silva. Lembro-me de Fernando Henrique no palanque das diretas. Eu quero todos eles que ainda estão aqui na terra no palanque das diretas e quero a bênção daqueles que estão lá em cima e que deram grande parte das suas vidas em defesa da democracia.

Com a democracia, tudo; sem a democracia, nada!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem! Cumprimento V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Convido a fazer uma comunicação inadiável a Senadora Fátima Bezerra e, em seguida, o Senador Telmário Mota e a Senadora Ana Amélia, que são os inscritos.

Nós estamos seguindo a lista de inscritos, com a permuta que houve entre o Senador Paulo Paim e o Senador Telmário Mota. Após um orador inscrito, vem um Líder. Já iniciei com um Líder, que foi a Senadora Vanessa.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a exemplo do Senador Paim e de outros Senadores que nos antecederam, eu também subo a esta tribuna hoje para expressar aqui meu sentimento não só de tristeza, mas também de indignação diante do espetáculo grotesco que aconteceu ontem na Câmara dos Deputados, quando, infelizmente, foi aprovada a autorização para um golpe – é disso que se trata –, travestido de um processo de *impeachment*.

A nossa tristeza, a nossa indignação se dá porque, seguramente, todos aqueles e aquelas que têm compromisso verdadeiro com a luta em defesa da democracia amanheceram hoje de luto, Senador Jorge Viana, por constatarem as agressões sofridas ontem pelo Estado democrático de direito. Na verdade, não é só a maioria do povo brasileiro que está indignada com o que aconteceu ontem. O mundo também, como já foi dito aqui, está estarrecido.

A imprensa do mundo inteiro está estarrecida. E quero aqui destacar, por exemplo, a reportagem que saiu em uma revista alemã; aliás, uma revista de perfil conservador, cuja matéria, Senador Paim, tinha o seguinte título: "A insurreição dos hipócritas".

Na matéria, eles destacam que o Congresso brasileiro mostrou sua verdadeira cara e usou meios constitucionalmente questionáveis para aprovar a instauração de um processo que chamou de – abre aspas – "o avariado navio Brasil em uma robusta rota de direita".

Sr. Presidente, é inadmissível que nossa Constituição esteja sendo rasgada dessa forma, porque não podemos, de maneira nenhuma, considerar legítimo o processo de *impeachment* em que uma Presidenta eleita legitimamente por 54 milhões de brasileiros, que não cometeu crime de responsabilidade nenhum, tenha sido julgada ontem, de forma impiedosa, por Parlamentares, estes sim, infelizmente, em grande número, que respondem a acusações pelos mais diversos crimes.

Não podemos admitir que a soberania popular seja usurpada em um processo presidido por um réu que responde a uma folha corrida de processos no Supremo Tribunal Federal, por crimes como lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção. Aliás, é essa mesma corrupção que os que defendem o golpe dizem que querem acabar.

Não podemos também admitir que um conspirador, um traidor, que, felizmente, não pode se sentar na cadeira presidencial porque não recebeu um voto sequer para ser Presidente da República, caia de paraquedas na cadeira presidencial por uma trama armada pela oposição conservadora, que perdeu as eleições em 2014 e, inconformada com a derrota, continua insistindo na tese do terceiro turno, contando, claro, com o incentivo e o conluio da mídia oligárquica brasileira.

É interessante, Senador Paim, porque hoje vi, na imprensa, o Vice-Presidente Michel Temer dizendo que ia embora para São Paulo, que ia se recolher, o que não fez antes. Pelo contrário, o Brasil inteiro assistiu à forma frenética como o Vice-Presidente da República atuou, conspirando, com vistas, repito, a cair de paraquedas em uma cadeira presidencial que não lhe pertence de maneira nenhuma.

Na verdade, o que vimos ontem, na Câmara, foi uma fraude, uma farsa, que causou muita indignação. De repente, Senador Paim, uma das imagens que vou guardar para o resto da minha vida foi a de Parlamentares que, de maneira corajosa, se posicionaram contra o *impeachment*, defendendo a democracia, expressando a sua insatisfação, a sua indignação, quando olhavam para a Presidência da Câmara dos Deputados e viam que quem estava presidindo aquele julgamento era um homem que, infelizmente, ainda está sentado naquela cadeira, mas que é réu,...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... porque responde a vários processos de lavagem de dinheiro, de ocultação de bens, etc.

Fico aqui pensando como a maioria do povo brasileiro assistiu àquele espetáculo deprimente, desprezível. Vários Parlamentares, Senadora Gleisi, repito, que estão na trincheira da democracia, não se aguentavam de indignação, olhavam para o Presidente da Câmara e o chamavam de *gangster*, de chefe de quadrilha. Diziam claramente que aquilo era uma vergonha, que a Casa do povo brasileiro, a Câmara dos Deputados, não poderia, de maneira nenhuma, passar por uma vergonha como esta: de repente, um homem nessa condição, acusado de chefe de quadrilha, presidir um julgamento contra uma mulher que hoje ocupa a função de Presidenta da República, que tem uma vida honrada. Portanto, é um processo extremamente fraudulento. Não há crime de responsabilidade, nenhuma comprovação de crime de responsabilidade, no que diz respeito à Presidenta Dilma.

Daí por que, Sr. Presidente, os Parlamentares que lá estavam, votando pelo afastamento da Presidenta Dilma, de repente partiram para aqueles argumentos extremamente desqualificados.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O que vimos ontem foi o rebaixamento da política, uma desqualificação. A maioria dos Parlamentares que lá votaram pelo afastamento da Presidenta Dilma em momento algum sequer se referiram aos motivos que estão no processo de *impeachment*. E não se referiram porque, no fundo, sabem da fragilidade da fundamentação do pedido de *impeachment*, porque não existe base legal.

O que vimos foi um festival de rebaixamento da política. E digo isso com tristeza. Afinal de contas, tive a honra de representar o povo potiguar durante três mandatos naquela Casa.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nunca esperei que a Câmara dos Deputados chegasse ao nível que chegou ontem.

Sr. Presidente, V. Ex^a disse que me concederia mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pois não, Senadora.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero ainda me associar aos que já mencionaram a sua indignação no sentido de se recusar a aceitar que o Parlamento brasileiro se torne a Casa dos Bolsonaros da vida. Refiro-me ao Deputado Bolsonaro, que, ontem, no momento de encaminhar o voto pelo afastamento da Presidenta Dilma, teve a coragem de homenagear um dos mais desprezíveis personagens da nossa história recente, o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, que matou dezenas de lutadores pela democracia, cujas mães, sabemos, até hoje choram pela perda de seus filhos. Ou seja, um torturador que cometeu atrocidades contra mulheres como a Presidenta da República, a Presidenta Dilma, que heroicamente sobreviveu aos porões da ditadura.

Sr. Presidente, quero aqui encerrar, para não abusar do meu tempo, mas pediria ainda a V. Ex^a para fazer dois registros.

Primeiro, o da nota sobre a votação do *impeachment*, divulgada na noite de ontem,...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... pelo Presidente Nacional do nosso Partido, Rui Falcão, em que diz que “a infâmia e o golpismo feriram a democracia, rasgando a Constituição”.

As forças mais reacionárias do país venceram a primeira batalha para a deposição da presidente Dilma Rousseff, ao aprovarem — sob o comando do réu Eduardo Cunha e as promessas do vice conspirador — a admissibilidade do processo de impedimento na Câmara dos Deputados.

Os golpistas violentam a soberania das urnas para impor seu programa de restauração conservadora, com ataques aos direitos dos trabalhadores, cortes nos programas sociais, privatização da Petrobras, arrocho dos salários, repressão aos movimentos sociais e entrega das riquezas nacionais

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – No final, ele conclama a todos para continuar a luta porque não permitiremos que a democracia conquistada pela luta e a vida de tantos patriotas seja destruída pelo ódio dos que sempre combateram o protagonismo e a emancipação do povo brasileiro.

Por fim, peço a generosidade de V. Ex^a para aqui fazer o registro de outra importante nota, da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, que dizem claramente:

Não aceitamos o golpe contra a democracia e nossos direitos! (...)

Este 17 de abril, data que lembramos o massacre de Eldorado dos Carajás, entrará mais uma vez para a história da nação brasileira como o dia da vergonha. Isso porque uma maioria circunstancial de uma Câmara de Deputados manchada pela corrupção ousou autorizar o impeachment fraudulento de uma presidente da República contra a qual não pesa qualquer crime de responsabilidade.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, a nota da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo conclama a todos os trabalhadores e trabalhadoras a continuarem na luta para reverter o golpe, agora em curso no Senado Federal, e a avançarem pela plena democracia em nosso País, o que passa, segundo a Frente, por uma profunda reforma do sistema político atual, verdadeira forma de combater, efetivamente, a corrupção. Eles inclusive já anunciam, Senador Jorge Viana, o calendário de novas mobilizações, e uma delas será a assembleia nacional da classe trabalhadora, no próximo 1º de maio.

Portanto, faço minha a conclamação da Frente Brasil Popular: a luta continua. Não ao retrocesso, não ao golpe e viva a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senadora Fátima. Cumprimento V. Ex^a e convido, como orador inscrito, o Senador Telmário Mota para ocupar a tribuna.

Senador Telmário, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, hoje vim à tribuna para trazer uma série de notícias boas que o Governo Federal vem promovendo e que normalmente não são divulgadas pela mídia. A mídia, lamentavelmente, nos últimos tempos, tem vivido no sentido de induzir as pessoas a verem a crise brasileira só por um viés.

Ontem isso ficou bem notável nas manifestações. A manifestação aqui em Brasília do não ao *impeachment* era robustamente maior do que a pró-*impeachment*, disparadamente maior. Em hora nenhuma vi essa imagem aparecer nos meios de comunicação. Muito pelo contrário, era uma imagem tomada muito distante, dando a sensação de que havia pouquíssimas pessoas, e a outra manifestação eles procuravam focalizar ali no eixo, onde havia um aglomerado maior, uma tentativa de não transmitir a verdade para o Brasil.

E foi nesse sentido que ontem vi aquela votação. Um verdadeiro *show* pirotécnico, em que se admitia, lamentavelmente, o relatório pelo impedimento da Presidente da República, uma mulher que não cometeu nenhum crime de responsabilidade. Tanto isso é verdade, Sr. Presidente e Senadora Fátima, que, dos pouco mais de 500 Deputados que ali estiveram presentes, do lado do "sim", só dois se referiram às pedaladas, somente dois. Os demais fizeram um verdadeiro *show*, que deixa, sem dúvida alguma, o Congresso com menos crédito do que tem hoje. Havia Parlamentares com telefone fazendo *selfie*, outros gritavam palavras que nos assustavam, outros ainda diziam: "Pelo aniversário da minha neta". A pessoa estava votando o destino do Brasil, tirando uma Presidente da República eleita com 54 milhões de votos, que não cometeu nenhum crime, e dizia que estava ali votando pelo aniversário da neta.

Outro: "Pelos princípios que ensinei à minha filha". Outro: "Pelo Bruno e pelo Felipe". Outro: "Pelo meu neto Pedro".

Meu amigo, você que está me ouvindo e quer mais saúde, mais educação, mais Luz para Todos, você que não tem casa, cuja estrada não está boa, que não tem segurança, os Deputados ontem estavam tentando fazer o impedimento da Presidente e, em vez de pegar um minuto para discutir o que os levava a tomar aquela decisão, ficaram fazendo as mais diversas falas: "Pela minha mãe, fulana de tal", "Pela renovação carismática", "Pelo fim...", olha só esta, Senador Jorge: "Pelo fim da CUT". Pelo fim da CUT? Uma organização que tem uma luta, uma história de avanços sociais em prol dos trabalhadores, e o cara grita isso? Aí outro fala: "Pelo fim do petróleo", "Pelos progressistas da minha família, Maria Vitória", "Pela república curitibana", e foram nessa loucura. "Para reconstruir a história". Qual história? Da ditadura? Então, assim eles foram.

Eu sei que, nessas grandes homenagens, nada falando com nada, houve uma Deputada que disse que votou pelo *impeachment* porque estava combatendo a corrupção. Olha o que ela disse, ao proferir seu voto na sessão, a Deputada Raquel Muniz, do PSD, acho que de Minas Gerais. Ela disse, ao proferir o voto na sessão de ontem – você que está me ouvindo no Brasil, você que está me assistindo, olhem o que essa Deputada disse ontem lá, vejam o cúmulo de demagogia a que chegou aquela Casa – ela fez questão de exaltar a gestão do marido prefeito. Ela disse:

Meu voto é em homenagem às vítimas da BR-251. É para dizer que o Brasil tem jeito e o prefeito de Montes Claros mostra isso para todos nós com sua gestão. Meu voto é por Tiago, David, Gabriel, Mateus, minha neta Julia, minha mãe...

Meu esposo... O esposo dela amanheceu preso hoje pela Polícia Federal por corrupção. Ela falou que estava votando pelo marido dela, pela gestão do marido dela contra a corrupção. O marido dela amanheceu preso pela Polícia Federal por corrupção. Vocês já viram o tanto de demagogia que foi feita ontem naquela Casa? Quer dizer, ela estava votando pela gestão do marido prefeito, porque o marido era o modelo, e ela estava combatendo a corrupção. Hoje a Polícia Federal foi à campanha e plim: "Polícia Federal. Prender seu marido". Foi desse jeito hoje que o dia amanheceu na casa dessa senhora.

O que esses caras querem? Que República é essa nossa? Onde eles querem colocar a imagem brasileira? Olha lá... Sr. Presidente, a imprensa europeia diz o seguinte: "Imprensa europeia vê Carnaval e 'insurreição de hipócritas'. Deputados aos berros e tirando *selfies* não estavam à altura da situação, diz imprensa europeia, ao lembrar parlamentares corruptos".

Era muito triste, e eu nunca vi tanta... Eu acho que faltou um pouco ali, na verdade, ter levado óleo de peroba, para colocar na mesa do Cunha, porque o que aquele homem ontem ouviu de verdade, e mostrou um cinismo! Um homem determinado, parecia um psicopata (Fora do microfone.), ele estava determinado a praticar o mal, e aquilo não o sensibilizava. A Nação inteira vendo as pessoas o chamarem de ladrão, de corrupto, dizerem que ele não tinha autoridade, que ele não tinha moral para estar ali, e aquilo para ele e nada eram a mesma coisa. Quer dizer, é lamentável ao que nós ali assistimos ontem, naquele verdadeiro *show* pirotécnico.

Mas eu quero aqui fazer algumas observações. Por exemplo, Afonso Florence, da Bahia, Líder do PT, disse o seguinte: "O Eduardo Cunha ganhou a Presidência da Câmara, garantiu a pauta bomba e a desestabilização política em 2015". Todo mundo sabe que a Presidenta Dilma entregou nas mãos do seu Vice, Michel Temer, a função de buscar o apoio da governabilidade junto aos demais partidos, para que se fizesse esse governo de coalizão, porque, no sistema brasileiro em que nós vivemos, não há como governar sozinho. Tanto é que eu estou vendo aí já manifestações do PSDB, dizendo que vai apoiar o PMDB, porque os programas são iguais.

Senadora Fátima.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Telmário, eu quero mais uma vez cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz num momento tão especial como este, na hora em que essa fraude, que é esse golpe travestido de pedido de *impeachment*, chega aqui a nossa Casa, ao Senado. Quero desde já adiantar aqui não só a nossa esperança, mas a convicção de que nós vamos consertar isso aqui, de que o Senado vai ter maturidade e responsabilidade suficientes para barrar esse processo de *impeachment*. Mas quero aqui também, neste momento, saudar não só os companheiros e companheiras que formam a gloriosa Bancada do Partido dos Trabalhadores lá na Câmara dos Deputados, mas também os companheiros do PDT, os companheiros do PCdoB e os demais aliados, Senador Jorge Viana, que ontem, de forma muito corajosa, com muita lucidez, enfrentaram o debate e se colocaram contra essa farsa, essa fraude, que é o pedido de *impeachment* em curso. E quero aqui também fazer uma saudação especial, Senador Telmário, à Deputada Zenaide Maia, do meu Estado. O meu Estado tem oito Parlamentares. Infelizmente, a única que teve uma posição corajosa, lúcida, firme na defesa da democracia foi a Deputada Zenaide Maia. Ela ficou sozinha, Senador Jorge Viana, mas manteve o compromisso. E essa posição ela tomou, diga-se de passagem, pautada na clareza que tem da defesa dos princípios democráticos, na clareza que a Deputada Zenaide tem de que ninguém tem o direito, de maneira nenhuma, de usurpar o poder de uma Presidenta eleita pelo voto legítimo da maioria do povo brasileiro, inclusive, eleita pela maioria do voto do povo do Rio Grande do Norte. A Deputada Zenaide Maia ontem foi motivo de orgulho para nós. Certamente, o voto dela ontem na Câmara honrou a memória das gerações passadas e presentes, Senador Telmário, que lá em nosso Estado lutaram bravamente em defesa da democracia.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, eu incorporo a fala de V. Exª ao nosso discurso.

Mas, continuando, como eu estava falando, o Sr. Cunha promovia aquelas pautas bombas, tudo muito bem orquestrado. Cibia ao Vice Michel Temer fazer a composição com os partidos, para fazer o Governo de coalizão, da governabilidade.

Os cargos federais foram distribuídos para atender à demanda dos amigos do Cunha, de ordem que a maioria dos partidos vieram por uma causa, e não por cargos. De qualquer sorte, muitos deles guardaram aquilo com uma certa mágoa, porque muitos deles, na verdade, pegavam cargos secundários que não contribuíam muito com as suas proposições políticas.

Ora, por outro lado, detentor de informações precisas, o Michel Temer, em conluio com o Cunha, seu discípulo – um conspirador; o outro, cliente da Polícia Federal –, fazia as pautas bombas e atrapalhava o Governo. Muitas vezes, a Presidente Dilma teve de vetar projetos que a Câmara aprovava. Com isso, ia perdendo a popularidade, porque ele fazia as pautas bombas muito focadas no que a população estava querendo, como o desarmamento, a questão dos indígenas, a menoridade e uma série de outras. Cibia, ao final, à Presidenta fazer esses vetos, e ela caía em popularidade. Ou seja, foram distanciando a Presidente Dilma dos Partidos, foram distanciando a Presidente Dilma da população.

Aí inventaram umas tais de pedaladas, ontem sequer tocaram nesse assunto. Os que votavam pelo “não” diziam: “Estou votando não, porque não há crime de responsabilidade”, “Estou votando não, porque sou pela legalidade”, “Estou votando não, porque sou a favor da democracia”. Então, todos que votaram “não” diziam, de forma muito clara, porque não estavam votando o “sim”. E os que votavam “sim” eram pelo alô, mamãe; um abraço na titia; pelo aniversário da filha; a gestão do meu marido, que foi preso no dia seguinte por roubo. Então, ninguém dava uma explicação à sociedade. Era um verdadeiro show, uma demonstração de demagogia. A população quer uma resposta. O País passa por crise e ela acha que aquilo seria naturalmente o caminho.

Mas eu vejo aqui, por exemplo, o Eugênio Gouvêa Vieira, Presidente da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro, que fala em união. Agora, união com o Cunha? O Dornelles fala em união. União com o Temer e com o Cunha? Com um conspirador e com um cliente da Polícia Federal?

Não! O Brasil não precisa fazer união com essa gente. O Brasil tem uma Presidenta constituída que ganhou legalmente, democraticamente e está sempre com as mãos estendidas para buscar essa união, que a ela nunca faltou, tanto é que ela delegou essa união ao próprio Temer, que conspirou e traiu.

Mais à frente, por exemplo, acho interessante fazer essa ressalva, o Leonardo Picciani, Líder do PMDB – e olhem como é interessante, porque é o Líder do PMDB, Picciani –, diz o seguinte: “Eu tinha um convencimento de que o impeachment não era possível por não haver crime de responsabilidade.” Repito; “Eu tinha um convencimento de que o impeachment não era possível por não haver crime de responsabilidade.” O Líder do PMDB falou isso. “Votei de acordo com minha consciência”.

Mais adiante, o Governador do Rio Janeiro, Luiz Fernando Pezão, diz que respeita o resultado, mas que fica muito triste, porque entende que isso é “um atraso à democracia do nosso País” e que não entende como podem cassar uma mulher digna e honrada. Repito, digna e honrada.

São pessoas do próprio PMDB que assim vão se posicionando.

Mais adiante, o que diz o atual Presidente do PMDB? "Vamos agora trabalhar no Senado para efetivamente demonstrar que houve crime de responsabilidade." Olhem o que diz o atual Presidente do PMDB! "Vamos agora trabalhar no Senado para efetivamente demonstrar que houve crime de responsabilidade." Quer dizer, até agora, não tem. Ele admite. Agora é que vão trabalhar para tentar mostrar que efetivamente houve o crime de responsabilidade.

Brasil, meus amigos e minhas amigas, brasileiros humildes, vocês estão vendo como as informações não são verdadeiras, como não estão com o propósito de melhorar a sua saúde, a sua educação, o seu transporte, a sua merenda, o emprego do seu filho, da sua família, uma faculdade, o Luz para Todos, para quem mora na escuridão, o Bolsa Família, para tirar as pessoas do extremo estado de pobreza! Não, não estão preocupados! Não foi com esse propósito. É uma briga por poder!

Jamais, em nenhuma situação, o Sr. Michel Temer ia chegar a Presidente, até porque o próprio PMDB não vota nele, no meu Estado não votou nele, porque não acreditava nele. Mas agora viram uma chance. A Presidente, desgastada com a população, desgastada com os partidos, porque assim Temer o fez, aí tentam dar esse golpe na Presidente da República e agora falam em união. Que união? União com quem? Com golpista? Conspiradores? Não. Não vejo união por esse caminho.

Sr. Presidente, Silvio Torres, Deputado Federal pelo PSDB e Secretário-Geral do Partido, o que ele diz? "O grande desafio do Michel Temer é ter uma condução política forte. Da parte do PSDB, vai ter muito boa vontade porque as propostas de Michel Temer coincidem com as propostas de Aécio Neves em 2014." Uma proposta rejeitada pela população. Todo mundo sabe que é o neoliberal clássico, aquele que, com certeza, não está focado nos avanços sociais. Ou seja, lá vem, se Deus o livre isso acontecer...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... um retrocesso social da mais alta relevância.

Senadora Gleisi, V. Ex^a, que é do Estado do Paraná e conhece de perto, mas muito perto o que é a gestão do PSDB, sabe também, como eu sei no meu Estado: seis anos, e o Estado nunca viveu tamanho retrocesso, endividamento, corrupção, assalto aos cofres públicos. Uma catástrofe! É um tsunami de corrupção o PSDB quando passa numa gestão.

Agora, já diz aqui o Secretário-Geral do PSDB que o projeto – o "ponte para o abismo" – Ponte para o Futuro é uma ponte que vai levar ao retrocesso.

Senador Paulo Paim – estou terminando a minha fala –, V. Ex^a vai ter, se Deus o livre isso acontecer, um trabalho! Prepare-se!

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Prepare-se, porque V. Ex^a já não tinha paz lutando pelos interesses sociais do povo trabalhador. E eu vou fazer fileira com V. Ex^a e vamos usar toda a nossa força, porque eu acredito nos homens e nas pessoas de bem deste País.

E que aqui o Senado, neste momento, já que sempre teve juízo, que sempre foi o pilar da política brasileira e que tem, sem nenhuma dúvida, as pessoas mais centradas, mais comprometidas com a Nação brasileira, em prol dessa proposta, desse *impeachment* que não tem nenhum fundamento – quem sabe? –, possa construir uma união nacional no sentido de buscar aquilo que realmente interessa ao povo brasileiro, para gerar mais empregos, para crescer a economia, para desenvolver este País, para melhorar a qualidade de vida do nosso povo, da nossa gente. Esse é o propósito do atual Governo e da Presidente Dilma.

Sem nenhuma dúvida, agora, com as rédeas na mão, ela mesma tendo diálogo com os partidos, tendo diálogo com os...

(Interrupção do som.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... Parlamentares. *(Fora do microfone.)* Já concludo. Eu não vejo que não haja aí uma oportunidade.

E quero fazer um apelo aqui ao Presidente Renan. O Presidente Renan tem tido um papel muito importante na democracia brasileira. É um homem centrado, comprometido, sofrido, conhece como ninguém todo o jogo político que existe neste País. E o Senador Renan sempre teve aqui a tranquilidade de manter a governabilidade.

Então, espero que ele não sofra influência do mal – como fez o Sr. Cunha, de forma cruel, carrasco, de afogadilho –, para que ele possa tentar tocar um processo que ontem foi uma vergonha para o Brasil, uma ver-

gonha para a imagem do Brasil. Hoje, na Europa, a imagem é de que estavam ali fazendo teatros, as pessoas fazendo verdadeiros teatros...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A votação ontem não era pelo bem do Brasil, não era por melhor educação, não era por uma economia, não era por emprego: era pelo pai, pela mãe, pelo marido, pelo jumento, pelo burro. Para tudo de que se lembravam na hora eles faziam a homenagem, menos para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Pela liderança do PT, a Senadora Gleisi; em seguida, como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia.

V. Ex^a tem a palavra. Em seguida, a oradora inscrita é a Senadora Ana Amélia.

Após a Senadora que vai falar pela Liderança, V. Ex^a falará como oradora inscrita.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem nos assiste pela TV Senado, quem nos ouve pela Rádio Senado, obviamente que o tema de hoje a ser debatido nesta tribuna não pode ser outro que não a decisão fatídica da Câmara dos Deputados ontem, a respeito do processo de *impeachment*, melhor dizendo, de golpe contra a Presidenta da República. Foi um dia triste para a nossa democracia, muito triste, porque feriu a nossa Constituição e relativizou o poder do voto do eleitor.

A decisão mais grave em uma democracia é desfazer o voto do eleitor.

Essa é a decisão mais grave. Mas os instrumentos da democracia preveem isso, e, no caso, a Constituição prevê isso através do *impeachment*. Mas ela é clara em dizer que, para que o *impeachment* se processe, precisa haver o crime de responsabilidade, bem definido, conceituado. Aí, sim, você pode fazer um processo, abrir um processo de *impeachment*.

E, infelizmente, o que nós assistimos ontem na Câmara dos Deputados foi tudo menos a discussão em cima daquilo que daria razão, alguma razão à abertura de um processo de *impeachment*. Como disseram aqui os Senadores que me antecederam, falaram em nome de tudo: do pai, da mãe, do irmão, da tia, do sobrinho. E usaram o nome de Deus em vão. Nunca vi uma sessão para se falar tanto em Deus, usando o seu nome em vão.

Quero até lembrar aqui, Senador Paim, um trecho do Evangelho de São Mateus, quando Jesus se refere aos fariseus e diz: "Ai de vós, mestres da lei e fariseus, hipócritas, pois que sois como sepulcros caiados: por fora parecem belos, mas por dentro estão cheios de ossos de mortos e de toda a podridão. Assim também vós, por fora, pareceis justos diante dos outros, mas, por dentro, estais cheios de hipocrisia e injustiça".

Em nada se aplica melhor essa fala de Jesus Cristo do que àquela sessão de ontem que nós tivemos na Câmara dos Deputados. Pessoas envolvidas nas maiores, nas mais diversas questões de corrupção, desvios, má conduta estavam ali fazendo um julgamento aos berros, bradando contra uma Presidenta da República que não tinha crime. Não tinha crime definido constitucionalmente e com base jurídica. É muito triste o que nós vimos lá.

E penso que é triste para todos, não só para nós que defendemos a Presidenta Dilma. Penso que é triste inclusive para a oposição, penso que é triste para aqueles que defendem o *impeachment*, porque não consegui ver nesta Casa setores da oposição que viessem aqui defender o que aconteceu ontem na Câmara.

Eu espero sinceramente que o Senado da República, pela responsabilidade que tem, pelo equilíbrio que tem, ao chegar esse processo aqui – e parece-me que ele já foi apresentado ao Senador Renan –, que primeiro nós possamos ter respeito ao processo legal, ao processo instituído. E, segundo, que possamos discutir o conteúdo em que ele se baseia.

Eu quero fazer uma discussão aqui sobre se, de fato, os decretos que estão ali contidos naquela denúncia são ilegais, são inconstitucionais e acarretam crime de responsabilidade à Presidente. Não são! E nós temos condições, argumentos...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... provas para mostrar que não são. Assim também me refiro às chamadas pedaladas fiscais. Não são!

Eu espero, sinceramente, que esta Casa não dê ao Brasil e ao mundo o vexame dado pela Câmara dos Deputados!

V. Ex^a falou da tribuna, Senador Paim, mas eu tenho de repetir, porque é uma coisa tão absurda, tão absurda, que tem de ficar registrada nos *Anais* da Casa, do Senado, para que nem de perto nós cometamos uma situação dessas.

Nós somos chacota em toda a imprensa internacional. Vejam o que diz a imprensa! A imprensa europeia vê carnaval e insurreição de hipócritas, dos túmulos caiados, na sessão de ontem. Vejam o que dizem: "Deputados, aos berros e tirando *selfies*, não estavam à altura da situação" – diz a imprensa europeia ao lembrar Parlamentares corruptos. A imprensa europeia destaca, nesta segunda-feira...

(*Interrupção do som.*)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A imprensa europeia destaca, nesta segunda-feira, a derrota sofrida pela Presidenta Dilma na votação do *impeachment* da Câmara dos Deputados, com especial atenção para o comportamento dos Deputados Federais no plenário.

O site da revista alemã *Der Spiegel* afirma que o Congresso brasileiro mostrou sua verdadeira cara e com o uso de meios constitucionalmente questionáveis. Outro site de um semanário alemão, *Die Zeit*, afirma que a votação na Câmara mais parecia um carnaval, e que uma pessoa desavisada que visse a sessão não poderia ter ideia da gravidade da situação. Afirma o jornal:

Nesse dia decisivo para o destino político da 7^a maior economia do mundo, o que se viu foram horas de Deputados aos berros, que se abraçavam, tiravam *selfies* e entoavam canções. Nos discursos dos representantes do povo, havia tudo o que se possa imaginar: lembranças aos netos, xingamentos contra a educação sexual nas escolas, paz em Jerusalém, elogios a um torturador do antigo regime militar [tivemos um elogio a um torturador do regime militar!], o jubileu de uma cidade, e assim por diante.

Eu concedo um aparte ao Senador Ataídes.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senadora Gleisi, muito obrigado pelo aparte que me concede. Eu também devo concordar com V. Ex^a. Ontem eu estava no plenário da Câmara e, quando muitos Deputados inclusive também do PT declinaram os seus votos, realmente fiquei surpreendido. Senadora Gleisi, sobre esses dois crimes que balizaram, que embasaram o processo de *impeachment* solicitado pelos três juristas, eu só queria fazer um ligeiro comentário. Com relação à abertura indevida de créditos suplementares, como também à tomada de dinheiro emprestado, nós temos que levar esses fatos mais ao conhecimento do povo brasileiro, para mostrar exatamente o que a legislação diz. Quanto ao problema dos créditos suplementares, está muito claro, segundo a Lei 10.079, de 1950, que houve realmente uma falha da Presidente Dilma, um crime da Presidente Dilma quando ela editou esses decretos-leis, como também quanto às pedaladas. A lei é muito clara: não se pode tomar dinheiro emprestado de bancos estatais, inclusive de economia mista e também do FGTS. Eu vou fazer um pronunciamento hoje mais adiante e eu quero deixar muito claro para o povo, de acordo com a lei, quais foram os crimes que a Presidente Dilma realmente cometeu e o que diz a legislação, porque falar que é golpe e falar que é democracia não vem ao caso. Vou mostrar para o povo a lei como ela deve ser mostrada. Mais tarde, eu quero ir a esta tribuna e fazer a nossa exposição. Muito obrigado, Senadora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem.

Continuando, eu queria asseverar o seguinte: a discussão sobre os decretos e sobre as pedaladas deveria ter tomado conta do plenário ontem da Câmara dos Deputados. E não foi o que aconteceu. Quando não havia essas declarações grotescas, inclusive, que nós vimos e que viraram motivo de chacota, nós tínhamos aos brados Deputados dizendo que estavam votando ali contra a corrupção.

Eu queria dar um exemplo do meu Estado, o Estado do Paraná. Majoritariamente, a Bancada do meu Estado disse que votava pelo *impeachment*, contra a corrupção. Apenas uma Deputada, a Christiane Yared, fez referência à corrupção do Governador do Paraná, do PSDB, que é réu em ação no STJ, que tem escândalos na Receita estadual, que tem desvios de recursos da educação já comprovados e que tem protagonizado os maiores escândalos e problemas na política paranaense, inclusive batendo em professores.

Mas, os Deputados Federais não veem esse problema, não fizeram essa restrição. Problema só há aqui. É uma vergonha. É uma hipocrisia. Não dá para respeitarmos essa situação.

Agora me passaram a declaração de dois Deputados do Paraná, em um jornal. Um deles, o Deputado Osmar Serraglio, do PMDB, por quem sempre tive respeito, diz o seguinte, Senador: "Eduardo Cunha exerceu um papel fundamental para aprovarmos o *impeachment* da Presidenta. Merece ser anistiado." Anistiar o Eduardo Cunha? Dilceu Sperafico, outro Deputado do meu Estado: "Outro Deputado qualquer não teria resistido às pressões do Palácio do Planalto. Vamos salvá-lo." Vão salvar uma das lideranças políticas mais corruptas da nossa história.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Que moral tem essa Câmara que protagonizou esse escândalo todo de ontem, um vexame que nos coloca diante da opinião pública internacional de forma a ter vergonha do Parlamento brasileiro?

Espero sinceramente que aqui, no Senado da República, possamos desfazer essa situação, possamos, de fato, cumprir todos os prazos e todos os processos e discutir o conteúdo. Quero discutir aqui. Já falei, neste plenário, o que significam os decretos de suplementação e a pedalada fiscal, que é uma só, que se refere ao Banco do Brasil, ao Plano Safra. E vamos discutir exaustivamente, inclusive, a lei que os ampara, que é de 1992, assim como os decretos que encontram base legal e que têm sido feitos por diversos governadores nos Estados brasileiros.

Eu queria terminar, Sr. Presidente, com uma frase que ontem o Deputado Molon disse, no plenário daquela Casa, e que para mim teve muito impacto. Ele disse que a Câmara iria decidir – e aqui eu coloco que a Câmara decidiu – entrar no Palácio do Planalto pela porta dos fundos, pela traição, e não pela rampa da frente, pela porta dos eleitos. É lamentável o protagonista desse golpe ser o Vice-Presidente da República, que teve a confiança da Presidenta Dilma e ficou dentro do Palácio do Planalto, inclusive como seu articulador político. Ele abriu mão da sua dignidade para entrar, no Palácio do Planalto, pela porta dos fundos, pela porta dos traidores.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Convido para fazer uso da tribuna, como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia.

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana, caras Senadoras e Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Deputados que nos visitam, eu venho à tribuna para expressar um sentimento que, até agora, não foi manifestado. É compreensível, porque ainda estamos na avaliação do que aconteceu ontem.

Na quinta-feira, véspera da grande decisão da Câmara dos Deputados, eu vim aqui um pouco apreensiva e até preocupada, porque, no meu celular, havia uma enxurrada de mensagens, algumas delas ameaçadoras. E aqui, no plenário, eu manifestei a preocupação de que aquelas ameaças virtuais pudessem chegar ao mundo real na prática.

Para a minha satisfação, como cidadã – e falo agora como cidadã –, com as bandeiras vermelhas dos partidos que apoiam o Governo, dos movimentos sociais, de todos, com uma absoluta atitude respeitosa, naquilo que poderia ser um confronto, Senador, em tudo o que aconteceu no começo, durante e no final, parecia um jogo de final de Copa do Mundo, com torcidas organizadas. Mas as torcidas por um ato em que, pela primeira vez, no Brasil, está se valorizando a política.

Independente de avaliação do mérito, é de se imaginar que a sociedade brasileira ontem foi para a frente da televisão ou ouviu o seu rádio para acompanhar uma decisão da Câmara dos Deputados. Isso vai acontecer também aqui, nesta Casa. E, de maneira absolutamente pacífica, respeitosa, foram às ruas das capitais brasileiras, de algumas cidades brasileiras, aos milhares. Isso, para mim, é a parte essencial da maturidade política de nosso País, que precisa ser reconhecida.

Na quinta-feira, Senador, quando falamos do caso da Senadora Gleisi e do caso da Senadora Vanessa Grazziotin, que lembrou que também estava recebendo ameaças, cada um de um lado, fiz uma exortação às lideranças dos movimentos sociais e dos partidos políticos para que não houvesse nenhuma violência.

Pode se discutir o muro que foi construído em Brasília, mas o fato é que prevenir é sempre melhor que remediar, Senador Blairo Maggi. É sempre melhor do que remediar. E eu penso que as autoridades, em todos os lugares, foram extremamente cuidadosas e competentes na prevenção.

O próprio Senado Federal fechou os acessos para evitar qualquer problema. Só estavam autorizados a entrar, no Senado Federal, os servidores e os Senadores. Eu vim para cá, ao meio-dia, e fiquei, no meu gabinete, que funcionou regularmente. Mas havia um cuidado: de vez em quando, chegava um segurança para perguntar se estava tudo bem, se não havia problema ou se alguém queria sair. Não houve nenhum problema. Nenhum problema!

Isso foi a demonstração mais clara de uma maturidade política extraordinária. Há também um sinal muito claro no que aconteceu a esse respeito: eram as bandeiras vermelhas de um lado, as bandeiras verde-amarelas de outro e as bandeiras do arco-íris do LGBT, tudo isso numa convivência harmoniosa.

Mesmo os discursos mais exaltados na hora da votação fazem parte do processo, Senador Paim. Houve as disputas dos sindicatos, porque lá há muitos sindicalistas, Deputados que foram eleitos pelo movimento sindical. É assim numa assembleia. E o que é o Plenário da Câmara dos Deputados se não uma grande assembleia, uma sessão de votação?

Era natural, no meu entendimento, o acirramento dos ânimos, a gritaria, às vezes a vaia, às vezes o aplauso. Isso faz parte do cenário. Não houve nenhuma agressão a não ser as agressões verbais, aquelas manifestações radicalizadas. Acho que a radicalização para um lado ou para o outro não ajuda. Mas penso que o grande rescaldo do ponto de vista da essência da manifestação democrática foi a pacificação da sociedade naquele momento.

Hoje, numa partida de futebol em São Paulo ou até no Rio Grande do Sul, numa decisão final, vemos as torcidas saírem se batendo e se agredindo, às vezes até com mortes. Então, o que vimos foi uma espécie de grande decisão de uma grande partida decisória. E nós todos vimos o comportamento exemplar de todos os manifestantes.

Nós vamos ter que ter, aqui, no Senado Federal, outra atitude. Não precisamos e não deveríamos talvez lembrar o tio, a avó, a madrinha, para que seja uma atitude de sim e não ou de apenas um retrato da responsabilidade, porque esta Casa fará julgamento. Ela fará julgamento. E o julgamento será jurídico, com base jurídica, com base técnica e com base política.

Também revelou esse processo todo de crise que estamos vivendo, Senador Jorge Viana – V. Ex^a muitas vezes falou sobre isto, e também mencionou o Senador Ricardo Ferraço –, a fragilidade do sistema de governo e outro fator fundamental, a fragilidade cada vez mais profunda do sistema partidário brasileiro. Um país, como o Brasil, não pode conviver com 43 partidos políticos, às vezes com uma representação sem legitimidade, com partidos que, em alguns casos – não posso generalizar –, são criados apenas e tão somente para ter não um compromisso programático, um compromisso de governabilidade, um compromisso de interesse nacional, mas outros interesses, tanto que o partido nasce num dia com um número muito grande de Parlamentares e, no outro dia, aquele número já não existe mais e o partido se reduz a pouca representação, a nenhum ou a poucos Deputados, um ou dois.

Nós temos que aproveitar este momento que nos oferecem como lição, para reexaminar a questão política, a questão partidária, a tão falada reforma política como condição essencial para assegurar não agora, mas para o futuro de nosso País, uma segurança maior, uma estabilidade maior, para dar também aos setores que produzem e que trabalham a segurança jurídica necessária e a estabilidade fundamental para qualquer setor produtivo.

Da mesma forma, um governante que está ali, no Palácio do Planalto, precisa ter um relacionamento respeitoso, fluido com o Congresso Nacional, um relacionamento capaz de discutir os temas nacionais, eu diria, na essência dos temas, nas prioridades nacionais, e não no varejo político. Isso é o que leva os próprios Parlamentares ligados à Base do Governo a essa dificuldade hoje quanto à governabilidade, nesse sistema de coalizão, com vários Partidos com interesses muito pulverizados.

Eu penso que a lição que a crise nos deixa é, primeiro, de que precisamos continuar focados no equilíbrio, na responsabilidade e no compromisso com País. Não podemos olhar e tão somente seguir o interesse particular de cada um, mas sim o interesse maior de um País que está com inflação alta, com desemprego elevado.

Temos as condições maiores para não cair. Por isso, eu tenho repetido aqui, meu caro Senador Jorge Viana, caros colegas Senadores, que acredito muito na capacidade das lideranças de todos os segmentos do nosso País e na superação dessa crise. O Brasil é maior que a crise, e é por isso que eu creio, sinceramente, que o que aconteceu domingo é também um elemento fundamental para inspirar as lideranças para continuarem, de maneira absolutamente comprometida com o interesse nacional, a superar a crise. Não podemos mais conviver com o nível de desemprego como nós estamos, com a inflação elevada, com a insegurança jurídica e com o setor produtivo querendo trabalhar, mas não sabendo o que vai acontecer.

Nós precisamos, da mesma forma, ter muita responsabilidade aqui, no Senado Federal, com fundamento no Regimento Interno, com fundamento na Constituição, que passa, a partir de agora, a ser, para os Senadores e Senadoras, a Bíblia para orientar as decisões desta casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Ana Amélia, cumprimento V. Ex^a. Convido para fazer o uso da tribuna o Líder do Governo na Casa, Senador Humberto Costa.

A Senadora Ana Amélia hoje ainda deixou um bom tempo, colaborando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Senadora. Com a palavra V. Ex^a, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos ouvem pela Rádio Senado, o Brasil acordou com um gosto amargo de golpe na boca, acordou cansado e envergonhado.

Na Câmara dos Deputados, em uma sessão comandada por um Presidente que deveria estar fora do cargo, respondendo por dezenas de crimes financeiros, foi aprovado o processo de impedimento de uma Presidente da República que não cometeu nenhum crime de responsabilidade, uma mulher que tem um passado limpo, que é honesta e digna.

Durante o dia de ontem, assistimos a um espetáculo digno de um circo de horrores. O processo de impedimento foi aprovado numa sessão repleta de Parlamentares que respondem a processos civis e criminais. Foi uma sessão na qual se viu e se ouviu de tudo, menos – salvo raríssimas exceções – alguém pegar o microfone para dizer o que pensa da acusação que estava sendo feita à Presidenta. Falou-se de tudo, e se mandaram recados para todos, filhos, netos, pais, amigos, gato, cachorro, papagaio. Mas ninguém que votou no golpe do “sim” explicou o porquê de se tirar uma Presidenta da República eleita por mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras que não cometeu crime algum.

Foram feitas as menções mais absurdas, como até a torturadores do regime militar. É claro que uma aberração dessas tinha de partir de alguém como Jair Bolsonaro. Foi uma citação descabida e absurda quando o tema da sessão era justamente o mandato de uma Presidenta que lutou contra a ditadura e que foi presa e torturada por algozes liderados, quem sabe, pelo “homenageado”.

Aconteceu, na sessão da Câmara, um golpe contra a Constituição. Não há outro nome para o que foi feito. Mais de 54 milhões de brasileiros tiveram desrespeitada a sua vontade expressa nas urnas, em 2014, sem justificativa. Um castigo sem crime, um assalto à democracia!

Mas que os apressados tenham calma! A guerra não terminou. A batalha, agora, é no Senado, onde vamos atrás de provas, de consistência na denúncia. Vamos respeitar e fazer um debate amplo e exaustivo. Vamos cumprir o que apregoa a Constituição.

No Senado, tenho certeza, não teremos um processo guiado pela vingança, pelo rancor, pela perseguição política que se viu no processo presidido pelo Presidente da Câmara. Confiamos na responsabilidade e na análise mais serena dos Srs. Senadores. Confiamos igualmente que aqui o Presidente da Casa exercerá estritamente seu papel de magistrado, não será um cabo eleitoral de um Vice-Presidente traidor e golpista, como fez vergonhosamente na Presidência da Câmara o Sr. Eduardo Cunha. O Presidente aqui não irá se perder numa aventura como aquela em que mergulhou de forma irresponsável o Presidente da Câmara. O próprio Renan Calheiros já disse que respeitará seu papel institucional e que não vai atropelar o processo. Aqui, será diferente.

Que não se pense que a tentativa de golpe que tomou forma no dia de ontem vai nos esmorecer! Estamos com a democracia e com a verdade. Não há por que não estarmos confiantes e com disposição redobrada para lutar. Vamos continuar mobilizados. Nossa militância e os movimentos sociais vão continuar nas ruas. Temos o que defender e lutamos o melhor dos combates, porque temos ao nosso lado o povo brasileiro, que não aceitará perder as conquistas obtidas durante os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Vamos brigar até o fim contra a tentativa de retirar do trabalhador os seus direitos, de ver sumirem programas como o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, o Pronatec e o Fies, de assistir ao desvirtuamento do atendimento básico à saúde ou ainda de terem de voltar aos gráficos as 36 milhões de pessoas que foram retiradas do mapa da miséria.

A supressão de tudo isso está no arremedo de programa de governo que, a mando da Fiesp e, com toda certeza, do PSDB, o Vice-Presidente golpista já distribui por aí com a mesma desfaçatez com que já negocia cargos e promete benesses. É isso que está em jogo. É isso o que move os golpistas. Não é luta contra corrupção coisa nenhuma! Se assim fosse, não estariam todos mancomunados com o Presidente da Câmara dos Deputados, que deveria responder pelos seus crimes.

Contra a corrupção quem lutou foi o Governo de Dilma, como foi o governo de Lula. O Governo deu autonomia à Polícia Federal e fortaleceu a Justiça e as instituições, bem diferente dos governos anteriores, os do PSDB, que tinham até engavetador de denúncias.

Está em jogo o Brasil que queremos e que não é mesmo Brasil da Fiesp, de Bolsonaro, de Michel Temer e de Eduardo Cunha, mas que é o Brasil das oportunidades para todos, das vagas em escolas e em universidades para todos, do fim das desigualdades. Não é o Brasil que hoje está absolutamente envergonhado pela repercussão internacional daquela farsa grotesca que aconteceu no dia de ontem. Basta olhar o que dizem alguns jornais importantes internacionais e revistas também. A *Der Spiegel* já está chamando o *impeachment* de golpe frio. O *Página/12*, da Argentina, fala abertamente em golpe institucional no Brasil e dá a um de seus artigos o título de “O Golpe dos Escravocratas”.

O jornal espanhol *El País* traz matérias e artigos que fazem referência expressa ao ridículo da votação de ontem. "Circo e Constrangimento na Câmara" é um desses artigos. Nesse artigo, menciona-se que frases como "fora roubalheira" foram gritadas no plenário, o que não deixa de soar ironicamente já que sobre as costas de boa parte dos Parlamentares recaem acusações justamente de delitos de corrupção. Outro artigo é mais direto ainda e diz: "Cunha entrega o *impeachment* e deve receber anistia em troca".

O jornal *The New York Times*, principal jornal norte-americano, adverte para um provável dano duradouro à democracia brasileira e fala dos fundamentos frágeis do processo de *impeachment*.

O francês *Le Monde*, em sua principal matéria, intitulada "A descida ao inferno de Dilma Rousseff", diz que as pedaladas fiscais, praticadas por todos os governos anteriores ao de Dilma, na verdade são um pretexto e que ela, que até agora nunca foi acusada de enriquecimento pessoal, é julgada sob o comando do seu algoz principal, que, ao contrário, foi denunciado por enriquecimento ilícito.

Mas, talvez, o mais incisivo tenha sido o jornal britânico *The Guardian*, o mais independente jornal do Reino Unido. Na matéria, o jornal *The Guardian* menciona que, na noite escura, o ponto mais baixo foi o voto de Bolsonaro, que o dedicou ao torturador de Dilma, Carlos Brilhante Ustra. O jornal menciona os votos de Maluf e é implacável ao dizer que a votação refletiu os aspectos farsescos da democracia brasileira, como o fato de o Partido das Mulheres só ter homens.

A que ponto chegamos? Estamos sendo vistos pelo mundo inteiro como uma republiqueta de bananas. Esse golpe não está destruindo apenas a nossa democracia; está destruindo a imagem do nosso País, do nosso sistema político.

Mas é outro Brasil que nós queremos preservar: o Brasil das oportunidades, o Brasil do respeito aos direitos humanos, o Brasil do fim da miséria e da pobreza absoluta. É este o Brasil que nós temos de preservar, o Brasil que mudou com Lula e com Dilma. E é o que nós faremos, agora mais do que nunca, agora com mais disposição ainda.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Líder Humberto Costa.

Peço ao Senador Raimundo Lira, para que, se puder, venha a assumir a Presidência, pois sou o próximo orador inscrito. Vamos seguir, então, com a lista de oradores.

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido o Senador Jorge Viana para ocupar a tribuna.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Raimundo Lira, e colegas Senadoras e Senadores, eu, como fizeram todos os colegas que me antecederam, não posso deixar de tratar – aliás, é com este propósito que venho à tribuna – do momento político que o Brasil vive.

Ontem, tivemos uma sessão histórica na Câmara dos Deputados. A discussão é: em que página da história aquela sessão vai estar inscrita? Sou daqueles que não têm dúvida de que aquele episódio, pela primeira vez transmitido ao vivo, acompanhado em tempo real pelas redes sociais, ocupará uma das mais tristes páginas da nossa história.

Foi vexatório, foi vergonhoso nós vermos as recorrentes manifestações que se desvinculavam da verdade, do momento importante que o Brasil estava vivendo: a possibilidade de retirada do poder, antes da conclusão do mandato, de uma Presidenta dita – inclusive por seus maiores algozes e adversários – honesta, de um Governo que recebeu 54 milhões de votos há menos de dois anos.

É muito sério o momento que estamos vivendo. O mundo inteiro se pergunta: como uma Nação do tamanho do Brasil, com 203 milhões de habitantes, com uma democracia conquistada a duras penas, vive uma situação tão vexatória?

Colegas Senadores e Senadoras, todos se perguntavam, como será o dia seguinte, após a execução do plano de Eduardo Cunha? Nós chegamos no dia seguinte. Hoje é o dia seguinte. Nós temos que seguir nos perguntando: o que queremos para o nosso País? O que queremos para o povo brasileiro? Será que é este ambiente de intolerância, em que brasileiros deixam de conversar uns com os outros, em que um grupo não aceita que outro grupo ou que outros brasileiros entrem e ocupem o mesmo espaço? Depois desse ambiente de intolerância e de ódio, agora estamos partindo para as decisões.

Chegamos ao dia seguinte, e eu pergunto: a Câmara dos Deputados, a Casa do povo, está maior ou menor hoje? E eu respondo: Eu acho que está menor. É o que se comenta. Eu tenho que respeitá-la. É uma Casa legislativa, vamos respeitá-la.

Agora o desafio é no Senado. Falava ainda agora com o Senador Magno Malta. Nós temos que conversar, dialogar, estabelecer. Eu estou fazendo um registro daquilo que vi e daquilo que o mundo comenta. Mas nós, no Senado Federal, na Casa da Federação, temos a responsabilidade de tentar encontrar um caminho que não agrave mais ainda a crise brasileira, que possa pacificar o nosso País, que possa fazer um reencontro de todos nós na democracia.

Eu comprehendo os que vão às ruas protestar, cobrar e criticar, é parte do jogo democrático; da mesma maneira que fiz ontem, acompanhando a manifestação bonita, emocionante dos movimentos sociais, de pessoas simples do nosso povo que estavam preocupadas em deixar bem claro que são defensoras da democracia. Os milhões de pessoas que estão indo às ruas em defesa da democracia e contra o golpe não estão indo porque querem bater palmas para o Governo da Presidenta Dilma e do PT, não!

Muitos têm críticas, têm cobranças a fazer, mas sabem separar as críticas, as cobranças da defesa de um valor tão importante. O que está em jogo é o que acontecerá se for efetivado, por exemplo, esse atalho à Constituição e se for efetivada a retirada, antes do fim do mandato, de uma Presidenta honesta. Nós vamos ter um precedente para que qualquer prefeito que esteja enfrentando dificuldades ou má avaliação também possa ser apeado do poder. O mesmo com o Governo, a insegurança vai vir junto.

Acho que Senado Federal é a Casa que pode, com serenidade, de maneira diria até suprapartidária, buscar encontrar um caminho para que o País não veja a situação se agravar.

A narrativa do golpe é sempre a mesma, não importa em que tempo, em que País, é a mesma: um grupo descontente se junta, usa argumentos, envelopa seus argumentos e, como estamos vendo no Brasil, numa onda dita moralizadora, que, quando vemos uma votação aberta igual à de ontem, passamos um verdadeiro vexame.

É absolutamente vergonhoso ver o que vimos ontem. Tão vergonhoso que foi a mais longa transmissão ao vivo das grandes emissoras de televisão. A Rede Globo, me parece, passou quatro horas sem nenhum dos seus jornalistas ter a coragem de fazer um breve comentário sobre aquele espetáculo deprimente que vimos na Câmara dos Deputados ontem. Quatro horas ao vivo sem ter a coragem de fazer sequer um comentário. O mundo inteiro comenta hoje. Está aqui. A imprensa internacional comenta.

Vejam o que dizem aqui alguns jornais. O *Financial Time*: "Analistas e até mesmo alguns políticos da oposição temem que a votação de domingo contra Dilma possa ter dado início a uma transição arriscada."

O *El País* fala que, desde 1985, quando o Brasil estava se reencontrando com a democracia, nenhum relatório jurídico foi lido com base jurídica que poderia justificar o crime de responsabilidade para a Presidenta Dilma cair.

O *The Guardian*: "A Presidenta Dilma Rousseff sofreu uma grande derrota nesse domingo, em um Congresso hostil e contaminado pela corrupção." Isso é um dos principais jornais do mundo, registrando nas páginas de destaque.

Diz o *The New York Times* que o potencial *impeachment* representa um risco e cria um sério teste para a democracia do Brasil, um país há tempos envolto em crise econômica e em que, até agora, quatro dos oito Presidentes eleitos desde 1950 não conseguem terminar seus mandatos.

La Nacion: "Um cenário mais condizente com uma partida de futebol do que com um dos momentos mais importantes da história da Câmara dos Deputados." Isso é o que aquela imprensa internacional diz.

A CNN: "O pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma é uma vingança mesquinha orquestrada por políticos acusados de crimes muito mais – graves – e sérios – que os da Presidenta."

Para citar alguns.

O *Washington Post* também faz uma citação, dizendo que o País atravessa um momento perigoso e que, em circunstâncias duvidosas, uma Presidenta pode ser afastada por um Congresso tão impopular quanto ela.

Então, esses são os fatos. Essa é a realidade.

E eu queria, aqui, dizer aos colegas Senadores: talvez não tenhamos ainda a exata dimensão, mas vejam se um eventual governo – absolutamente ilegítimo – de Michel Temer, tendo, como Vice, Eduardo Cunha, poderia fazer frente aos desafios que o Brasil vive neste momento.

Enquanto o processo está aqui, agora, no Senado, que tem o papel de julgá-lo nos prazos que a Constituição estabelece, alguém pode perguntar: será que vai haver alguém na rua cobrando rapidez para que o Michel Temer e o Eduardo Cunha assumam a Presidência deste País? Será? Será que é o melhor caminho, como foi dito ontem por um Deputado da Rede? Será que a porta dos fundos é o melhor caminho para entrar no Palácio do Planalto, ou qual é o melhor caminho para entrar no Palácio do Planalto? Certamente, é a rampa dos eleitos. Esse é o ponto fundamental.

E eu tenho fé em que esta instituição, que tem 190 anos, não fará coro, não assinará embaixo do plano executado com maestria por Eduardo Cunha.

Já que estamos diante de uma crise política, econômica e, agora, institucional, nós podemos, sim, encontrar caminhos que possam preservar a autoridade do voto dos brasileiros e das brasileiras. Essa confiança que eu tenho.

Eu queria fazer referência a uma pesquisa que o Datafolha fez ontem. Datafolha entrou na manifestação dos pró-*impeachment* e foi à manifestação de quem defende a democracia, que estava ali lutando pela legalidade, fazendo a defesa da continuidade do mandato da Presidenta Dilma. Foi lá e vejam o resultado. Ouviu em São Paulo e ouviu em Brasília. A rejeição a Michel Temer une os movimentos favoráveis ao *impeachment* e favoráveis ao Governo. A rejeição de Eduardo Cunha une os movimentos favoráveis ao *impeachment* e favoráveis ao Governo.

Vejam aqui o que diz o resultado da pesquisa do Datafolha: a maioria dos manifestantes na Avenida Paulista, ontem – que o próprio Datafolha fala que foram em torno de 250 mil pessoas –, 68%, acham que um eventual governo de Michel Temer será ruim, péssimo ou regular. Nem governo há, mas já há o diagnóstico.

Mais ainda, nós pegamos também aqui do Datafolha o resultado lá no evento em apoio, com mais de 50 mil pessoas no Centro de São Paulo no Vale do Anhangabaú, uma avaliação e, ainda pior, entre os manifestantes, obviamente, a favor da legalidade, que eram de 80%. Eles dizem, defendem que Temer também seja afastado. E quase 90% dizem que ele seria um governo ruim ou péssimo.

Quando se junta Michel Temer e Eduardo Cunha, aí vira quase uma unanimidade que nós vamos ter neste País. Há só um posicionamento que une os manifestantes de um lado, de uma ala, e do outro lado, de outra tese: é quando você pergunta sobre um eventual governo de Michel Temer e Eduardo Cunha ou quando se pergunta sobre a saída de Eduardo Cunha; quase 100% falam que ele não pode presidir a Câmara dos Deputados.

Eu não estou aqui querendo fazer uma ação direta contra um colega Parlamentar, mas que as perguntas ficam sem resposta ficam.

Agora, nós temos um fato consumado, e, certamente, esse não deve ser o melhor caminho para o Senado Federal, conhecendo os colegas que conheço e que refletem o espírito da Federação. Não é possível que o Senado vá dar um atestado de bons antecedentes, de idoneidade ao ato praticado por Eduardo Cunha ontem. Foi um vexame! Foi um vexame!

Nós não estamos discutindo mais o cumprimento de algo que está previsto na Constituição. *Impeachment* está previsto, mas, quando se trabalha com algo que está previsto na Constituição e se burla a Constituição, se atropela a Constituição, sem tipificá-lo, o nome é outro.

Por isso, eu queria, sinceramente, fazer um apelo aqui aos colegas Senadores e às Senadoras. Eu acho, respeitando uma parcela enorme da Câmara dos Deputados, que a Câmara dos Deputados emprestou para o País, ontem, o que ela tem de pior – o que ela tem de pior. E o Brasil espera de cada um de nós o que temos de melhor, e não de pior.

Eu penso que a história vai registrar o que fez um grupo de Parlamentares que prometia uma vitória aca-chapante – parece-me que foram 25 votos a mais do que o necessário, numa Casa em que há 513. Certamente, aqueles Deputados e aquelas Deputadas não estão autorizados, pela Constituição – isto ficou mais evidente ainda, depois das declarações do povo brasileiro –, a eleger, com um voto, um novo Presidente, desprezando o resultado das urnas.

Acredito que, no Senado, nós temos condição de tirar os incendiários e de colocar em seus lugares os bombeiros que tentam socorrer o Brasil, que precisa de cada um de nós. O País precisa de um posicionamento suprapartidário do Senado, um posicionamento que independa da região que cada um de nós representa. Os brasileiros, neste momento, carecem de uma atitude que nos traga de volta a esperança, que pacifique este País.

É verdade que o Governo da Presidenta Dilma cometeu erros, mas isso não autoriza, não justifica que a Câmara dos Deputados cometa um erro ainda maior. Isso não se justifica. No olho por olho, todos terminam cegos.

Vejam a barbaridade que é essa história de tentar tipificar o que houve como crime! O TCU agora é que vai julgar o primeiro ano das contas da Presidenta. Os decretos que fazem uma execução orçamentária jamais – jamais! – podem ser tipificados como crime. Os governadores todos fazem...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... essa execução orçamentária que a Presidenta fez.

Não havia uma decisão do TCU ainda dizendo que aquilo não seria permitido – não havia! E todos os governos anteriormente o fizeram. Fernando Henrique fez várias vezes. O próprio Líder do PSDB aqui, meu colega Cássio, chegou a reconhecer isso publicamente quando eu estava na tribuna.

Eu queria, então, concluir, Sr. Presidente, fazendo aqui um apelo. Este País não aguenta...

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Concede-me, quando oportuno, um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Imediatamente, Senador Cássio. Depois eu concluo.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Jorge, eu não vou, de forma nenhuma, fazer nenhum tipo de polêmica antecipada com V. Ex^a, até porque o processo chegou ao Senado, e não é momento fácil para a Nação brasileira. Ontem me perguntava o Senador Jorge: “O senhor vai comemorar onde?” Eu disse: “Não há o que comemorar”. Eu não tenho razão nenhuma para comemorar por uma série de fatores. O principal deles é a situação que vive o País e os brasileiros. Quero apenas fazer um reparo: quando fiz o aparte a V. Ex^a, eu não me referia aos decretos de suplementação; eu fiz referência...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Às pedaladas.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... às chamadas pedaladas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu fiz a ressalva, mas que fique bem claro que foi esse o seu aparte.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – E teremos, na discussão de mérito, a oportunidade de discutir isso. Eu queria apenas aproveitar o aparte ao discurso de V. Ex^a para lembrar não apenas aos Senadores e às Senadoras, mas principalmente aos telespectadores da TV Senado que ficam confusos. Há um conjunto de pessoas que não são filiadas ao Partido dos Trabalhadores, que não são simpatizantes sequer dos petistas, e que se perguntam: “Mas esse *impeachment* cabe?” Eu tenho, nas minhas relações de convivência, esse tipo de questionamento. Então, com a chegada do processo ao Senado, Senador Jorge, será possível, em primeiro lugar, caracterizar, de forma nítida, a natureza jurídica do crime de responsabilidade, que é uma infração político-administrativa. Assim define a doutrina, assim define o Supremo Tribunal Federal. Crime de responsabilidade, na sua natureza jurídica, é uma infração político-administrativa. A Presidente da República, nos crimes de improbidade, de corrupção ou qualquer outro delito do chamado crime comum, é julgada perante o Supremo Tribunal Federal. Nós outros, Senadores e Senadoras, só julgamos a Presidente da República nesta tipificação: crime de responsabilidade, que é um delito político-administrativo. Portanto, não adianta dizer que a Presidente Dilma é honesta. Você pode ter o governante o mais honesto do mundo que cometeu crime de responsabilidade. O crime de responsabilidade nada tem a ver com o ato de improbidade, de corrupção, de malfeitos. Perante essas acusações que existem em relação ao Governo da Presidente Dilma, a instância própria, o foro estabelecido é o Supremo Tribunal Federal. Então, apenas, como nós teremos chance – eu não quero abusar do aparte que V. Ex^a me concede –, gostaria apenas de dizer que, no caso do governo do Presidente Lula, do Presidente Fernando Henrique, as pedaladas ou esses fluxos de caixa eram feitos num curto espaço de tempo, em valores simbólicos, ou de pouca expressão por volume, e há uma diferença brutal em relação ao Governo da Presidente Dilma, pelos valores que foram movimentados. Aí você tem uma diferenciação que é muito nítida. Mas nós teremos, ao longo do processo, teremos aqui um processo que será feito com a devida cautela, com o estabelecimento do contraditório, o respeito ao devido processo legal, com amplo direito de defesa, e oportunidades não nos faltarão para esse debate mais aprofundado. Eu apenas me apressei para lembrar que não fazia referência aos decretos, mas, sim, aos empréstimos que ganharam proporções bilionárias no período do Governo da Presidente Dilma Rousseff.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Quem dera – quem dera! – que esse *impeachment*, ou essa proposta de *impeachment* da Presidenta Dilma, que agora ganhou feição e cara, com o resultado de ontem na Câmara dos Deputados, tivesse...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...amparado na tipificação de crime, naquilo que estabelece a Constituição. A Constituição é clara: tem que haver um atentado contra ela para se tipificar um crime de responsabilidade. E não há absolutamente nada disso.

E, agora, eles reconhecem que a metade da argumentação não cabe, porque o Fernando Henrique também fez pedaladas. E, então, prendem-se aos decretos, que não criaram dolo. Não houve crime, o mundo inteiro está vendo; o que há é uma sina, um desejo de vingança.

Cumprimento V. Ex^a por não ter comemorado. Acredito! Mas, certamente, ontem, nas mansões de Brasília, houve uísque a rodo celebrando e agradecendo a Eduardo Cunha por ter levado o Brasil para esse abismo – estamos à beira do abismo! Agora, cabe ao Senado tirar o Brasil deste abismo.

Aqui, confiando em um rito que obedecerá à Constituição, que o Presidente Renan vai conduzir, espero que possamos dar nossa contribuição. Cada um de nós vai ser chamado para ajudar o Brasil a não piorar.

Quero concluir, perguntando: o Brasil, com os problemas econômicos, com esse enfrentamento político, com o povo na rua, aguenta ou não aguenta um governo Michel Temer com Eduardo Cunha de Vice? Ou vice-versa, com Eduardo Cunha e Michel Temer? Não aguenta.

Eles vão ter de entrar pela porta dos fundos do Palácio do Planalto, porque, pela rampa, só com o voto popular. Quem é que vai dar apoio? Quem é que vai da sustentação a um eventual governo ilegítimo?

Por isso, é importante. Ainda temos tempo. O Senado Federal, certamente, pode ser a Casa que – por ser a instituição mais antiga da República – porá fim a esse desejo de vingança.

Confesso, particularmente, que fiquei muito decepcionado com o Vice-Presidente, Michel Temer. Chocaram-me as cenas do filme de terror que vi. Fazer discurso de posse antes da hora; colocar a faixa; sentar-se na cadeira antes da hora.

O que está em jogo é algo muito mais sério, não são nossas preferências; o que está em jogo é o nosso País. Este País que, a duras penas, conquistou a democracia. Democracia que é uma referência no nosso continente, uma referência entre os países emergentes e que, agora, está ameaçada pela sede de vingança de um Presidente de Poder, no Brasil, que é o Presidente da Câmara.

Prefiro acreditar que um grupo grande de Senadores, nesta Casa, de maneira suprapartidária, vão pegar os destinos deste País, o destino da democracia brasileira, e vão fazer algo que possa pacificar este País, que possa reencontrar os brasileiros e cumprir o que está estabelecido na Constituição. Eu vou estar aqui, como Vice-Presidente, como um colega, procurando ajudar o Brasil a vencer este momento de dificuldade. Não para desfazer o que a Câmara fez, mas para fazer aquilo que precisa ser feito nesta hora de crise tão grave que o nosso Brasil enfrenta.

Que Deus possa nos permitir a, juntos, com o trabalho, com a serenidade, com o diálogo, encontrar uma saída que possa ajudar o Brasil a vencer a crise e a pacificar o nosso povo, fortalecendo a democracia!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convidado, para ocupar tribuna, na condição de Líder do PR, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, neste final de semana, eu, como a grande maioria dos brasileiros, assisti pela TV, ou ouvi pelo rádio, aos desdobramentos aqui de Brasília. Nos últimos dias, ouvindo os discursos que são feitos aqui na tribuna do Senado, chama-me atenção a situação para que estamos nos encaminhando, em que as lideranças e os partidos tentam separar os brasileiros em dois grupos – o “eles”, o “nós”, os “a favor”, os “contra” –, e não conseguem avançar na direção de um entendimento ou, pelo menos, de entender a situação na qual nos encontramos neste momento, de piora violenta que houve na economia. E a impressão que tenho, ao ouvir alguns colegas, é de que alguém não quer, alguém não aceita, alguém não deseja que os brasileiros menos favorecidos no passado, que ganharam condição ou ascenderam socialmente, e que passaram a fazer compras, a ter crédito, a andar de avião ou de ônibus, quem não andava, a impressão que dá é a de que esses brasileiros chegaram a essa condição, por um favor de alguém, e agora os outros estão cobrando e dizendo: “Não, você não pode ficar aqui; você tem que voltar para onde estava”.

E sinto que a culpa é jogada, entre aspas, em “uma elite brasileira” que não quer a presença desses brasileiros nos mesmos aeroportos, nas mesmas rodoviárias, nas mesmas praias, nos mesmos restaurantes. Acho isso um erro total, absoluto, despropositado. Quem não quer manter a condição de compra e ascensão social que esses brasileiros tiveram nos últimos anos?

Acho até uma falta de bom senso dizer que alguém não quer esses brasileiros no mesmo lugar. Ora, meu Deus do céu! Todos queremos é a partir daí; todos queremos é continuar a fazer com que esses brasileiros que ascenderam socialmente possam continuar a avançar e possam continuar a comprar e fazer as coisas.

Eu, quando – Senador Magno, já lhe dou um aparte – subo nesta tribuna, e subi várias vezes aqui para defender a questão do *impeachment*, até disse que havia um cadáver insepulto na sala, que precisava ser tirado, e falava isso já no ano passado. E, quando falava isso, é porque não queria, não desejava e tinha certeza absoluta de onde chegaríamos no dia de hoje. Chegaríamos com perdas substanciais na economia brasileira; chegaríamos com as perdas daqueles que foram alçados a outra condição.

E esses que foram alçados a outra condição iriam perder essa situação, porque o Estado não produz, o Estado não gera riqueza. Quem gera riqueza e quem produz são os empresários, são os trabalhadores, são todos aqueles que põem a mão na massa, de uma maneira ou de outra, e que geram a riqueza. E essa riqueza é que vem para o Governo e, a partir do Governo, pode voltar em programas sociais.

Ouço o Senador Magno Malta que está com pressa de falar aqui.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Blairo, Líder, eu o escuto com muita atenção, porque...

(Soa a campainha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – ... V. Ex^a é um exemplo. V. Ex^a e sua família são geradores de honra no Mato Grosso e por todo o Brasil. Quem gera emprego gera honra. A honra de um homem é o seu trabalho. V. Ex^a e a sua família têm dado milhares de emprego por conta das atividades bem-sucedidas, como empresário que é V. Ex^a. Eu ouço V. Ex^a com atenção, porque sei que V. Ex^a, ex-Governador, um homem lúcido, que conhece a economia deste País, começa a fazer um relato para desmontar um discurso de campanha eleitoral que é muito mais para as bases, enquanto o processo ainda estava na Câmara, ou que é a tentativa de confundir alguns indoutos – ou que fingem que são indoutos, mas não são –, de confundir a cabeça de outros. V. Ex^a fala que o discurso é de que os avanços sociais serão perdidos e de que a elite quer tirar exatamente a santa Dilma Rousseff para que os mais pobres, os mais simples deixem de andar de avião e não estejam nas praças de alimentação dos aeroportos do Brasil e vice-versa, um discurso absolutamente sem sentido e desencontrado. Veja bem, quando eles falam isso, tentando mostrar o currículo no avanço social, e dizem que fizeram o Pronatec, ninguém pode desmentir. Vai tapar o sol com a peneira? Não pode. Foi feito, sim. Eles dizem que fizeram os IFs, escolas técnicas. Alguém vai tirar? Não, é verdade. Foi feito o Bolsa Família. É verdade. Só que o Bolsa Família tem que ter duas portas: uma de entrada e uma de saída. Eles só fizeram com uma, em que a pessoa entra e fica presa ali dentro: “Você é meu, o boi não lambe e, daqui para frente, vai fazer o que nós mandarmos, eleitoralmente, seu voto é meu, e está tudo certo”. Mas esse não é o bom programa social. Nós fizemos isso. Tudo bem! Fizeram. Houve inclusão social? Houve. Ninguém pode ficar cego para isso. Por que houve a inclusão social? Porque os fundamentos da economia já haviam sido dados pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o que eles não são capazes de reconhecer, até porque eles não reconhecem nada. Eu tenho medo de eles falarem que foi Lula que rezou a primeira missa no Brasil. Os fundamentos economia tinham sido dados, o Brasil tinha economia forte, solidificada, já respeitada no mundo. Foi possível fazer? Foi. Ponto. Foi feito. Agora, Senador Blairo, por terem feito Pronatec, Bolsa Família, universidades, eles agora estão autorizados a cometer qualquer tipo de crime e ser perdoados? Com esses programas sociais, eles podem pintar a saqueira e ninguém pode falar nada, porque, se você disser que cometem crime, vão dizer: “Não! Vão esquecer o que fizemos?” Se alguém diz: “Olhem os desmandos na Petrobras”, eles vão dizer: “Mas vocês estão esquecendo o que nós fizemos, o que essa mulher fez, Luz para Todos, o que esse homem fez”. Mas pode cometer crime? Não! Nenhum homem está autorizado a cometer crime e depois se safar por conta do seu currículo. Há que se entender que isso não foi feito do dinheiro do bolso, foi feito com o suor do brasileiro. Ela cometeu crime de responsabilidade fiscal. Quem é a elite? Eu subi aqui no elevador, e a ascensorista do elevador dizia: “Senador, vai tirar, não vai?” Eu falei: “Você mora no Lago Sul?” Ela disse: “Não, senhor, eu sou ascensorista do elevador”. Eu disse: “Ah, porque estão dizendo que quem fala isso é a elite”. É a elite de motorista desempregado, elite de cobrador de ônibus desempregado. Então, isso não cola. E volto ao ponto, para devolver para V. Ex^a a palavra. Eles dizem que eles não suportam...

(Soa a campainha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – ... ver pobre no aeroporto. Eu nunca fui espancado em aeroporto, e eu sou pobre. Isso é bobagem. Há esses pobres, por exemplo, que receberam Minha Casa, Minha Vida, esses que pagam o mínimo, R\$100, R\$150, R\$75, R\$200. Eles são financiados pela Caixa: a Caixa paga tudo, e ele paga R\$100 para a Caixa. Agora, eles perderam o emprego, não têm seguro-desemprego, vão ficar inadimplentes de R\$150 com a Caixa. E, quando fizer cinco meses de inadimplência, sabe o que vai acontecer com esse pessoal que recebeu Minha Casa, Minha Vida? A Caixa vai tomar a casinha deles, porque estão inadimplentes. A Caixa não vai perdoar. E as pedaladas se constituem em uma realidade tão verdadeira, que o banco entrou na Justiça contra o Governo para receber o dinheiro dele, das pedaladas fiscais. Então, isso é uma falácia. Eu não acho que isso seja um bom discurso e não acho que seja um bom discurso hoje no Senado a Base do Governo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – ... ir para a tribuna nos chamar de golpistas. Isso não gera diálogo, não gera conversa. Eu não sou golpista e, se me chama de golpista, não quero sentar para conversar. Se o Senador Jorge me chamar para conversar no meu gabinete ou no gabinete dele, pela deferência que tenho a ele, até porque temos uma luta homérica neste País juntos lá no Acre, eu vou sentar com ele e vou ouvi-lo, e ele vai me ouvir. Se qualquer Líder, como o Senador Humberto, me chamar, eu vou sentar. Aqui, a Casa é pequena, e nós podemos nos falar diferentemente. Agora, ir para a tribuna, mostrar papel e dizer “Não, porque um falou em nome da mãe, em nome dos filhos; o outro disse que estava votando em nome do pai dele, em nome do Estado dele”... la falar em nome de quem? É só pegar o *impeachment* do Collor e ver como é que o PT votou naquela época: “Pela libertação do Brasil, por Zumbi, por minha mãe, pelos desempregados

do ABC paulista"... O sujeito está lá, o voto é dele, ele fala como ele quiser e da maneira do sentimento dele. E isso não vai mudar voto aqui no Senado. Esse tipo de discurso na tribuna do Senado não muda meu voto, não muda seu voto, não me convence, não me leva para um diálogo. Nós não queremos ser afrontados aqui com esse tipo de discursos, porque, senão, o nosso sentimento será: "Estão agarrados ao poder, do osso não querem tirar a boca e querem fazer qualquer negócio para continuar aí". Eu não quero ouvir isso, Senador Blairo, como V. Ex^a, e não quero ser chamado de golpista. Ou mudam essa palavra ou... Aqueles que estão definidos aqui não vão mudar, os que estão indecisos ficarão com raiva. Esqueçam. Na Câmara, já passou. Houve admisibilidade. Agora, é o rito no Senado. Podemos conversar? Podemos conversar, mas não é que nós vamos tirar Madre Teresa Dilma de Calcutá do poder. Dizem: "Ah! Viu as manchetes dos jornais internacionais, dizendo que estavam tirando *selfies*? Os jornais dizendo que parecia um jogo de futebol". Ei! Os jornais internacionais estão falando mal de nós há muito tempo, falando da Petrobras, da prisão de José Dirceu, da prisão de Vaccari, da prisão de Odebrecht, da prisão da OAS... Eles esqueceram tudo! Agora, só estão dizendo que os jornais falaram de ontem?! Ah, mamãe me acode! Obrigado, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Para concluir meu raciocínio, eu gostaria de dizer que essa separação, com a qual eu iniciei a minha conversa, de eles para cá, nós para lá, uns de um lado, outros de outro, para mim, não serve. Eu, quando defendo hoje o *impeachment*, defendo justamente para tentar – veja bem: a palavra é tentar – resgatar e tentar não deixar aprofundar ainda mais essa diferença que nós conseguimos conquistar no passado, do que não queremos abrir mão. Então, não se trata aqui, pelo amor de Deus, de dizer que aqueles que querem o *impeachment* para tentar corrigir a economia farão isso em detrimento daqueles outros que foram menos favorecidos durante a história do Brasil. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eu estou aqui nesta tribuna, neste Senado, tentando é não deixar as coisas piorarem ainda mais, porque elas foram muito além do que nós poderíamos imaginar, há um ano, dois anos. Então, eu quero deixar essa minha posição.

Eu ouço o Senador Medeiros que levantou o microfone para um breve aparte.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Breve aparte. Senador Blairo Maggi, V. Ex^a tem estofo e estatura para fazer este pronunciamento agora neste momento, porque não o faz só agora. Eu estou há um ano e pouco aqui no Senado e, já quando cheguei, me lembro de V. Ex^a tomando a iniciativa de trazer Ministros do Governo para conversar com os Senadores – e não era para fazer acordos, não era para conversas não republicanas. A conversa e o tema eram quais as saídas para o Brasil, quais os caminhos que o Brasil devia trilhar para sair da crise que eles negavam naquele momento.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – V. Ex^a já antevia e buscava saídas. Naquele momento, o Governo Federal negava a crise. E, de lá para cá, o roteiro foi o mesmo: V. Ex^a sempre avisando, sempre subindo aí, até que chegou a um ponto, em meados do final do ano passado, em que V. Ex^a chegou a fazer um discurso justamente dizendo que chegava e que não aguentava mais o Brasil ser sempre o País do futuro – lembro-me bem dessa sua fala aqui. Neste momento em que nós estamos, agora já assumiram a crise. Nós estamos neste momento em que o Governo está saindo, a Presidente perdendo o cargo, mas estão perdendo justamente por não ter ouvido falas como a que V. Ex^a fez aqui. E a oposição se comportou também mais ou menos nessa linha, no sentido de alertar, e não de atrapalhar. Agora, criaram os factoides, criaram um discurso, que eu não sei para quem... O Senador Magno Malta...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu não sei para quem estão falando, porque o *The Guardian* e os jornais todos não votam aqui; quem vai votar são os Senadores. Agora, não podem culpar este Senado, porque, como eu citei o seu exemplo, houve vários outros Senadores aqui que se comportaram no sentido de achar uma saída para o Brasil. Não foi o que aconteceu. Começaram a fazer, o tempo inteiro, esse discurso contraditório, em que o *impeachment* é golpe, em que a pedalada não é crime, em que o Vice-Presidente é traidor. Ora, pouco tempo atrás, vazaram uma carta em que ele reclamava com a Presidente que ele não conseguia fazer interlocução, que ele não conseguia tentar ajudar o Governo. Então, agora, estão com esse discurso aí. V. Ex^a foi pontual, cirúrgico. Eu não tenho dúvida de que, neste momento em que esse *impeachment* está colocado, o Senado tem um desafio muito grande de criar um marco zero para fazer com que o Brasil volte a caminhar. Muito obrigado. Desculpe por ter me delongado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador José Medeiros, pela sua participação.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que eu assisti ontem praticamente a 90% da sessão, ouvindo os votos. Aqueles que perderam reclamam da forma como foi feita. Eu acho que ontem, além da seriedade dos votos que foram dados, era uma grande festa da democracia, um momento em que os Parlamentares, representando os votos que receberam, foram lá e disseram muito claramente, até apaixonadamente, o que estavam pensando naquele momento. Portanto, eu não vejo nada de ilegitimidade, de ilegalidade e de golpe nesse processo. É um processo absolutamente normal, dentro da legislação brasileira, dentro da Constituição Federal, cuidado pelo Supremo Tribunal Federal, que parece que ficou até de plantão, respondendo a cada um dos questionamentos que estavam sendo feitos. É claro que aqueles que são os perdedores têm o choro dos perdedores. É natural, é o direito de espernear. Não há problema nenhum. Nós vamos tocando e vamos resolver essa situação.

Eu acho que o comportamento das pessoas também nas ruas, aqui, em Brasília e em outras cidades onde havia concentrações, foi de maneira ordeira. Elas souberam respeitar o posicionamento do outro. E eu acho que é isto: todos podem torcer, todos podem defender os seus pontos de vistas, mas jamais podemos partir para a agressão e não devemos aceitar a provocação, não devemos fazer com que saímos do normal do dia a dia.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Cuspir nos outros, não é?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Cuspir nos outros, ir ao Palácio e tentar incitar os demais dizendo que vai haver invasões. Nada disso!

Nós vamos discutir dentro da política. Se achamos uma saída que seja diferente dessa, na política, ela é válida, mas eu acho que está bem encaminhado. E nós vamos seguir em frente.

Esperamos que, neste semestre, tudo se resolva no Brasil e que a economia volte a funcionar. Não adianta política sem economia: a economia é que resolve os problemas; a economia é que dá salário para o homem no final do mês; a economia é que faz com que as pessoas paguem suas contas; a economia é que faz com que haja comida na mesa de cada um, a economia é que faz com que se pague a escola, a economia é que faz com que o homem ande de cabeça erguida. Um homem sem dinheiro no bolso, um homem sem emprego tem medo da sombra. E ter medo da sombra é uma das piores coisas do mundo para um ser humano. Portanto, nós temos que, urgentemente, recuperar a economia do País para fazer com que as pessoas olhem para frente, com que as pessoas tenham esperança. Sem esperança, não há como seguir em frente. A esperança é o que nos baliza; a esperança é o que nos faz ter coragem de levantar pela manhã, sair para trabalhar e saber que à noite eu levarei de volta para casa aquilo que é necessário para os meus filhos e para a minha família poderem comer e sobreviver. É isso o que interessa no final.

Quando temos mais, gastamos mais; quando temos menos, gastamos menos.

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – E a hora é de gastar menos, mas a hora, também, é de fazer com que as coisas andem dentro do seu quadrado – podemos dizer assim.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido para assumir a tribuna a Senadora Rose de Freitas.

Em seguida, na condição também de inscrito, será o Senador Ataídes Oliveira, que teve o lugar cedido pelo Senador Alvaro Dias.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu estou olhando o Senador Medeiros, porque fiz uma maratona para chegar a esta tribuna. Mas eu vou agradecer sempre a compreensão dos senhores, sobretudo do Presidente Raimundo Lira, que é um companheiro nesta Casa, por entender um pouco das nossas angústias e por ser sempre bom para dar conselhos.

Eu queria retratar aqui um pouco a instabilidade deste tempo, em que estamos vivendo com uma grande indefinição política. Eu sei que até tocar no assunto que vou tocar poderia ser uma falta de sensibilidade ou poderia ser uma visão míope dos problemas que estamos vivendo. Não há quem não diga, não há quem não aborde esta crise, a admissibilidade do *impeachment* que ocorreu ontem na Câmara, sem que tenha uma dose de crítica e de ponderação sobre tudo aquilo que se deixou de fazer e que era importante ter sido feito para que não chegássemos a esse ponto.

Alguns discutem que a Presidente cometeu crime de responsabilidade e, portanto, ela teria que passar por esse processo, com vai passar nesta Casa. E é visível o resultado do que pode acontecer. Eu diria que teria sido muito pertinente – e nós perdermos as oportunidades, Senador Medeiros – termos discutido a reforma política. Será que o que acontece hoje no País é apenas o problema da falta de interesse da Presidente Dilma pela política, pela incapacidade de seus pares de dialogarem?

Eu fui Presidente da Comissão de Orçamento e muitas vezes, solitariamente, eu presidia um colégio de Srs. Líderes e Parlamentares, Senadores e Deputados, e parecia que eu estava sozinha travando uma luta a favor do País, a favor inclusive do Governo para que ele tivesse um orçamento para trabalhar as suas medidas, ajustar seus programas. Parecia haver um alheamento que eu não conseguia entender. Disse a V. Ex^a, Presidente, várias vezes, que parecia que eu estava travando uma batalha solo. Parecia que o País, no que tange à organização do Governo, do Poder Executivo, não tinha interesse de que nós nos aprofundássemos no debate sobre o plano dos Orçamentos Públicos.

E aí me volta à mente sempre a mesma pergunta, porque fui Constituinte e sou, na minha essência, parlamentarista: e se nós tivéssemos aproveitado o momento da reforma política para fazê-la, para propor todas aquelas questões que sempre atrapalharam o bom andamento da política neste País?

Até propus recentemente um requerimento para que pudéssemos fazer um debate que tem que começar agora. Como dizia o velho Ulysses: "As grandes mudanças não se operam na época de calmaria." Portanto, em um momento de crise como este, em que há vários dias dão solavancos na nossa consciência política e, sobretudo, dão solavancos na inércia com que este País viveu seus momentos mais críticos, inclusive chegando a 2015 sem um orçamento para trabalhar, e o Governo trabalhando com duodécimos, fazendo ajuste forçado em cima das nossas necessidades, das nossas privações.

Foi nesse sentido, inclusive, que falei sobre a necessidade de ter um debate oportuno para falarmos sobre sistema de governo. A questão é assim: se você falar sobre sistema de governo agora, é inapropriado; se falar antes, ninguém está interessado, porque acabaram de eleger o Presidente da República. Esta oportunidade para discutir tem que acontecer em algum momento em que as pessoas se interessem em ver de perto, não vendo a distância, as imperfeições que tem um sistema político como esse.

Afinal, qual é o melhor sistema de governo para o Brasil? Estaremos sempre capturando cabeça de alguém para dizer que aquele não era bom, que aquela não era boa e tenha aí seus descaminhos, suas responsabilidades? Nunca vi um governo ficar tão sozinho, tão solitário na sua angústia de não estar progredindo, na necessidade e no caminho, na direção de que o País precisa.

Teremos que discutir uma hora: o parlamentarismo ou o presidencialismo? Disso não podemos fugir. Espero que consigamos pensar nisso de uma maneira que dê à população a visão necessária da diferença entre esses sistemas.

Não estou pretendendo aqui, de maneira nenhuma, ministrar aula, palestra, falar sobre parlamentarismo, fazer uma pregação, até porque acredito que os nossos pares aqui conheçam a questão e já tenham inclusive formado uma opinião sobre esse assunto.

Em vez disso, quero falar sobre vantagens e desvantagens de ambos os sistemas. Darei essa pequena contribuição que também já me foi dada um dia, para que, quando chegarmos a esse debate, possamos oferecer subsídios que possam enriquecê-lo. É um debate que, no Brasil, infelizmente, só aparece com vigor nos momentos de crise, de ingovernabilidade e de desajuste do presidencialismo. Foi assim na década de 60; foi assim no plebiscito de 1993; está sendo assim agora, com a crise que vai se agravando dia a dia neste País.

Em setembro de 1961 – não vou dizer que muitos se lembram, porque não é o caso –, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em um momento extremamente conturbado da nossa história política, o Congresso Nacional aprovou, por meio de uma emenda constitucional, a adoção do sistema parlamentarista.

Eu falo isso me ressentindo de que, neste momento, quando chega a esta Casa o relatório da admissibilidade, que passou com uma folgada maioria na Câmara, as pessoas também estão um pouco perplexas, em dúvida sobre o que será o dia de amanhã. Como será este dia? O que acontecerá? Será que o Sr. Michel Temer será o salvador da Pátria? Vamos nos conduzir por um caminho? Qual é o projeto para fazer os ajustes do País? Ninguém tem essas respostas. Então, diante das dúvidas, eu também quero refletir sobre esta.

Infelizmente, naquela época, quando foi adotado o sistema parlamentarista, ele não recebeu apoio suficiente dos políticos, especialmente dos governadores. Em 6 de janeiro de 1963, com o voto de mais de 80% dos eleitores, um plebiscito acabou selando o retorno do presidencialismo no Brasil.

Em 1993 também, em outro momento bastante complicado da vida política do País, após o traumático *impeachment* do Presidente Collor, foi realizado, de acordo com o programado, inclusive no art. 2º das Disposições Transitórias da Constituição, um plebiscito para a escolha da forma do sistema de Governo. O povo brasileiro, mais uma vez, escolheu a forma republicana e o sistema presidencialista. Mas, dessa vez, o parlamentarismo teve a adesão de mais de 30% dos eleitores. Por que não sistematizamos essa discussão, não nos aprofundamos, mostrando as diferenças? Por que não foi adotado, escalonadamente, um sistema que pudesse aperfeiçoar o sistema presidencialista?

Eu me lembro de que, em uma conversa de presidenciáveis, num debate sobre o momento político, um deles disse assim: "o presidencialismo é muito importante porque, acima do Presidente, não há ninguém". E não

estou falando aqui para que os religiosos me contestem e digam que acima do sistema de Governo, acima do Presidente, há Deus. Não estamos entrando no aspecto religioso. Nós vamos falar que as vozes que ressurgiram sempre acreditaram que haveria uma alternativa ao presidencialismo, mas era preciso acreditar na prática. É preciso tentar, e estamos vendo, agora, que as pautas desta Casa, nas Comissões, estão repletas, Sr. Presidente, de propostas parlamentaristas. Por quê? Porque estamos em crise.

Estamos em crise, mas também não acreditamos que possamos fazer esse debate aprofundadamente e inclusive achar o momento adequado, sem ser essa solução casuística em que você fala: "Isso é oportunismo! A Rose está na tribuna tratando com oportunismo a questão do sistema de governo. Por que isso não foi tratado antes?" Há anos nós tentamos aprofundar essa discussão, mostrar que pode ser uma solução para o Brasil, do nosso jeito. Não é preciso que seja o modelo que nós inventemos para perguntar de qual lado você está, qual seria o melhor momento; mas, sim, quando as coisas vão mal, há necessidade de pensar. Há uma crise neste País, e é preciso priorizar alguma discussão sobre essa crise.

Atualmente, eu falei que tramitam no Congresso várias propostas que têm o objetivo de instaurar o parlamentarismo. Na Câmara, nós temos a PEC nº 20, de 1995; no Senado, há a PEC nº 102, de 2015, além da PEC nº 9, Sr. Presidente, de 2016, que tem como primeiro signatário o Senador Aloysio Nunes Ferreira, grande defensor também do parlamentarismo há muitos anos, mas o clima é de tanta incerteza que as pessoas temem em ir adiante e gerar, nessa discussão, uma sensação de que é um golpe – já que se fala tanto em golpe – que está sendo tramado, que é feitio da classe política, sem ponderar que há um momento em que nós temos que aprofundar essa discussão, falar sobre isso, mostrar ao País as diferenças do sistema e formar uma comissão específica de estudos para que possam ser contemplados as universidades e os sindicatos e, onde quer que seja esclarecer a diferença entre um sistema e outro. Mas aqui nós estamos ainda na antessala do pensamento que possa oferecer uma organização sistematizada para essa discussão.

É evidente que essa comissão ainda não foi instalada, e nós vamos ver a efervescência do clima político, se aumentar, e as ruas estão aí movimentadas em cima da política, graças a Deus. Gostaria que neste momento houvesse eleições, e nós não estivéssemos procurando, no *day after*, a melhor maneira de se colocar um protagonista nessa crise política para ajudar o País. Nós precisamos só conhecer as regras desse protagonismo. Nós não podemos colocar uma venda e achar que, no dia seguinte, tudo vai se resolver. Não. O povo foi para a rua dando um basta. Agora, nós precisamos oferecer-lhe as propostas necessárias para enfrentar essa crise.

Em seguida, eu queria dizer que o próprio STF adiou a análise do Mandado de Segurança nº 22.972, impetrado em 1997, que questiona se há respaldo constitucional para que o Congresso institua o Parlamentarismo no País mediante uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição. Foram duas decisões maduras, acertadas, a meu ver. Ao mesmo tempo, não avalio que seja de todo interessante que esse debate venha a morrer. Também não avalio que seja importante que se vote qualquer proposta dessa natureza.

No parlamentarismo, como V. Ex^{as}s sabem, existe a figura do primeiro-ministro, que sempre sai do Parlamento e é o chefe do governo. Há monarquias parlamentaristas, como o Reino Unido e a Espanha, por exemplo; e há repúblicas parlamentaristas, como Portugal e França, que são, naturalmente, nossas referências mais próximas.

Muita gente parece não saber disto, mas nas repúblicas parlamentaristas existe um presidente que é eleito pelo povo. E nós temos a cultura do voto. Portanto, ela não pode ser retirada do consciente político da sociedade. No entanto os poderes do presidente são limitados, Presidente. Vamos dizer que ele é mais limitado do que o sistema presidencialismo em que nós vivemos, uma vez que ele, o presidente eleito pelo voto, não acumula as funções de chefe de estado e chefe do governo. Não pode acumular.

Essa é a diferença do Parlamentarismo. Esse governo dual, com divisão entre os papéis de chefe de estado e de governo, tem a vantagem de fortalecer os mecanismos de freios e contrapesos, limitando o poder de ambas as figuras – tanto do presidente, quanto do primeiro-ministro.

A outra vantagem do parlamentarismo é que, nos momentos de crise, em que não há mais apoio político, é possível contorná-la com muito mais facilidade. Cai o gabinete do primeiro-ministro e outro tem que ser escolhido entre os Parlamentares, de forma que essa substituição costuma se dar sem maiores sobressaltos, sem maiores constrangimentos.

É claro que há diferenças entre os parlamentarismos nos diversos países. No Reino Unido, por exemplo, o primeiro-ministro é um Parlamentar escolhido pelos próprios pares. Já na França também é um Parlamentar, mas ele é indicado pelo presidente da república e tem que ter o nome chancelado pela maioria do Legislativo. É uma construção democrática muito interessante e de sustentação política.

A França, como eu já disse, assim como Portugal, seria a nossa principal fonte de inspiração, a meu ver, porque vigora nesses dois países um tipo de sistema de governo comumente chamado de semipresidencialismo.

Nesse sistema, apesar de ainda haver a separação dos papéis de chefes de Estado, como o presidente da República, e de chefe do governo, como o primeiro-ministro, o presidente tem mais poder e prerrogativa do que no parlamentarismo puro. Ele indica o primeiro-ministro, pode dissolver o parlamento nos casos previstos na constituição, convocar novas eleições e, em geral, assume a política externa do seu país.

Em Portugal – gosto sempre de ressaltar essa diferença do Brasil –, o presidente vai além de tudo isso; ele também pode vetar decisões do governo e propor leis ao tribunal constitucional.

Tanto na França como em Portugal, o presidente da República tem muita força, está longe de ser aquela figura simbólica que estamos sempre mencionando nos debates como se fosse a Rainha da Inglaterra – como se diz comumente.

O defeito do semipresidencialismo aparece quando a oposição elege a maioria no Legislativo e que, na prática, obriga o presidente da República a indicar um primeiro-ministro de oposição. Essas relações costumam ficar extremamente sensíveis. E, se ele quiser governar, vai ter de dialogar, como no Brasil, mas com duas figuras. Esse sistema dual ajuda, por demais, o país a estabelecer a democracia plena.

Esse governo tem de ser compartilhado, e essa palavra compartilhada é tão importante que, por não termos esse compartilhamento, essa crise de hoje se aprofundou, porque o PT conseguiu chegar ao poder duas vezes, três vezes, na quarta vez a questão do compartilhamento fracassou em tudo. Eles já perderam a capacidade de diálogo, não conseguiram formar consenso sobre nada e assim não é possível, de maneira nenhuma, governar nem o Município, nem o Estado, muito menos o País.

Vou lembrar aqui que, no período de 1997 a 2002, governava a França o Presidente Jacques Chirac, conservador, e o Primeiro-Ministro Lionel Jospin, que era socialista, como todos se lembram. Começaram a prometer entendimento e cooperação em prol da França, mas terminaram o período enredados em vários impasses institucionais e se tornaram publicamente desafetos, o que não ajudou em nada a vida dos franceses.

Já no presidencialismo tradicional, quando o presidente da República não se mostra um bom governante – como é o caso de agora –; quando perde representatividade junto à sociedade – como é o caso de agora –; quando não consegue formar sua base de sustentação no Congresso para tocar o seu governo, o seu programa, enfim, quando se chega a um impasse político – como é o caso de agora –, que instrumentos legais temos para desatar esse nó, Sr. Presidente? Nós não temos nenhum. Não temos nenhum.

Portanto, no Brasil, a solução desse tipo de impasse chama-se clientelismo. Você vive fazendo: é dando que se recebe, uma troca de favores, distribuem-se cargos para obtenção de apoio.

Dessa forma, a Base aliada nada mais é do que uma base favorecida. Negocia, acintosamente, emendas parlamentares ao Orçamento, bem como apoio às mais diversas proposições que subsistem nessa prática de Governo. É um verdadeiro balcão de negócios, onde reina o chamado jeitinho brasileiro, Senador Elmano.

Portanto, senhoras e senhores, com a perpetuação dessas práticas, as reformas que são de interesse legítimo do País demoram demais ou quase nunca se concretizam, quando se concretizam. E, muitas vezes, o que acontece só incidentalmente? Quando determinado conjunto de interesses particulares beneficia uma proposta política...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... ela acaba sendo aprovada.

O cientista político Sérgio Abranches, em matéria recém-publicada no site G1, faz uma análise muito interessante, Presidente. No contexto do presidencialismo de coalizão brasileiro, ele acredita que o cerne do nosso problema político não seria tanto o presidencialismo, mas as coalizões, outro grave problema de toda gestão política sobre o presidencialismo.

“A necessidade, a dificuldade e o modo de formar as coalizões” no Brasil.

Vou pedir licença para citar, na íntegra, algumas palavras ditas por ele:

Necessidade [das coalizações, ele definiu], porque o descasamento que parece inevitável entre a maioria que elege o presidente e a maioria parlamentar que sai das urnas exige que o eleito negocie uma coalizão para poder governar. Dificuldade [de essas coalizões serem realizadas], porque a legislação partidária, a diversidade federativa, a forma de campanha e o método de converter votos em cadeiras promove forte fragmentação partidária. [Sendo assim], o modo de formar coalizões em um contexto de fragmentação partidária e déficit programático é o clientelismo, o toma-lá-dá-cá, a troca de favores entre partidos e eleitores e entre presidentes e partidos. E clientelismo custa caro [Presidente Raimundo Lira], exige capacidade fiscal para pagar por todas as demandas e discricionariedade no gasto. Nas bolhas, tudo bem. [Pode-se até mascarar esse tipo de transação]. No colapso econômico que se segue [como agora] ao estouro das bolhas, [ocorre essa] crise [que aí está].

Nós precisamos, então, Senador Elmano, urgentemente, de uma reforma política. Ao falar isso, sinto-me até como se estivesse pregando num deserto, porque, há 20 anos, eu me lembro da questão tão enfaticamente debatida nas campanhas de vários candidatos: a reforma política...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... que é absolutamente importante.

Então, uma reforma que diminua a cláusula de barreira que é colocada para se enfrentar o problema de acúmulo de legendas, que diminua de maneira importante a limitação do financiamento privado das campanhas da pessoa física, com o valor máximo de contribuição por pessoa, algo que acaba mascarado pelo caixa dois.

Voto com lista fechada é uma das propostas que existem. Eu, particularmente, tenho restrição por conta da cultura do voto no nosso País. Menos personalismo, Presidente! Menos personalismo! Quando se faz uma campanha para um governo de Estado, aqueles que participam daquela campanha têm de estar todos submetidos à vontade daquele candidato. É menos programático e mais, eu diria... É menos pragmático até...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... e fica, Presidente, sem nenhum programa partidário.

Esses são alguns pontos da reforma que, se aprovados, na minha visão, Presidente, ajudariam a evitar a paralisação institucional da política no Brasil, mesmo sob o sistema presidencialista do Governo.

Num momento de crise como o que hoje nós estamos vivendo, com a Presidente enfraquecida, o que vemos é uma sucessão de denúncias do seu Governo e do seu Partido, e o único instrumento constitucional é o que é colocado na pauta sempre que acontece isso com a gravidade de agora: *impeachment*.

Mas o *impeachment*, como todo mundo sabe, é um instrumento extremo, depende da comprovação do crime de responsabilidade, é institucionalmente doloroso, é complicado, depende de um desgastante processo político e judicial. Seja qual for o resultado de um processo dessa natureza, no final o país sempre sofre duras consequências.

E o fato é, Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Concluo. Sejam ou não encontradas evidências para a instauração desse processo, ocorra ou não ocorra o *impeachment*, a Presidente já demonstrou repetidas vezes que não está apta a continuar a presidir o Brasil. Todos nós sabemos disso. Ela perdeu a confiança dos agentes políticos, dos agentes econômicos nacionais e internacionais; perdeu a confiança dos eleitores; não consegue dialogar, Sr. Presidente – isso é um absurdo –, minimamente com o Congresso, nem mesmo com a Bancada do seu próprio Partido. Enfim, decididamente, nós todos já sabemos que se esgotou um ciclo de poder.

Existe, Sr. Presidente, concluindo esse raciocínio, o instituto jurídico de participação democrática, que nossa legislação não prevê, que é o *recall*. Basicamente, trata-se de um direito popular de revogação de mandato, que pode ser usado em certos casos, dentro de regras previamente estabelecidas.

Em 2013, o Senador Randolfe, que não...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ...está aqui, defendeu, em plenário, a inclusão na agenda prioritária de votações do Senado três propostas de emenda à Constituição que modificam o sistema político, entre elas a PEC nº 80, cujo primeiro signatário, na verdade, era o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o art. 14 da Constituição para instaurar o *recall* no Brasil.

Essa proposição foi arquivada no ano passado, mas eu acredito que nós devíamos cotejar essa hipótese com bastante atenção e boa vontade, possivelmente até possa ser desarquivada essa PEC.

Na lição do emérito professor e jurista Paulo Bonavides, o *recall* capacita o eleitorado a destituir funcionários públicos e detentores de mandato eletivo que, por qualquer motivo que seja, não estejam agradando...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ...o percurso da sua trajetória administrativa. Eu sublinho aqui a expressão “por qualquer motivo”, que ela não precisa exatamente ser no raciocínio exato da classe política. E essa expressão traduz a liberdade, a maneira discricionária da vontade popular, a qual, dentro do balizamento normativo vigente, é soberana, Sr. Presidente.

O *recall* é mais famoso na Suíça e nos Estados Unidos, no âmbito regional, de grupo de eleitores – geralmente 10% do eleitorado, no mínimo –, que subscreve uma petição assinada com reclamações ou acusações contra o mandatário que caiu no descrédito popular, pedindo sua destituição ou o intimando a renunciar.

Aceita essa moção, se ele não se demitir, realiza-se uma consulta – isso que eu acho interessante, Presidente Raimundo – à população sobre a conveniência da permanência do agente público no cargo. Se a maioria votar a seu favor, ele pode permanecer; caso contrário, o seu...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ...mandato é automaticamente revogado.

Enfim, Sras e Srs. Senadores, são muitas as opções, muitos os ajustes que podemos fazer para que o nosso sistema político funcione melhor, evitando e contornando com mais agilidade eventuais crises de governabilidade.

Alguém há de dizer: "mas, neste momento, foi rápido". Saibam todos que foi doído, que foi cheio de dúvida. O País estava de um lado da grade, outro do outro lado da grade.

Foi tão doloroso! Pode ser uma decisão rápida, sem perder a representatividade da manifestação que o povo tinha. Ainda assim é um impasse político. É um impasse político. Tudo combina com o objetivo de se procurar aperfeiçoar a função precípua do Estado, a sua razão mesmo de existir, que é servir ao interesse da coletividade e ao bem comum.

Na minha modesta opinião, o parlamentarismo poderia ser, perfeitamente, uma boa alternativa.

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Assim, como o semipresidencialismo. Este mais próximo, inclusive, da cultura política brasileira, porque ainda se manteria um presidente da República bastante empoderado e um primeiro-ministro escolhido da forma mais adequada para exercitar o parlamentarismo no Brasil.

De qualquer forma, a despeito dessa relevante discussão sobre a crise do Governo, quero inserir este dado, este componente – e V. Ex^a poderá, inclusive, contribuir para uma discussão apropriada no momento certo: exatamente a discussão sobre o sistema de Governo.

Quero reforçar aqui, encerrando as minhas palavras, a importância de implementarmos uma reforma política no País. Não mais com a hipocrisia de fingir que se está fazendo o que não se está fazendo ou de então abrir uma janela para dar oportunidades. Existem inúmeros problemas regionais aos quais as pessoas precisam se adaptar. Então, abre-se uma janela para que se possa mudar de partido. Daqui a dois anos, será a mesma coisa: vão criar circunstâncias e você vai se sentir – dentro desse tornado que é o processo eleitoral – prejudicado porque aquela cláusula da reforma política não veio para atendê-lo.

Eu digo que o parlamentarismo, tanto quanto o *recall*, seria, no meu entender, um instrumento fabuloso de participação democrática, para solução da grande crise de governabilidade que hoje nós estamos vivendo. E ainda poderia ser usado, no futuro, contra qualquer mandatário que também viesse a cair, como agora, no descrédito popular.

Sr. Presidente, era isso o que eu queria dizer. Talvez não seja o momento mais apropriado, devido à dor que nós todos, brasileiros, estamos vivendo. Estamos caminhando para uma solução, que seria aquela que todos nós gostaríamos de evitar. Mas, no presidencialismo, só uma pessoa pode evitar uma crise desse tamanho; só uma pessoa pode transformar esse caminho doloroso que tanta desesperança e agonia nos traz: só o Presidente da República. E um País inteiro depender da noite em que alguém pensou sobre isso ou do dia em que acordou revelando-se preocupado com o aperfeiçoamento do nosso sistema... É muito triste um País com essa população.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Rose de Freitas, permaneça, por favor, um minuto na tribuna.

V. Ex^a falou do orçamento de 2016, e eu sou testemunha, na Comissão de Orçamento, do esforço, do trabalho, da dedicação, das longas horas de trabalho que V. Ex^a dedicou, para que o Brasil tivesse um orçamento no ano de 2016.

Portanto, aqui, desta cadeira, quero parabenizar V. Ex^a pelo excelente trabalho que V. Ex^a executou como Presidente da Comissão de Orçamento, sobretudo em uma situação difícil, de crise, e, mais ainda, por conciliar dezenas de Líderes, que hoje são representados tanto na Câmara como no Senado.

Parabéns, Senadora.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu agradeço a V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Até o dia de hoje nós não temos instalada a Comissão de Orçamento, devido à crise por que o País passa. No parlamentarismo, com certeza, seria diferente.

Muito obrigada, mais uma vez, pela gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convidado para ocupar a tribuna, na condição de Líder, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ontem o Brasil todo se mobilizou para acompanhar um dos momentos mais importantes da vida política nacional, comparável àqueles momentos em que a sociedade se sente partícipe – foi exatamente ao que nós assistimos ontem.

Se há alguém que realmente pode bater no peito e dizer: “Nós construímos o início de uma mudança política no País”, são os movimentos de rua. Esse movimento se iniciou muito antes da classe política e chamou atenção para aquilo sobre o qual esta Casa se calou. Esta Casa fez ouvido mouco, esta Casa não quis, muitas vezes, enxergar a realidade.

Jovens, mulheres, aposentados, trabalhadores, funcionários públicos, produtores rurais, o Brasil todo entendeu que não era mais possível conviver com tanto escândalo, com tanta corrupção, com tanto desmando, com tanta incompetência e assistindo, a cada momento, à deterioração do Governo brasileiro.

A quarta maior petroleira do mundo quebrada – a empresa com o maior endividamento no mundo é a Petrobras –, Eletrobras sucateada, BNDES, os fundos de pensão. Os aposentados hoje não têm a menor perspectiva se vão receber, e quando, e de quem. Assaltaram os cofres públicos, Senador Ataídes. Essa é a realidade que estamos vivendo hoje no País.

Veja bem: a classe política é que deveria ter alavancado esse processo.

Como se diz no Nordeste, Sr. Presidente, na esteira daquilo que esses jovens, esse movimento de cidadania, esse exercício de cidadania levantaram: basta! Basta de corrupção! Basta de incompetência! Basta do uso indevido do dinheiro público! Basta desse momento de caos na saúde, na educação, na segurança pública e no comando da corrupção instalada no País.

Ontem o Brasil – todo mobilizado – assistiu a um momento importante, em que a Presidente da República perdeu, e o Brasil ganhou: a abertura do processo de admissibilidade por 367 votos a 137. Existem alguns, da Base do Governo, que ainda reagem dizendo: “Não, mas ganharemos no Senado”. Como? Eles diziam, há poucos dias, que tinham mais de 200 votos na Câmara.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É um Governo à base da ilusão, da enganação, da mentira. Não tem votos, nem na Câmara, nem no Senado Federal. É um momento de total ingovernabilidade o que vivemos.

Agora, eu chamo a atenção, Sr. Presidente, porque, a partir de ontem à noite até o dia em que for votado aqui o parecer da comissão mista – que deverá ser instalada amanhã no Senado Federal –, o Brasil vai viver um período sem governo. Estamos vivendo um buraco negro – ausência do governo.

Neste período todo, o empresário, o cidadão, qualquer governo estadual ou municipal não sabem a quem se dirigir. Quem vai resolver, quem vai decidir? É ausência de comando. Esta Casa tem a responsabilidade de não procrastinar uma situação tão grave quanto essa...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Esta Casa tem a responsabilidade, Sr. Presidente, de dar celeridade àquilo que o Supremo Tribunal Federal já definiu como um rito para poder levar adiante o processo de crime de responsabilidade do Presidente da República.

Como tal, eu quero deixar claro que a lei que define exatamente como deve ser o rito no Senado Federal decide que, amanhã, na leitura, os partidos já definirão os seus membros e, amanhã mesmo, esta Casa votará a comissão que dará o parecer sobre o processo vindo da Câmara dos Deputados.

Não temos condições agora de ficar procrastinando, adiando, criando situações ou chicanas para simplesmente manter aquilo que não existe...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... que é a atual situação do Governo, levando o País para um processo de total ingovernabilidade.

Digo a todos os Senadores, àqueles que, muitas vezes, acham que nós estaríamos atropelando o rito pre-definido que não, pelo contrário: cumprindo o rito definido, nós podemos tranquilamente votar o processo de afastamento da Presidente da República, Dilma Rousseff, porque votos nós temos de sobra. Não é a nossa preocupação o voto, porque o sentimento dos Senadores é favorável a dar um basta a este momento de ingovernabilidade por que passa o País, mas é responsabilidade desta Casa dar celeridade dentro daquilo que o Supremo determinou como rito, daquilo que a Lei do *Impeachment* determina como etapas do processo a ser votadas.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nós teremos a responsabilidade de dar celeridade aos fatos.

Por que o feriado de 21 de abril não pode ser motivo também para a comissão trabalhar? Qual é o entendimento, qual é a dificuldade para que a Casa também, principalmente a comissão, possa manter a sua atividade no sábado e no domingo? O Brasil está parado.

Eu pergunto a V. Ex^a, para concluir, Sr. Presidente: como é que um Senador vai chegar a seu Estado e dizer: "Olhe, eu vim hoje passar o sábado e o domingo". O cidadão vai dizer: "Mas V. Ex^a está deixando o Brasil sem governo, sem rumo. O Brasil está, nesta hora, se esfacelando, e V. Ex^a está exatamente no seu Estado? Por que não está trabalhando em Brasília?" Nós seremos interrogados: "Não, porque é sábado e domingo". Ora, por que é sábado e domingo? Diante de um processo caótico como esse que está instalado? O senhor já pensou, Presidente, se eu dissesse, como ortopedista que sou, a um cidadão acidentado grave chegando ao hospital: "Não, agora é sábado e domingo, eu vou atendê-lo segunda-feira."

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É a comparação que faço, Presidente. O momento é grave: dia 21 é feriado, depois é sábado, depois é domingo, mas, Srs. Senadores e Sras Senadoras, o Brasil está caminhando para o abismo, o Brasil está sem governo, o Brasil está sem alternativa, se desmoralizando cada vez mais.

Eu chamo a atenção desta Casa. Qual é o efeito que já provocou agora na bolsa de valores, no dólar? Bastou o Senado dizer que: "Não, vamos avaliar todos os prazos", como se o Senado fosse ser complacente com, cada vez mais, adiar esse prazo de julgar a Presidente da República no plenário do Senado, que o dólar já mudou. As empresas brasileiras que exportam já estão sem rumo, não têm a quem recorrer. Não há Ministro da Saúde.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O Deputado Marcelo Castro disse que não assume. A minha área da saúde não tem ministro.

Nós não temos estrutura para poder responder à demanda da sociedade, e o Senado Federal alegar que vai caminhar exatamente para um rito que poderá se alongar até o mês de maio? Ora, Sr. Presidente, não é possível.

Amanhã, nós estamos sendo convocados para uma sessão às 11 horas da manhã e nós esperamos que esta Casa, com a responsabilidade que tem, por ser constituída aqui por Parlamentares experientes, ex-ministros, ex-governadores, pessoas que coletam, na sua biografia, uma experiência enorme da política nacional, possa amanhã dar uma resposta à sociedade brasileira que ela espera da Câmara Alta...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... do Parlamento brasileiro, que é celeridade, que é uma resposta imediata a esse clamor nacional.

Os olhos da população estão voltados já para o trabalho desta Casa, aguardando exatamente que tenhamos resultados mais profícuos e, sem dúvida nenhuma, perspectiva de esperança para o povo brasileiro.

Amanhã, Sr. Presidente, estaremos aqui debatendo e exigindo que a Casa responda àquilo que a Lei do *Impeachment*, que o Supremo Tribunal Federal definiu como rito.

Agradeço o espaço de V. Ex^a, a tolerância que foi dada, para que pudesse também avançar no raciocínio e pedir que cumpramos amanhã aquilo que a legislação determina.

Não é a voz de um partido ou de outro que poderá prevalecer sobre a lei, sobre o Regimento Interno, sobre as normas constitucionais e sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Esta Casa e a Mesa têm que ter a firmeza de deliberar, de decidir e de instalar...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... na data de amanhã, com os membros que vão representar o Plenário do Senado Federal, uma comissão especial para avaliar o processo cuja entrada foi dada na tarde de hoje pela Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido para ocupar a Tribuna, como inscrito, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, amigo Raimundo Lira.

Processo de *impeachment*. Presidente Dilma cometeu crimes de responsabilidade, ou não cometeu crimes de responsabilidade?

Vamos ver.

Os juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e a Drª Janaína Paschoal apresentaram uma denúncia com base em diversos fatos, e aqui eu quero elencar alguns, Sr. Presidente.

Abertura indevida de créditos suplementares e empréstimos contraídos junto a banco estatal – o caso da Caixa Econômica Federal –, a economia mista – o caso do Banco do Brasil – e também ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Desvio de recursos, ausência de registros contábeis, compra da refinaria de Pasadena, propina da Petrobras, nomeação do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Navarro, também do ex-Presidente Lula e diversos outros crimes.

Eu tenho para mim que o pior deles é a dívida pública interna e externa.

Nesse Governo do Lula e da Dilma foram gastos mais de R\$3 trilhões e, no ano passado, pagamos mais de R\$501 bilhões desses juros. Para mim, foi o maior crime, crime de irresponsabilidade.

Porém, a comissão processante da Câmara ateve-se tão somente a dois crimes: o de abertura indevida de créditos suplementares e o empréstimo a bancos estatais, ontem, admitidos pelo Plenário da Câmara Federal, por maioria absoluta, podemos dizer assim.

Mas vamos lá então. O que são créditos suplementares?

Eu vejo aqui, o tempo todo, os governistas dizerem que a Presidente Dilma não cometeu crimes. Então, vamos lá. Abertura indevida de créditos suplementares. Vamos falar só desses dois crimes.

O que são créditos suplementares? Vamos lá.

É um acréscimo de recurso para uma finalidade já constante do Orçamento da União, na LOA e na LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Aspas, «autorização para que o Governo possa gastar mais durante o exercício, obedecendo à meta de superávit primário.» Ou seja, o Governo tem um crédito para aumentar os seus gastos. Isso se chama créditos suplementares. Agora, para isso, o Governo tem que obedecer à meta de resultado primário ou de superávit primário.

E o que é superávit primário? Superávit primário é receita e despesa.

O Governo arrecada "x" e gasta "y".

E o Governo, então, em 2015, apresentou ao Congresso Nacional, dizendo que iria economizar R\$66,3 bilhões, como o superávit primário, ou seja, o Governo disse que iria economizar, em 2015, R\$66,3 bilhões, e, na verdade, chegou ao final do ano com um déficit primário de R\$111,2 bilhões. O Governo disse que ia economizar R\$66 bilhões, e, na verdade, gastou R\$112 bilhões.

Pois bem, em cumprimento à legislação, o Governo fez um compromisso com o Congresso Nacional e com o povo – repito –, dizendo que iria economizar. E, na verdade, não economizou. A Presidente Dilma sabia que a meta de superávit primário, ou seja, o que disse que iria economizar para 2015, ela não economizou. Ela sabia disso, mesmo assim editou vários decretos de créditos suplementares, vários. Em 2014, sete; em 2015, seis créditos.

O que diz a legislação? Vamos ver se realmente a Presidente Dilma cometeu crime ao editar decretos de créditos suplementares ou não. Vamos ver a legislação então.

A nossa Constituição Federal, no art. 167, inciso V, diz, *caput*:

Art. 167. São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Sr. Presidente, a Lei de Crimes de Responsabilidade, Lei nº 1.079, de 1950, o que diz no seu art. 10, itens IV e VI, e no seu art. 11, item II? Vamos ver o que a Lei de Crimes de Responsabilidade diz no seu art. 10.

Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a Lei Orçamentária:

.....
IV. Infringir patentemente e de qualquer modo dispositivo da Lei Orçamentária;

.....
VI. Ordenar ou autorizar a abertura de créditos em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senador Federal, sem fundamento na Lei Orçamentária ou crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal.

E o art. 11 da mesma Lei de Crimes de Responsabilidade Fiscal diz:

Art. 11. São crimes contra a guarda ilegal e empregos dos dinheiros públicos:

.....
II. Abrir créditos sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais.

Portanto, a Presidente Dilma sabia que não iria ter superávit primário. Ela sabia. Mesmo assim, em julho e agosto de 2015, emitiu, editou vários decretos de créditos suplementares. E a lei é extremamente insofismável. Ela é clara. Qualquer ser humano consegue interpretá-la perfeitamente.

Assim sendo, ao agir dessa maneira, ela ofendeu o art. 167, inciso V, da Constituição Federal e incorreu nos crimes de responsabilidades tipificados no art. 10, itens IV e VI, e art. 11, item II, da lei supramencionada, a lei dos crimes de responsabilidade fiscal.

Pois bem, agora vamos para os empréstimos junto a bancos estatais, Caixa Econômica, de que o Governo detém 100% das ações, Banco do Brasil, que é uma sociedade de economia mista, em que o Governo é majoritário, com 51%, e o Fundo de Garantia, que o Governo administra.

É bom que se diga, Sr. Presidente, que desses quarenta e tantos bilhões «pedalados», 19.6 foram para o BNDES, 13.4 bilhões foram para a equalização de taxas agrícolas, 7.6 bilhões foram para o Minha Casa, Minha Vida. Bolsa Família foram 700 e poucos milhões, abono salarial, 900 e poucos milhões, e seguro-desemprego, 80 e poucos milhões de reais.

Portanto, todo esse volume de dinheiro foi para o bolsa empresário urbano e agrícola.

Volto a falar sobre o latifundiário, em que o PT sempre bateu. Esse dinheiro foi usado para estas finalidades: bolsa empresário e bolsa latifundiário.

Pois bem, o que diz a legislação com relação a esses empréstimos de estatal? O que diz a legislação? Vamos ver.

A Lei nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos seus arts. 36 e 38, *in verbis*, diz o seguinte:

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre instituição financeira estatal e o ente da federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

A Presidente Dilma tomou dinheiro emprestado da Caixa. Vamos lá.

Art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da federação que a controle [...]

Isso não tem dúvida, isso é um crime. Não poderia tomar dinheiro emprestado da Caixa Econômica Federal nem do Banco do Brasil, muito menos do fundo de garantia.

E o art. 38:

Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa [...]

O Governo não tinha dinheiro em caixa e tomou, então, emprestado.

A Lei de Crime de Responsabilidade Fiscal também não fica atrás. No seu art. 11, item III, diz o seguinte:

Art. 11. São crimes contra a guarda ilegal e emprego dos dinheiros públicos:

.....
III. Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólice, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal.

Vou repetir. A lei é muito clara, Senador Collor.

Art. 11, item III, da Lei nº 10.079/50: “É crime de responsabilidade contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólice, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal”.

O Governo Federal não tinha autorização do Congresso Nacional para fazer esses empréstimos. Não tinha.

Para que não haja nenhuma dúvida sobre os crimes de abertura indevida de créditos suplementares e também da tomada de empréstimos das estatais, a nossa Carta Maior, então, consolida. Não há o que se falar.

Eu percebo, desta tribuna, muitos governistas dizendo: “Olha, isso não é crime, isso não é crime! Isso é golpe! É golpe!”

Vamos para a lei! A lei é muito clara!

E quero até parabenizar o Ministro Cardozo, porque é difícil defender o indefensável. Como advogado, ele fez um trabalho espetacular! Ele tentou convencer as pessoas de que estava certo. Eu o respeito como advogado.

Agora, aqui não! Nesta tribuna, ninguém dos governistas veio dizer que a lei está errada. Hoje, então, só escutei discurso dizendo que os votos na Câmara Federal, ontem, foram uma barbaridade.

Disso, o povo não quer saber. Mostrem ao povo. Convençam o povo, convençam a nós, Senadores, de que não houve crime. Mostrem para nós que este Governo tem competência para mudar toda essa balbúrdia que ele fez na nossa economia. Mas eles não têm condições nem para fazer isso.

O art. 85 da nossa Carta Maior diz o seguinte:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

(...)

V – a probidade na administração;

VI – a lei orçamentária;

E aqui, então, fechou.

Invadiu, passou por cima da Lei de Responsabilidade Fiscal, da lei orçamentária e também cometeu improbidade na administração.

Isso é fato, e contra os fatos não há argumentos.

A legislação é clara e abundante com relação aos referidos crimes acima mencionados.

Assim, concluo, Sr. Presidente, dizendo que as raízes históricas e jurídicas do instituto do *impeachment* são profundas; sua utilização, ao longo do tempo, colaborou com o processo civilizatório de muitos países.

Por fim, estamos diante de uma oportunidade excelente para colocarmos em prática, novamente, porque eu nunca vi outro Governo mais merecedor de impedimento do que este nosso. Eu nunca vi.

Se a Presidente Dilma não cometeu crime, não há crime nenhum tipificado em nossa legislação brasileira. Falo isso, como advogado que fui há duas décadas. Se a Presidente Dilma não tomou dinheiro emprestado criminosamente, indevidamente e sabendo do crime, ainda por cima; se ela não emitiu esses decretos de créditos suplementares, eu também não consigo entender. Portanto, eu volto a repetir: se a Presidente Dilma não cometeu esses dois crimes, não há crimes tipificados em nossa legislação.

E ontem a Câmara Federal aprovou, então, o andamento desse processo doloroso, e nós sabemos disso, mas é o remédio constitucional que nós temos, lamentavelmente, por 367 votos a 137, e hoje está aqui no Senado Federal. E eu espero que o Senado Federal venha realmente, até o dia 11, dar prosseguimento nesse processo de *impeachment* e venha afastar este Governo do poder. Eu não vejo outro motivo para que este Governo do PT queira se permanecer no poder, a não ser para conclusão do seu projeto criminoso de poder e para continuar roubando o povo brasileiro, porque eles não têm competência para consertar os estragos que eles fizeram.

Sr. Medeiros, eu não havia visto, perdoe-me, e eu lhe concedo aparte, com todo o prazer.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Ataídes, quero parabenizá-lo pela brilhante explanação, até porque os discursos até agora, aqui, haviam sido pautados, na linha da relativização de todos esses crimes. Como saiu esse rótulo “pedalada”, eles passaram a tratar o assunto aqui como se fosse uma coisa somenos; uma coisinha; um detalhe.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Os decretos de suplementação, da mesma forma. E vem V. Ex^a e faz essa brilhante explanação, de forma técnica, de forma jurídica, mostrando a situação ao povo brasileiro, com o conhecimento que tem na área contábil, de forma clara, de forma detalhada, e desconstruindo, de uma vez por todas, derretendo a argumentação da zaga do Governo, que tem feito, aqui no Senado, um debate... – não gostaria de falar a palavra “mentiroso”. Vou dizer que eles faltaram com a verdade nesses discursos, durante o tempo inteiro, mostrando uma realidade diferente da que

existe hoje. A grande verdade ficou pautada agora por V. Ex^a, mostrando artigo por artigo e demolindo cada um desses argumentos. Gostaria de parabenizá-lo por isso. Nós temos que agir assim aqui: para cada mentira, nós temos que contar uma verdade ou duas. Fazendo esse contraponto, representaremos aqueles brasileiros que não concordam com o que está sendo dito – pela dupla, não – pelo quarteto de zaga do Governo todos os dias, aqui no Senado. Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador José Medeiros.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Vamos olhar a coisa prática. O Governo Federal tem autonomia, ele pode ir até a Caixa Econômica e pegar R\$1 bilhão, R\$10 bilhões? Vamos ser bastante práticos. Evidentemente, não, porque ele é gestor daquele fundo. Ele não pode meter a mão naquilo. A lei é muito clara. Se o Governo tivesse ido a um banco privado, como nós empresários fazemos quando precisamos de crédito,...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... quando precisamos de dinheiro, Presidente Raimundo Lira; se o Governo tivesse ido a uma instituição privada e contraído um empréstimo, ele não teria cometido um crime. Agora, ir a um banco do qual ele é gestor, se ele é responsável por aquela instituição, isso é crime.

E aí eu pergunto: por que o PT quer continuar no poder? Para resgatar a credibilidade? Não! O Governo é indecente, o Governo do PT é indecente. Ele quer permanecer no poder para resgatar a nossa economia? Não! Este Governo é incompetente – isso já está provado. Resgatar o moral do povo brasileiro? Também não. Este Governo não tem ética, não tem moral. O PT, para mim, só quer permanecer no poder para continuar o seu projeto criminoso.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido para ocupar a tribuna, na condição de Líder da oposição, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi entregue, há algumas horas, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, pelo Presidente da Câmara o diploma, o documento que comunica ao Senado a aprovação pela Câmara dos Deputados da autorização para que seja aberto no Senado o processo de investigação sobre aquilo pelo qual o Tribunal de Contas da União penalizou a Presidente da República e que originou o pedido de *impeachment*, formulado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior, que se referem às pedaladas fiscais e que, baseados em informações do Tribunal de Contas da União, pedem o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

A matéria foi discutida em seguidas sessões da Câmara dos Deputados, e, ontem, perto da meia-noite, o veredito final estava completado: por 367 votos “sim” contra 137 votos “não”, a autorização da Câmara foi dada, e o diploma legal chega ao Senado para que o Senado agora cumpra a sua parte.

Para que aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo possam compreender, a Câmara analisou o processo, o pedido de *impeachment* apresentado do ponto de vista legal, por juristas renomados, e simplesmente autorizou a abertura de um processo. Esse processo, do ponto de vista do confronto das opiniões, entre acusação e defesa, vai ficar a cargo do Senado. Inicialmente, vai instalar-se uma comissão, composta por 21 membros, que vai ter como primeira tarefa a avaliação da admissibilidade – se o Senado, por maioria simples dos presentes, em uma sessão que vai ocorrer, vai autorizar a instalação do processo ou não. Se essa comissão que vai ser instalada autorizar a instalação do processo, a Presidente será afastada por até seis meses, e essa comissão, que terá eleito o Presidente e o relator, em até seis meses fará um relatório, ouvido o contraditório, ouvida a defesa, ouvida a acusação, ponderados os fatos todos, no qual os Senadores vão atuar como juízes, como magistrados, e, em reunião presidida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, vai oferecer o seu veredito.

Só que aí por 54 votos, ou seja, por 2/3 dos membros do Senado.

Essa é a metodologia, essa é a sistemática da tarefa a que está submetido o Senado da República. Aí entram as condicionantes políticas.

Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, a Bolsa de Valores está fechada, está parada, o dólar fica oscilando, ninguém importa nada, ninguém exporta nada, ninguém investe nada; este País está literalmente parado. E por uma razão simples: é que a percepção do resultado da sessão de ontem é de que o atual Governo não tem votos – teve 137 votos na Câmara – para fazer reforma nenhuma; não tem votos para se sustentar partidariamente, até os tradicionais aliados a deixaram,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... partidos que participaram do Governo, até bem pouco tempo, deixaram o Governo e deixaram o suporte partidário.

A Presidente da República não dispõe nem de um Governo completo. Não há Chefe da Casa Civil, não há Ministro da Integração Nacional, não há Ministro da Saúde, é um caos completo. Esse quadro nos leva, por dever e responsabilidade, a buscar uma solução rápida, tão rápida quanto possível, para a situação de vacância de poder a que o Brasil foi entregue a partir da reunião em que a Câmara dos Deputados decidiu por, repto, 367 votos a 137, pela autorização de abertura do processo de avaliação do *impeachment*, de perda do mandato da Presidente da República.

Uma coisa que eu quero registrar. Eu fiquei em casa acompanhando cada voto, de cada Estado, de cada partido. A esmagadora maioria dos votos dados pelo *impeachment* eram respaldados sistematicamente dos argumentos: “em nome do meu Estado”, “em nome da minha família”, “em nome dos meus eleitores”.

Senador José Medeiros, “em nome da minha família”; eu não sei quantos repetiram “em nome da minha família”. O que eles queriam dizer com aquilo? Era o futuro do Brasil. A minha família são os meus filhos, são os meus netos, são aqueles que estão por conquistar espaço na vida.

Eles se julgam já em paz com a sua missão, se não completada, pelo menos encaminhada, mas a família precisa se encaminhar.

Entendem eles, os que deram seus votos e mencionaram “em nome da minha família”, que é preciso recuperar uma perspectiva de vida para a sua família, perspectiva que hoje, na opinião deles, não há. Em nome dessa perspectiva, eles votaram.

Outros falaram, claramente, “em nome do meu Estado”. Eu, por exemplo, fui duas vezes Governador do meu Estado, fui Prefeito da minha capital e o que sou devo aos eleitores do meu Estado, ao povo do meu Rio Grande do Norte. Em nome dos interesses do Rio Grande do Norte estou à disposição.

Eles falaram isso, mas completaram com a colocação “em nome dos meus eleitores”. Senador Elmano Férrer, quais são os eleitores? São aqueles que, ao longo de não sei quantos movimentos – participei de cinco, vários em Natal, um em Brasília e um na Avenida Paulista –, foram às ruas...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – se manifestar com uma novidade, o sentimento de civilidade, a sociedade organizada pressionando e fazendo com que essa pressão chegasse a cada Parlamentar que votou sintonizado com a sociedade.

A voz das ruas produziu 367 votos. Ninguém se iluda com relação a isso: essa é a nova política do Brasil. Quem não entender isso e achar que a velha política ainda vai ter vez no Brasil vai perder o bonde da história. Essa foi a lição que aprendi, essa foi a lição que já apreendi.

Ninguém esperava por 367 votos. Senador Capiberibe, as pessoas diziam: “conseguir 342 votos – dois terços da Câmara, dois terços de 513 –, é tarefa hercúlea”. Foram 25 votos a mais do que os dois terços. Foi voto muito! Em nome da família, dos Estados, dos Municípios, dos seus eleitores.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – É a nova política funcionando. Essa tarefa está posta para nós.

O que é que vejo, agora, Presidente? Pediria a V. Ex^a a tolerância de uns minutinhos mais, poucos minutos mais.

Qual é a situação do Brasil? É uma nação sangrando. Presidente Raimundo Lira, se eu fosse médico, mas sou engenheiro, diria que o Brasil, hoje, é mais ou menos um paciente anestesiado, deitado numa mesa de cirurgia com o abdômen aberto, à espera de socorro e apavorado com a possibilidade da contaminação de bactérias em volta, que podem provocar septicemia no organismo.

O Brasil, hoje, tem a perspectiva de uma Presidente desautorizada, sem suporte parlamentar, sem condições de fazer reforma nenhuma para consertar o País, para sair da crise em que o Governo ou os Governos do PT fizeram em que o Brasil mergulhasse, com recessão, com inflação com recessão, com inflação, com dívida interna recorde, com perspectiva de calote da dívida interna; um governo perdido, que não tem mais estrutura de governo nem fisionomia tomada.

E o que acontece é: se por um lado você tem isso, por outro lado você tem a perspectiva de um novo governo. E nós estamos vivendo a dicotomia entre um governo que já se exauriu e a perspectiva de um novo governo que se dispõe. Eu conversei com o Vice, Michel Temer, e não foram conversas em torno de *impeach-*

ment, mas em torno dos interesses do País, e ele me disse que, se o *impeachment* vier a acontecer, ele se dispõe a ser o Presidente da transição e da conciliação nacional, e não pleitearia nem aceitaria a reeleição.

Ele seria Presidente, tendo como meta salvar o Brasil da crise em que ele está mergulhado. Jamais seria Presidente tendo como meta um mandato a mais, porque destruiria a capacidade de ele se submeter ao desgaste ao qual vai ter que se submeter para fazer as reformas estruturais que o tamanho da crise em que o PT nos meteu vai exigir que sejam feitas: reformas de previdência, políticas, trabalhistas e sindicais, tributárias, reformas de grande profundidade, que vão ser dolorosas. Não tenho nenhuma dúvida: não vai se fazer um omelete sem se quebrarem os ovos, e o Temer sabe disso, sabe da tarefa que o aguarda, mas sabe também que ele é capaz – pela habilidade política que conseguiu juntar ao longo de tantos anos de vida pública – de juntar, de agregar suportes político-partidários, como esse número de 367 votos já mostrou, capazes de produzir soluções para a crise que o Brasil enfrenta.

Só que esse assunto tem que acontecer rapidamente. Nós não podemos esperar um mês, dois meses, três meses, seis meses. Do contrário, o paciente vai morrer de septicemia. Nós temos que ser rápidos, em benefício de quem? De um novo governo? Não! Em benefício do País, da solução da crise do País.

Senador Elmano Férrer, a situação do País é gravíssima! Se já era grave com a perspectiva da votação do *impeachment* e com o resultado ocorrido, o que o Brasil agora espera é que se complete a solução, com a definição, sim ou não, do *impeachment*, para que o governo que se propõe a ser de transição nacional e de salvação nacional assuma, mas que assuma logo. A cada dia, a cada semana que passar, a crise vai ser mais profunda, e mais difícil vai ser a recuperação.

E aqueles que têm responsabilidade sobre isso tudo – esse é o meu quarto mandato nesta Casa –, têm que entender este fato como ele o é e tomar providências. E a providência, Senador Medeiros – e já lhe concedo o aparte, com muito prazer e com a permissão da Presidência da Mesa –, é instalar esta comissão,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... com urgência devida, eleger o Presidente, eleger o Relator e começar a trabalhar com a consciência de que o Brasil espera celeridade desta comissão, para que, rapidamente, chegue a conclusões, porque o Brasil tem massa crítica, tem suporte econômico suficiente, tem capital guardado nos seus empresários para que, com um governo com credibilidade, tome medidas que inspirem confiança e saia da crise rapidamente.

Ouço, com muito prazer, o Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – V. Ex^a foi cirúrgico e muito claro, como sempre faz aqui na tribuna. O Brasil não pode esperar, o Brasil não pode se dar a esse luxo de delongar esse processo de *impeachment*. A comissão precisa ser instalada imediatamente. Vi, agora há pouco, o discurso da Presidente Dilma, Senador. Foi lastimável, porque era de se esperar que, neste momento, ela pudesse fazer um discurso pelo menos apontando ou fazendo um *mea-culpa* ou, se achar que vai ganhar o *impeachment* – como eles estão dizendo, que não vai haver *impeachment* – que pudesse apontar saídas. O discurso dela se limitou a atacar o Cunha, chamar o Vice-Presidente de traidor e dizer que está triste. Não é a saída. Precisamos encerrar esse momento triste do País. Infelizmente, ninguém está contente com isso. E fazer, justamente, conforme o roteiro que V. Ex^a disse. Amanhã precisamos fazer essa coisa andar aqui. Espero que o Presidente Renan Calheiros possa ter a sensibilidade de acatar essa sua sugestão, para que possamos fazer esse procedimento. Não ao arrepião da lei, mas de acordo com a lei, atendendo ao princípio do contraditório, da ampla defesa, mas, acima de tudo, com a celeridade que a urgência requer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Senador Medeiros, V. Ex^a me enseja fazer uma observação, que faço a seguir, já perto de concluir, Sr. Presidente. Veja bem,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... a Presidente da República – eu não ouvi o pronunciamento de Sua Excelência – vir atacar o Vice-Presidente, Michel Temer, vir atacar o Presidente da Câmara? Ela tinha que atacar os 367 Deputados que votaram “sim”, do partido A, B, C e D, que, até ontem, participavam de seu Governo, que apoiavam seu Governo e que acordaram diante do sentimento da sociedade, das pessoas que foram à Casa ou que conseguiram sensibilizar cada Parlamentar, pensando muito mais no País do que no seu próprio bem-estar ou no seu próprio conforto, ou comodidade partidária, e resolveram votar pela mudança que o País exige, para ressurgir das cinzas.

Ela deveria atacar esses Parlamentares, de quem ela não cuidou, com quem ela não conviveu, a quem ela não explicou ou com quem não se entendeu nunca. E por que nunca se entendeu? Não foi capaz...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... de fazer aquilo que era o seu dever de casa, e o que ela se comprometeu, na largada do segundo Governo, a fazer: o equilíbrio fiscal.

O Ministro Levy foi contratado, foi convocado, para fazer o ajuste fiscal, e nunca conseguiu, porque o boicote vinha de dentro de casa, vinha de dentro do PT. Não se poderia exigir jamais da oposição votar um ajuste fiscal necessário se a própria base do Governo combatia, e, mais do que combatia, boicotava aquilo que o País precisava. É preciso, portanto, um governo de conciliação nacional, que pense muito mais no futuro do País do que em si próprio, para fazer aquilo que tem que ser a primeira tarefa: o ajuste fiscal com a diminuição de Ministérios, com o corte de cargos comissionados, com o estabelecimento de teto de despesa de custeio, para que isso inspire a sociedade, os agentes econômicos, credibilidade. Não que signifique tudo, mas governo existe para dar exemplo,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... e é preciso que o novo governo comece por dar exemplos: exemplos de austeridade, de compostura e de confiança no futuro.

Ficam na velha retórica, Sr. Presidente, para concluir, de golpe. Como golpe, se todo o rito foi submetido ao Supremo Tribunal Federal, que ofereceu os caminhos a seguir? Como golpe, se toda a argumentação jurídica foi levada em consideração, e foi dada a oportunidade de, a par da acusação, ser feita a defesa por quem a Presidente entendesse ser o mais preparado para defendê-la, no caso o Advogado-Geral da União? Como golpe se o processo foi todo aceito, entendido e condicionado ao rito proposto e submetido à apreciação do Supremo Tribunal Federal? Como golpe se o *impeachment* é um dispositivo da Constituição Federal? Isso é retórica, para tentar justificar com vitimologia uma coisa que é flagrante ao País: é o fracasso de um governo,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... é o fracasso de 13 anos de uma estrutura que teve anos de êxito, de sucesso, e não soube aproveitar nem se preparar para o futuro por meio dos êxitos, baseada numa bonança que recebeu de herança – essa que é a dura realidade!

É, em nome disso, que venho com a responsabilidade de ser um dos mais antigos da Casa, a responsabilidade de vir a esta Casa e dizer: nós temos a responsabilidade de fazer a investigação do ponto de vista jurídico, mas mais do que isso, a responsabilidade de sermos céleres, de sermos rápidos, de instalarmos a comissão o mais rápido possível. O Brasil não pode esperar, o Brasil está sangrando, o Brasil não tem condições de esperar! E, para isso, é preciso que amanhã, lida a matéria, tomem-se as providências de indicação dos membros, os membros elejam o Presidente e o Relator, e essa comissão comece a fazer a sua tarefa.

E a tarefa dessa comissão,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... uma das mais importantes que já ocorreram no Senado da República, é a de apontar os caminhos de saída para a crise do Brasil, é fazer a salvação nacional.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convidado, para ocupar a tribuna, o Senador Fernando Collor, nosso amigo, ex-Presidente da República.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente desta sessão, Senador Raimundo Lira, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos, Sr. Presidente, momentos de turbulência. As próximas semanas serão decisivas para o País. Todas as atenções estarão voltadas para este Senado Federal, onde se decidirá o destino político do comando da Nação. A partir de agora, esta Casa passa a ser um tribunal, e nós, Senadoras e Senadores, os juízes. Portanto, antes de qualquer medida, precisamos nos imbuir da índole da serenidade e do espírito moderador.

Particularmente, vivo uma situação extremamente singular e uma experiência talvez já imaginada pelo meio político. Sou um ex-Presidente da República, único a exercer hoje um mandato conferido pelas urnas. Nessa condição, estou sujeito a ter que votar o *impeachment* da Presidente da República, tendo sido eu o único Presidente do Brasil, que passou pela experiência de enfrentar igual processo até o fim. Experiência única, sem dúvida, mas que por isso mesmo me faz sentir no dever de trazer uma palavra ao Senado Federal e à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me nessa contingência, tenham certeza, com profunda apreensão e pesar. Apreensão pela imensa preocupação com a estabilidade do País, que, há mais de um ano, vive

um quadro tormentoso em todos os sentidos e que só vai começar a se reverter após o desfecho da atual crise política do Governo. E pesar, pela possibilidade de ter que participar do julgamento de um Governo, cujos principais atores e Partido protagonizaram exatamente o meu *impeachment*.

Não me sinto à vontade nesse papel, até porque não carrego mágoas e menos ainda sentimentos subalternos. Entretanto, diante da autorização da Câmara para instauração do processo aqui no Senado Federal, não terei alternativa. Como assevera Schopenhauer: "O destino embaralha as cartas, e nós jogamos."

Creiam, Sras e Srs. Senadores, não é nada confortável para mim rememorar e, menos ainda, reviver, mesmo que em outra trincheira, momentos como este. Por isso, não é minha intenção, neste instante de aflição nacional, traçar paralelos, fazer analogias ou exprimir comparações entre a instabilidade política por que passou o meu Governo, há quase 25 anos, e a grave crise institucional, política, econômica, ética e social em que se encontra o Brasil de hoje. Até porque todo o cotejamento possível, entre os dois momentos e os respectivos processos de *impeachment*, seja pelas motivações e efeitos, seja pelas circunstâncias, métodos e prazos, creio, tem sido naturalmente feito pelos analistas, pela classe política e pela própria população brasileira.

Qualquer palavra minha nesse sentido, neste momento, pode vir a ser mal interpretada, mal assimilada ou mesmo desvirtuada de minha real intenção. A análise da dimensão dos fatos de 1992 frente aos atuais acontecimentos, a comparação quantitativa de agentes públicos e privados envolvidos nas duas ocasiões e ainda a avaliação das causas e consequências de ambos os desfechos para o Brasil, eu deixo, como já disse, a cargo da consciência de cada uma das Sras e dos Srs. Senadores, de cada um dos observadores da cena nacional e, especialmente, de cada um dos brasileiros que viveram os dois momentos.

Sr. Presidente, que o registro histórico se faça como deve ser feito, que o tempo em sua forma universal de mudança se encarregue de acolher a razão e, mais ainda, de decantar qualquer dúvida quanto à verdade de tudo que orbitou e orbita em torno dos acontecimentos de ontem e de hoje. Afinal, como ensina Machado de Assis, "a verdade sai do poço sem indagar quem se acha à borda".

Da mesma forma, considero imprudente de minha parte antecipar, neste momento, uma posição frente ao processo de *impeachment* em curso. Para qualquer que seja minha palavra, celeumas podem ser criadas, e não é essa minha intenção. Desejo tão somente, no plano institucional e no exercício do mandato de Senador, colaborar para que o Brasil encontre soluções para sair de todas as crises por que passa e, o quanto antes, entre o seu norte, rumo a um porto seguro. Por isso, entendo que este será um período que exigirá de todos nós, Senadores principalmente, muito equilíbrio nos atos, muita moderação dos debates e uma plena consciência da responsabilidade que temos para com o Brasil.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, no cerne das discussões sobre este degradante momento de nossa história, eu gostaria apenas de ressaltar um aspecto. A situação econômica do Brasil de hoje é extremamente grave, ao contrário daquela que deixei no início de outubro de 1992. Em que pese a luta contra o inédito e recordista processo hiperinflacionário que enfrentei no início de meu governo, eu consegui, de forma desabrida e sem receios, estabelecer as bases econômicas, administrativas e de políticas públicas necessárias para o País seguir adiante, se desenvolver, se liberalizar e abrir suas portas ao comércio exterior e à nova ordem de um mundo globalizado. Rompi monopólios, quebrei reservas de mercado, consegui também plantar as sementes para a tão sonhada estabilidade monetária, mediante a fixação dos princípios macroeconômicos que permitiram, um ano e pouco depois, a implantação do Plano Real.

Tenho plena convicção, Sr. Presidente, de que, em meu governo, o Brasil não retrocedeu em nenhum setor, em nenhuma avaliação relevante. Apesar da abrupta interrupção de meu mandato, creio, o legado foi positivo. Para tanto e a despeito da instabilidade política vivida nos últimos meses do meu governo, foi fundamental a normalidade da administração, obtida com a manutenção de meu ministério, cujos quadros mantiveram funcionando normalmente o programa de governo.

Aproveito para agradecer a cada um dos meus 14 Ministros e Secretários que compunham aquela enxuta e competente equipe. O meu muito obrigado a cada um deles, aos Ministros: Célio Borja; Embaixador Celso Lafer; Marcílio Marques Moreira; Dr. Adib Jatene, *in memoriam*; Reinhold Staphanes; Eraldo Tinoco, *in memoriam*; João Santana; José Goldemberg; Pratini de Moraes; Ricardo Fiúza, *in memoriam*; Helio Jaguaribe; Sergio Rouanet; Ângelo Calmon de Sá; Bernard Rajzman; Embaixador Flávio Perri; e Embaixador Carlos Garcia. Da mesma forma, agradeço a cada um dos Deputados Federais que, em 1992, votaram contra a abertura do processo de *impeachment*, assim como aos Senadores que, ao meu lado, se mantiveram até o julgamento do dia 29 de dezembro daquele ano.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o que hoje presenciamos é o aprofundamento de um processo de desgaste político que agora chega ao seu ápice na forma de uma aguda crise que foi gestada e que cresceu paulatinamente desde o primeiro mandato do atual Governo. Há tempos, detectei e alertei para a falta de sincronia, de receptividade e de diálogo do Executivo com o Congresso Nacional. Sempre procurei manter com o

Governo uma posição de interlocução institucional não só diretamente com a Presidenta da República – raríssimas vezes, é verdade, e não por minha vontade –, mas também com os diferentes Ministros da Casa Civil, a quem tentei levar, ao longo desses anos, minha experiência como ex-Presidente e a percepção, como Senador em exercício, da necessidade de uma maior efetividade nas ações políticas e institucionais com o Poder Legislativo, em contraposição a uma menor atuação meramente publicitária junto à população. Desde 2012, desta mesma tribuna, venho chamando a atenção para o esfacelamento institucional do País, para os conflitos entre os seus Poderes, para o empoderamento de órgãos auxiliares e para o paradoxo da legitimidade *versus* credibilidade nos Poderes da União. O tempo e o presente quadro de degradação do País me deram razão. Porém, Sr. Presidente, o que perdurou foi a postura de sempre: me ouviram, mas não me escutaram.

O Governo continuou a agir exatamente de forma isolada e inversa aos inúmeros conselhos e alertas advindos deste Congresso Nacional, não somente de mim. Aliou-se a insensibilidade política à fragilidade de uma matriz econômica descabida e insustentável. Desmontou-se uma base política e deteriorou-se uma base fiscal. Princípios elementares da economia e da execução orçamentária foram contrariados e, pior, demolidos. Índices negativos foram subjugados, subestimados. Ficamos carentes não só de política econômica, mas de economia política.

O resultado de poucos anos de má gestão, devemos reconhecer, é toda uma década perdida. As pessoas se aperceberam, e as ruas se manifestaram. A crise espraiou-se, a política esvaiu-se e a economia tornou-se caótica. Levaremos tempo, Sr. Presidente Elmano Férrer, para resgatar tudo de positivo, em todos os segmentos, que foi alcançado pelo País desde a sua redemocratização. Mais ainda, levaremos tempo, talvez uma geração inteira, para nos recuperar desse certeiro golpe na população brasileira.

Por isso, seja qual for o resultado do atual processo de *impeachment*, precisamos nos adiantar, precisamos começar a pensar o futuro. O Estado brasileiro precisará ser reconstruído. O Governo, qualquer que seja, terá que se reinventar. A população não mais concordará com improviso e não mais aceitará amadorismo e, menos ainda, o fisiologismo que humilha a classe política. Precisamos recuperar o ânimo e o encanto com a missão pública. Precisamos, Sr. Presidente, toda a classe política, nos oxigenar e nos remodelar à nova ordem da sociedade brasileira para readquirir a capacidade de participar, de fato, da ação governamental. Precisamos resgatar o básico da liturgia dos cargos, da respeitabilidade dos palácios e da moderação das autoridades. Precisamos de um novo modelo econômico. Precisamos de um novo Estado. Precisamos de uma nova política.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é nesse sentido e dentro desse contexto que, em entendimento pessoal com os Líderes do Bloco Moderador, apresento, para conhecimento e debate desta Casa, uma proposta denominada “Brasil: Diretrizes para um Plano de Reconstrução”. Trata-se de um elenco atualizado de diagnósticos, princípios e medidas a serem discutidos, aperfeiçoados e implantados de forma a permitir que o Brasil retome o caminho do desenvolvimento econômico e social, sua credibilidade, sua previsibilidade e segurança jurídica e, com isso, melhorar o ambiente dos negócios. As propostas visam permitir ainda que o Brasil se reinsira, definitivamente, nos grandes blocos econômicos do mundo, sem os quais continuaremos a patinar não apenas no comércio exterior, mas também na liderança e no protagonismo perdidos no âmbito do nosso subcontinente.

Restringo-me, aqui, Sr. Presidente Elmano Férrer, a apresentar as linhas mestras desse plano como subsídio à classe política e a um futuro governo, seja ele qual for. Peço, de antemão, que o documento seja publicado em sua íntegra nos *Anais* da Casa para a devida publicidade. Como o seu texto contém 19 páginas, vou ler, com a permissão de V. Ex^{as}, apenas os itens referentes à reforma política, ao papel do Estado, à reestruturação competitiva da economia e à política externa e defesa nacional. Os demais subitens serão apenas citados para efeito de referência ao conteúdo completo da proposta.

Passo, portanto, à leitura resumida.

Brasil: Diretrizes para um Plano de Reconstrução.

I - REFORMA POLÍTICA: O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO

Considerada a “mãe de todas as reformas”, a reforma política precisa ser definitivamente encarada de frente por todas as instituições brasileiras, sob o protagonismo do Congresso Nacional.

O sistema presidencialista, agravado nos últimos mandatos pelo chamado “presidencialismo de coalizão”, perdeu, de vez, a sua funcionalidade e tornou-se incapaz de proporcionar uma condução política e institucional minimamente viável para qualquer Governo que assuma o comando da Nação. Todos já percebemos que o atual modelo de se fazer política esgotou-se. Precisamos, portanto, de uma nova política em que os partidos deixem de ter como única serventia o ato de votar e passem a ter o papel de formular.

Não há mais espaço para o fisiologismo que humilha e desacredita a classe política perante a população brasileira. Precisamos sair desse desânimo institucional, desse desencanto com a missão política.

Daí ser necessário o correto diagnóstico da situação e a apresentação de ideias claras e definidoras para uma autêntica mudança do sistema político brasileiro.

Urge que a classe política, juntamente com a sociedade, debata com seriedade, sobriedade, mas com determinação, a opção do modelo parlamentarista de governo e suas possíveis variáveis. Será este o remédio para os principais males da política nacional, a começar pela perspectiva de que o País dificilmente voltaria a passar por crise política, econômica e institucional de tamanha gravidade como a que vivemos hoje.

No parlamentarismo, qualquer crise de qualquer natureza é solucionada logo em seu nascêdouro, na medida em que a perda do apoio político para se governar enseja a imediata substituição de todo o comando da equipe governante sem precisar, portanto, que se espere o término do mandato de um governo. É por isso que se diz que, enquanto o presidencialismo é o regime da irresponsabilidade a prazo certo, o parlamentarismo é o regime da responsabilidade a prazo incerto. Ademais, a adoção desse novo regime permitirá naturalmente a consecução da tão esperada e necessária reforma política. A fórmula é, portanto, simples: a adoção do parlamentarismo, avalizada por referendo popular, que necessariamente demandará as mudanças adaptativas, tanto no sistema eleitoral como no sistema partidário brasileiro.

É a fórmula que temos para evitar a crise política que nos legue, como hoje, um Brasil partido. Sim, [Sr. Presidente,] um Brasil partido, partido nas suas esperanças, partido nas suas expectativas, partido nas suas crenças, partido no seu propósito.

Precisamos, pois, reunificá-lo, reconciliá-lo entre seus Entes e consigo próprio. Assim, aos que alegam que o Brasil não pode adotar o Parlamentarismo por não possuir partidos fortes, é preciso dizer que, na realidade, o Brasil não possui partidos fortes por não ser parlamentarista.

2. O papel do Estado. Ao Estado impõem-se duas grandes tarefas: o apoio à transformação da estrutura produtiva e a correção dos desequilíbrios sociais e regionais.

A retomada do crescimento sustentado se dará a partir da transformação da estrutura produtiva, que contemple aumento sistemático da produtividade, melhoria permanente da qualidade de produtos e serviços e fomento à capacidade de inovação.

Caberá ao Estado recriar as condições macroeconômicas e prover, em trabalho conjugado com a iniciativa privada, as infraestruturas econômica, tecnológica e educacional necessárias à reestruturação competitiva das empresas.

Para reverter a grave situação de desequilíbrio social e regional, é necessário, além de mecanismos alternativos de financiamento à infraestrutura social, estabelecer, por meio da coordenação das diversas esferas de governo, políticas sociais, regionais e de caráter compensatório. Assim, o Estado estará recuperando a sua dimensão de promotor do bem-estar social, mas indo além do assistencialismo puro e simples, já que o propósito passaria a ser o de igualar as condições de partida.

A realização dessas tarefas requer uma mudança significativa na natureza do Estado e também nas suas formas de atuação. O que se propõe é um Estado menor, mais ágil e bem informado, com alta capacidade de articulação e flexibilidade para ajustar suas políticas.

A tarefa de modernização da economia terá na iniciativa privada seu principal motor. Ao Estado cabe, porém, o importante papel de articulador dos agentes privados com vistas a mobilizar esse conjunto de forças em direção aos objetivos de progresso e justiça social.

Assim, fatores como controle inflacionário, equilíbrio fiscal, redução do custo dos negócios, política responsável de crédito, redução da burocracia, entre outros, são cruciais para a retomada do crescimento do País.

[Aqui resumo apenas as principais medidas]. Na reforma do Estado, a superação da crise e a viabilização de um projeto de desenvolvimento para o País dependem de quatro fatores fundamentais: primeiro, a credibilidade do governante [em primeiríssimo lugar, a credibilidade do governante]; depois, a segurança jurídica dos contratos; que o ajuste fiscal ganhe dimensão estrutural; e, por fim, que o aparelho estatal seja modernizado e profissionalizado mediante ampla reforma com a introdução da meritocracia e do desempenho.

Reestruturação competitiva da economia. [...] O cerne da estratégia tendo como objetivo maior a melhoria da qualidade de vida da população brasileira deve ser a busca do aumento progressivo da competitividade da economia e os caminhos a seguir devem observar as seguintes premissas: os desafios de modernização e elevação da competitividade exigem transformações estruturais importantes em todo o sistema econômico e não apenas nesse ou naquele setor; [...] o incremento

na capacitação científica e tecnológica interna e a melhoria na formação de recursos humanos são elementos indispensáveis ao processo de modernização.

Assim, faz-se necessário um conjunto de ações específicas nos seguintes setores: indústria, agricultura, infraestrutura – essa desdobrada em energia, transporte e telecomunicações –, ciência e tecnologia, educação, relações entre capital e trabalho, meio ambiente.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) –

Dentro do capítulo da dívida social, o plano prevê programas de combate à pobreza, mediante políticas sociais focadas na melhoria da condição socioeconômica da população, com ênfase no acesso aos serviços públicos, na educação e na qualificação profissional. [...] [Um dos meios é a destituição] do caráter eminentemente paternalista dessas políticas, de forma a recuperar a autonomia e a autoestima da população com sua desvinculação da dependência do Estado.

[...] O novo modelo econômico a ser adotado requer que as políticas sociais estejam, necessariamente, coordenadas com as políticas de responsabilidade fiscal nos três níveis da Federação.

Ainda dentro do capítulo da dívida social, seguem também medidas nos sistemas de segurança social e integração regional.

Cidadania e Direitos Fundamentais. Nesse capítulo, são especificadas ações para as seguintes áreas:

1. Direitos Humanos;
2. Violência e Criminalidade;
3. Crianças, adolescentes e idosos;
4. População indígena e minorias;
5. Cultura;
6. Desporto; e
7. Defesa da Concorrência e do Consumidor.

Essas partes resumidas estão bem detalhadas no documento que já solicitei, no início, à Presidência da Mesa que juntasse ao meu pronunciamento, já que é um documento que contém 19 páginas. Mas farei-o chegar à mão das Sras e dos Srs. Senadores o quanto antes.

V – O Brasil no Cenário Internacional.

1. Política Externa.

Não há projeto nacional viável para o Brasil sem vinculação eficaz com o mundo. Esta eficácia depende, sobretudo, da credibilidade do País, por meio da recuperação da previsibilidade e da segurança jurídica, o que torna a diplomacia instrumento indispensável para materializar as aspirações nacionais, quer no plano econômico, quer no plano político.

No plano econômico, trata-se de aproveitar as perspectivas presentes no cenário externo para promover a inserção e a modernização da economia brasileira. No plano político, trata-se de contribuir para a paz e de projetar no relacionamento externo os valores democráticos e de observância das normas de direito que regem nossa sociedade.

[...] No fim dos anos 1990, o fim da guerra fria e da rígida configuração bipolar levou a uma flexibilização das fronteiras comerciais e ao impulso da globalização. Aumentou consideravelmente a competição nos mercados internacionais, em que se tornaram maiores as dificuldades de um país concorrer individualmente.

Ao assinar o Tratado de Assunção, [lá atrás, em 1991] que criou o Mercosul, tínhamos em mente a estratégia de desenvolver um espaço econômico mais amplo, mais forte e competitivo.

As transformações do sistema internacional são hoje também muito abrangentes. A negociação de dois megablocos comerciais, a Parceria Transpacífico [...] e a Iniciativa Transatlântica [ambas envolvendo os Estados Unidos] envolvem e abrangem a maior parte da economia internacional. A China, de sua parte, tem aumentado seus laços na Ásia, consolidando sua esfera de influência, além de fazer maciços investimentos na África e na América Latina em busca de garantir fornecimento de matérias-primas e o acesso a mercados.

Esses mega-acordos estão estabelecendo também regras em diversas áreas, como propriedade intelectual, meio ambiente, relações trabalhistas e investimentos. São normas de cuja elaboração [nós, Brasil] não participamos nem influenciamos, mas às quais fatalmente nos submeteremos.

O Brasil escolheu dar prioridade às negociações da Rodada Doha, e não negociar acordos comerciais. Com a OMC (Organização Mundial do Comércio) deixada de lado pelos amplos novos acordos, o nosso País vê frustrada essa opção de sua diplomacia.

De outra parte, a análise que considerava que os países emergentes seriam os grandes catalizadores da economia mundial mostrou-se, no mínimo, açodada.

Verifica-se que, a exemplo do que se temia há 26 anos, o Brasil tem diminuída a sua margem de manobra no campo econômico internacional. Ações com viés ideológico no âmbito do mercado minaram sua credibilidade. O bloco reformulado precisa dar impulso a negociações bilaterais e com os megaespaços comerciais. Assim, a diplomacia brasileira deve retomar suas atividades de promoção comercial que foram abandonadas nos últimos anos, substituídas por atuações de caráter ideológico. O realismo e o bom-senso indicam que esses são os únicos caminhos viáveis e que há urgência em buscá-los.

Portanto, as ações da política externa brasileira necessitam, antes de tudo, de menos ideologia política e mais pragmatismo comercial, [mais agressividade comercial]. Como exigem hoje as grandes correntes do comércio mundial, precisamos de uma política externa muito clara e objetiva, priorizando os acordos multilaterais. [...]

Somente assim, o Brasil será capaz de retomar sua liderança do subcontinente e o seu protagonismo mundial.

Por fim, Sr. Presidente – e agradecendo desde já a deferência que V. Ex^a concede pelo tempo que ocupo a tribuna –, no setor de defesa nacional, o documento prevê:

[...] Em que pese o impacto do desenvolvimento da ciência e da tecnologia sobre o relacionamento humano e sobre a vida das nações, em futuro previsível, é improvável que as mudanças decorrentes venham a criar estruturas políticas que tornem imprescindível a capacidade militar. Nesse cenário, as Forças Armadas Brasileiras devem orientar o seu preparo de modo a enfatizar a profissionalização e a prontidão operativa, o desempenho tecnológico e a mobilidade.

O preparo assim delineado exige desenvolvimento de tecnologias adequadas e a evolução de doutrinas e procedimentos herdados do passado histórico e das experiências recentes.

Deve ainda ter por propósitos, em estrita consonância com a Constituição e as leis, a dissuasão de ameaças à integridade e à soberania nacionais, o apoio à lei e à ordem no território e nos espaços sob jurisdição brasileira em questões que transcendam a missão e a capacitação dos sistemas policiais e a contribuição à ordem internacional em cooperação e sob mandado internacional.

O amplo espectro de missões e responsabilidades daí decorrentes exige que seja intensificada a integração entre as forças singulares, de modo a facilitar e desenvolver a capacidade de operação conjunta, com especial foco na inteligência militar, na padronização de processos e equipamentos e no desenvolvimento dos instrumentos de guerra eletrônica.

Por outro lado, a sociedade brasileira precisa ser conscientizada da importância dos assuntos de defesa e que esta é um dever de todos. Nesse sentido, a sociedade deve ser integrada nas ações de defesa dos interesses nacionais, mediante o incentivo ao estudo do tema no meio civil de forma a difundir o conhecimento e contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o compêndio das diretrizes para a reestruturação do Brasil, fruto de entendimento com os Líderes do Bloco Moderador.

Além da publicação da íntegra do documento nos Anais da Casa, como disse anteriormente, o faremos chegar à consideração de V. Ex^{as}s. Esperamos, com isso, poder colaborar para os rumos do País a partir do desfecho político a ser tomado, em breve, pelo Senado Federal.

Para concluir, Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, contextualizando a história que vivemos hoje e ontem, deixo à reflexão da Casa as palavras do historiador francês Vidal-Naquet – abro aspas:

Não existe história possível em que um estado, uma igreja, uma comunidade, mesmo respeitáveis, impõem uma ortodoxia. Porém, inversamente, nenhum livro, por mais rico em documentos sensacionais e em considerações profundas, que seja, é uma obra definitiva. [Esse adjetivo “definitiva”, que se lê com frequência nas dissertações: aqui temos um estudo definitivo sobre...] Não existe estudo definitivo. A história deve ser sempre revisada, refeita – eu disse: revisada, refeita. Não disse: destruída, desfeita.” – fecho aspas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Mais uma vez agradeço à Presidência dos trabalhos o tempo que me foi concedido. Muito obrigado!

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, Senador, o senhor me permite um comentário?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Ouço, com muita alegria, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro, Senador, quero dizer que é gratificante, no meio desses últimos meses – eu diria, de um tremendo Fla-Flu, de debate entre duas torcidas, pró-Dilma ou pró-Temer –, a gente assistir a um discurso sobre um projeto para o Brasil. É gratificante. Eu gostaria muito de receber – como o senhor disse que todos nós vamos receber – esse documento. Creio que o senhor contemplou todas as linhas fundamentais de um projeto de Brasil. E eu, embora me reserve a uma opinião depois de ler com cuidado, simpatizei bastante com o conteúdo e o estilo que foram usados na apresentação. Eu só queria dar uma sugestão para o senhor analisar e ver se faz sentido. Eu ouvi – apenas ouvi, sem ler – que a educação entrou no aspecto social, como parte da luta contra a pobreza. Para mim, hoje, na economia do conhecimento, de que o senhor, inclusive, trata quando fala da economia, a educação é mais do que um serviço, tipo saúde, água, esgoto. A educação é o motor que permitiria construir esse projeto que o senhor está fazendo. Nesse sentido, acho que valeria a pena trabalhar em como fazer isso realidade no seu projeto, nos entraves para que isso aconteça. Certamente, imagino que o baixo grau de deseducação que nós temos no Brasil é, se não a causa, eu diria, a causa mais importante que precisa ser superada para termos a realização desse projeto. E nesse sentido, de tomar a educação como vetor fundamental da construção desse projeto, em todos os itens, até na reforma política, o próprio parlamentarismo, vai-se exigir educação. Tudo vai exigir! Eu tenho a impressão até – aqui um parêntesis –, ao assistir aos últimos debates, especialmente na Câmara dos Deputados, a sensação que eu tenho é que houve, de fato, uma coisa positiva: a democratização dos que chegam ali, mas uma decadência, pela falta de educação naquelas que chegam ali. A culpa não é dos que chegaram sem educação, a culpa é do Estado brasileiro que não ofereceu educação, lá atrás, para cada um deles. Uma vez, liguei até para o Deputado Tiririca, quando falaram que ele era analfabeto, e eu disse: o senhor deveria criticar era o prefeito de sua cidade, de quando o senhor era menino, que não lhe permitiu ter a educação que o senhor gostaria. Mas, voltando, creio que valia a pena retomar a ideia de como fazer essa educação. E o senhor tem autoridade especial para isso. Porque, na sua Presidência, foi feito o único verdadeiro esforço de federalizar a educação no Brasil, com, se não me engano, 550 CIACs que foram construídos no Brasil. Aquela foi a única experiência de federalização. Brizola fez isso, mas dentro do Estado do Rio de Janeiro e, lá atrás, no Rio Grande do Sul. Fora isso, mais ninguém. A educação continua sendo uma questão municipal ou, no máximo, estadual. E tenho a impressão de que, mantendo a educação nos ombros dos Municípios pobres e desiguais, não conseguiremos realizar um projeto tão bonito como esse que o senhor trouxe para nós nesta tarde. Eu, de fato, gostaria que fosse distribuído para todos – como o senhor disse que fará – e que debatêssemos mais o seu projeto, não para assinar embaixo, copiar ou adotar – que não é o que o senhor quer –, mas que daí pudesse surgir um projeto para o futuro. E, concluindo, estamos na véspera de saber se continuamos com esse Governo, se vamos ter um novo governo, mas, sem um projeto como esse, *impeachment* ou não-*impeachment* não vai mudar absolutamente nada no Brasil. Continuaremos com a decadência na qual estamos nesses últimos, alguns anos, não muitos, porque vínhamos ascendendo. Precisamos, ao meu ver, ter como elemento fundamental, unificador do seu projeto, o grande programa pelo qual a educação de cada criança brasileira – independentemente da renda do pai, da cidade onde mora – fosse da maior qualidade.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Gostaria de dizer a V. Ex^a, inicialmente, que este projeto foi fruto de um amplo e dedicado entendimento havido dentro do Bloco Moderador, que tenho a honra de liderar, com os Líderes dos partidos que fazem parte do Bloco: o Senador Elmano Férrer, Líder do PTB; o Senador Wellington Fagundes, Líder do PTR; o Senador Marcelo Crivella, Líder do PRB; o Senador Eduardo Amorim, Líder do PSC. Graças ao apoio e ao entendimento que todos nós pudemos chegar, é que trago à consideração de V. Ex^{as} na tarde-noite de hoje este projeto com o único objetivo, como V. Ex^a afirmou, de suscitar o debate, de suscitar opiniões a favor, contra, aperfeiçoamentos, enfim, é a contribuição que o Bloco Moderador do Senado da República entendeu por bem oferecer, neste momento, às Srs e aos Srs. Senadores e à sociedade brasileira.

Em relação ao item educação, embora tenha sido citado apenas uma vez, Senador Cristovam, V. Ex^a, quando receber o documento, verá que a educação, além de ter um capítulo especial, um capítulo dedicado somente a este importantíssimo e vital tema para o nosso desenvolvimento ou de qualquer outro país, permite também outros itens.

Quando se fala da atenção às crianças, da questão da criminalidade, aí está a educação; quando se fala na erradicação da pobreza, ali está novamente citada a educação como fator chave, e assim por diante. Porque a educação, como V. Ex^a sabe, que é um mestre no tema, sobretudo um profeta das medidas que poderão ser tomadas para nós alavancarmos definitivamente o Brasil rumo ao grande destino que está a ele conferido, somente ocorrerá se dermos atenção total devida a ela.

Quanto ao que V. Ex^a se referiu a respeito dos Centros Integrados de Apoio à Criança, da federalização do ensino básico e integral neste País, foi realmente um projeto de ampla envergadura. Nossa projeto inicial era de construção de 5 mil CIACs. Infelizmente, o tempo que nos foi dado pela população brasileira, pelo eleitorado brasileiro, não pôde ser cumprido até o final e não tivemos como concluir esse projeto.

É algo tão evidente, Senador Cristovam, que, sem o ensino integral de alta qualidade, sem o prestígio aos nossos professores, sem o estabelecimento do mérito, sem a capacitação profissional, sem salários condizentes com o esforço que eles realizam, sem a compreensão da comunidade onde se instala uma unidade como essa, nós não teremos condições de avançar com um projeto como esse.

Para avançar, é necessário que haja uma conscientização e, mais do que isso, um compromisso formal de todos nós detentores de mandato, de todos nós que nos dedicamos à vida pública de mostrarmos à sociedade a validade de um empreendimento como esse, de uma iniciativa como essa.

Portanto, Senador Cristovam, mais uma vez, muito obrigado a V. Ex^a por essa sua intervenção e digo, como sempre, que continuo sendo seu leitor. Outro dia, V. Ex^a lembrava que, quando então Presidente da República, numa das descidas de rampa, numa sexta-feira, eu desci sobrando dois livros de sua autoria. Tenho em V. Ex^a um mestre, cujas ideias devem ser seguidas e devem ser atendidas no seu alcance e no seu conteúdo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FERNANDO COLLORE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Brasil: Diretrizes para um Plano de Reconstrução”, Bloco Moderador.

BLOCO MODERADOR
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

BRASIL: DIRETRIZES PARA UM PLANO DE RECONSTRUÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Brasil vive uma rara conjugação de crise política com crise econômica e crise ética. Todas são de grande proporção, a ponto de acarretarem também uma grave crise institucional. O resultado tem sido a duradoura mobilização social que há meses parte o País.

É nesse contexto, e no momento em que o destino político do comando do governo encontra-se sob a responsabilidade do Senado Federal, que o *Bloco Moderador* toma a iniciativa de apresentar proposta que viabilize a reconstrução do Brasil, qualquer que seja o responsável pelo Governo após a superação da inédita e gravíssima crise política.

Trata-se de colaboração de natureza institucional, inspirada no consenso das observações e da percepção dos integrantes do Bloco Moderador, plenamente adaptadas e atualizadas à realidade desta segunda década do século XXI, e com base no documento *“Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”*, publicado em 1991.

Senado Federal, 18 de abril de 2016.

Senador FERNANDO COLLOR
Líder do Bloco Moderador

BLOCO MODERADOR
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

BRASIL: DIRETRIZES PARA UM PLANO DE RECONSTRUÇÃO¹

I – REFORMA POLÍTICA: O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO

Considerada a “mãe de todas as reformas”, a reforma política precisa ser definitivamente encarada de frente por todas as instituições brasileiras, sob o protagonismo do Congresso Nacional.

O sistema presidencialista, agravado nos últimos mandatos pelo chamado “presidencialismo de coalizão”, perdeu de vez a sua funcionalidade e tornou-se incapaz de proporcionar uma condução política e institucional minimamente viável para qualquer Governo que assuma o comando da Nação.

Todos já percebemos que o atual modelo de se fazer política esgotou-se. Precisamos, portanto, de uma “nova política”, em que os partidos deixem de ter como única serventia o ato de votar, e passem também a ter o papel de formular.

Não há mais espaço para o fisiologismo, que humilha e desacredita a classe política perante a população brasileira. Precisamos sair desse desânimo institucional, desse desencanto com a missão política. Daí ser necessário o correto diagnóstico da situação e a apresentação de ideias claras e definidoras para uma autêntica mudança do sistema político brasileiro.

Mais do que nunca, urge que a classe política, juntamente com a sociedade, debata com seriedade, sobriedade, mas com determinação, a opção do modelo parlamentarista de governo e suas possíveis variáveis.

Será este o remédio para os principais males da política nacional, a começar pela perspectiva de que o País dificilmente voltaria a passar por crise política, econômica e institucional de tamanha gravidade como a que vivemos hoje.

No parlamentarismo, qualquer crise, de qualquer natureza, é solucionada logo em seu nascedouro, na medida em que a perda do apoio político para se governar enseja a imediata substituição de todo o comando da equipe governante, sem precisar, portanto, que se espere o término do mandato de um governo. É por isso que se diz que enquanto o

¹ Inspirado, com atualização, na proposta “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional.

presidencialismo é o regime da “irresponsabilidade a prazo certo”, o parlamentarismo é o regime da “responsabilidade a prazo incerto”.

Ademais, a adoção desse novo regime permitirá, naturalmente, a consecução da tão esperada e necessária reforma política. A fórmula é, portanto, simples: a adoção do parlamentarismo, avalizada por referendo popular, que necessariamente demandará as mudanças adaptativas tanto no sistema eleitoral como no sistema partidário brasileiro. É esta fórmula que temos para evitar crise política que nos legue, como hoje, um Brasil partidário. Sim, um Brasil partido nas suas esperanças, nas suas expectativas, nas suas crenças, no seu propósito. Precisamos, pois, reunificá-lo, reconciliá-lo entre seus entes e consigo próprio.

Assim, aos que alegam que o Brasil não pode adotar o parlamentarismo por não possuir partidos fortes, é preciso dizer que, na realidade, o Brasil não possui partidos fortes por não ser parlamentarista.

II – O PAPEL DO ESTADO

Ao Estado impõem-se duas grandes tarefas: o apoio à transformação da estrutura produtiva e a correção dos desequilíbrios sociais e regionais.

A retomada do crescimento sustentado se dará partir da transformação da estrutura produtiva que contemple aumento sistemático da produtividade, melhoria permanente da qualidade de produtos e serviços e fomento à capacidade de inovação. Caberá ao Estado recriar as condições macroeconômicas e prover, em trabalho conjugado com a iniciativa privada, as infraestruturas econômica, tecnológica e educacional necessárias à reestruturação competitiva das empresas.

Para reverter a grave situação de desequilíbrio social e regional, é necessário, além de mecanismos alternativos de financiamento à infraestrutura social, estabelecer, pelo meio da coordenação das diversas esferas de governo, políticas sociais, regionais e de caráter compensatório. Assim, o Estado estará recuperando sua dimensão de promotor do bem-estar social, mas indo além do assistencialismo puro e simples, já que o propósito passaria a ser o de igualar as condições de partida.

A realização dessas tarefas requer uma mudança significativa na natureza do Estado e nas suas formas de atuação. O que se propõe é um Estado menor, mais ágil e bem informado, com alta capacidade de articulação e flexibilidade para ajustar suas políticas.

A tarefa de modernização da economia terá na iniciativa privada seu principal motor. Ao Estado cabe, porém, um importante papel de articulador dos agentes privados, com vistas a mobilizar esse conjunto de forças em direção aos objetivos de progresso e justiça social.

Assim, fatores como controle inflacionário, equilíbrio fiscal, redução do custo dos negócios, política responsável de crédito, redução da burocracia, entre outros, são cruciais para a retomada do crescimento do País.

1. Reforma do Estado

O grave desequilíbrio financeiro do Estado encontra-se no cerne da crise brasileira. Este desequilíbrio caracteriza-se, principalmente, pelo excessivo custo da máquina estatal, que gasta além do necessário sem oferecer, contudo, o retorno desejado pelos usuários dos serviços públicos. Ou seja, o Estado, além de gastar muito, gasta mal.

A superação da crise e a viabilização de um projeto de desenvolvimento para o País dependem de quatro fatores fundamentais: primeiro, a credibilidade do governante, a segurança jurídica dos contratos, que o ajuste fiscal ganhe dimensão estrutural e, por fim, que o aparelho estatal seja modernizado e profissionalizado mediante ampla reforma.

Para conferir alcance estrutural e permitir o saneamento financeiro do setor público é fundamental realizar uma revisão das finanças públicas, com ênfase na reavaliação da atual estrutura tributária e do Orçamento da União.

O sistema tributário brasileiro apresenta uma série de problemas estruturais que dificultam uma correta condução da política fiscal. É um sistema regressivo, baseado em impostos indiretos, e excessivamente complexo, o que justifica sua revisão. É crucial ampliar a base para reduzir as alíquotas, minimizando os níveis de evasão e sonegação fiscal, além de substituir a desoneração do investimento produtivo de alguns poucos setores pelo estabelecimento de regras gerais simples e justas para todos.

Além do reexame da estrutura de receitas, é fundamental buscar a reestruturação do gasto público. A sociedade só aceita uma carga tributária elevada se reconhecer que o Estado cumpre sua obrigação de devolver os recursos arrecadados sob a forma de uma oferta compatível de bens e serviços públicos. Nesse sentido, uma redefinição ampla do padrão do gasto público, com prioridade para sua eficiência, é indispensável.

1.1. Reforma Administrativa

A excessiva intervenção do Estado na economia e na vida do cidadão, além de contribuir para a baixa produtividade do gasto público e elevá-lo de forma desordenada, gera graves distorções. Multiplicaram-se órgãos e repartições, com caráter predominantemente regulador ou de controle, em detrimento da oferta de bens e serviços públicos na quantidade e qualidade desejadas pela sociedade.

Para que o Estado possa, efetivamente, desempenhar bem suas funções, é necessário transformar o serviço público em “serviço para o público”, por meio de sua profissionalização e a consequente qualidade da gestão.

1.2. Desburocratização

Excessivos controles, regras e exigências constituem não somente obstáculo ao desenvolvimento da atividade produtiva, mas também interferência indevida do Estado na vida dos cidadãos.

A desburocratização, visando maior liberdade e eficiência no exercício da atividade econômica, deve se orientar pelos seguintes princípios básicos: substituição de normas específicas por normas gerais; fortalecimento do papel fiscalizador do Estado no combate ao abuso do poder econômico e desrespeito ao consumidor; remoção de exigências que oneram desnecessariamente a empresa privada e o consumidor; e, melhoria dos serviços públicos e de atendimento à população.

1.3. Desestatização

A redefinição da atuação do Estado, restringindo o investimento estatal às áreas prioritárias, constitui instrumento de redução da dívida pública, concorrendo, assim, para o saneamento financeiro das contas governamentais.

O aumento da eficiência administrativa e produtiva e a realização de novos investimentos criam, por certo, condições para o mercado aumentar a oferta de insumos básicos a preços menores.

Esse processo engloba prioritariamente a concessão ao setor privado da exploração de serviços públicos e execução de obras públicas, devidamente regulamentadas pela lei.

Por outro lado, é fundamental resgatar o caráter público das empresas estatais que, de fato, constituem-se como necessárias às políticas de governo. Para tanto, é preciso reforçar o controle sobre a estratégia global da empresa, de forma a cumprir os objetivos nacionais, mas liberando-as do monitoramento de curto prazo e da demasiada ingerência política. Somente assim elas terão liberdade gerencial para alcançar as metas de rentabilidade, produtividade, endividamento e investimento fixados pelos interesses globais do país.

III – PRIORIDADES PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL

1. Reestruturação Competitiva da Economia

A retração dos investimentos produtivos contribui para acelerar a deterioração da competitividade da economia brasileira, estimulando movimentos especulativos e de elevação das margens de lucro, o que amplia os desequilíbrios macroeconômicos, aumenta a ineficiência dos processos produtivos e a iniquidade distributiva.

Do mesmo modo, na ausência de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e à busca de ganhos de produtividade, a manutenção de margens elevadas depende da prática de salários baixos e do uso predatório de recursos naturais.

O cerne da estratégia, tendo como objetivo maior a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, deve ser a busca do aumento progressivo da competitividade da economia, e os caminhos a seguir devem observar as seguintes premissas: os desafios de

desburocratização; o incremento na capacitação científica e tecnológica interna e a melhoria na formação de recursos humanos são elementos indispensáveis ao processo de modernização.

1.1. Indústria

São necessárias ações específicas visando à redução do custo dos investimentos, à promoção das exportações, à capacitação tecnológica e ao apoio ao incremento da qualidade e produtividade das empresas.

Nesse contexto, o aumento da oferta de infraestrutura e logística adequadas e eficientes torna-se fundamental.

Do mesmo modo, a abertura completa do mercado faz-se necessária, na medida em que, hoje, a indústria de ponta se organiza em cadeias globais, nas quais o Brasil precisa se inserir definitivamente. Fora dessa concepção, a indústria não alcançará escala para crescer.

Assim, se esse processo for bem desenvolvido, ganham a indústria e o mercado interno, que passará a ter acesso a produtos melhores e mais baratos.

Aliadas a esses parâmetros, é urgente a consecução de uma reforma tributária que promova a simplificação e eliminação da cumulatividade tributária, a unificação do ICMS e a convalidação de benefícios estaduais.

1.2. Agricultura

Apesar de sofrer com a péssima infraestrutura, o setor apresenta intensa modernização dos segmentos tipicamente exportadores, não acompanhada por aqueles voltados para o cultivo de alimentos básicos. Esse fato aprofunda o processo de concentração fundiária e agrava as disparidades regionais e o desequilíbrio do mercado de trabalho rural.

É necessário privilegiar o processo de verticalização produtiva, promover integração inter-setorial e elevar a produtividade e competitividade do pequeno produtor. Deve ser priorizada a produção de alimentos, com incentivo ao financiamento privado da produção e comercialização dos produtos agrícolas, com incremento da atividade estatal de

inspeção e fiscalização, especialmente quanto ao uso sustentável dos recursos naturais e quanto à qualidade e sanidade dos produtos.

Para o grande produtor, há de se tratar com prioridade a questão da verticalização e descomoditização. Do mesmo modo, é necessário criar política de redução de preços dos insumos agrícolas, fertilizantes e defensivos, hoje de uso restritivo por produtores de todos os portes.

1.3. Infraestrutura Econômica

A retomada do desenvolvimento baseado em novo padrão de competitividade requer a oferta de energia, transportes e telecomunicações em condições de custo, tecnologia e qualidade compatíveis com a inserção bem sucedida do Brasil na economia global e com o aumento do bem estar de seus cidadãos.

A ampliação e a modernização da infraestrutura devem visar o aumento da eficiência, o que demanda a abertura de mais espaços à atuação do capital privado. Tal objetivo só se tornará alcançável com o saneamento financeiro das empresas estatais, a diminuição das assimetrias fiscais e a redução do risco regulatório, principalmente por intermédio de uma política de preços e tarifas realista e estável.

1.3.1. Energia

A intervenção do Estado, quando necessária para o aumento da eficiência na produção e no uso da energia e para a realização do potencial das fontes energéticas de que dispõe o País, não deve implicar crescimento do risco regulatório ou distorção dos preços relativos dos energéticos, de forma a criar e preservar o ambiente propício para atração do capital privado.

Os impactos socioambientais deverão ser considerados na avaliação de quaisquer projetos, estimulando o desenvolvimento de tecnologias que preservem o meio ambiente, principalmente no que diz respeito à redução das emissões de gases do efeito estufa, com ênfase nos programas de conservação e racionalização da produção e do uso de energia.

1.3.2. Transporte

A infraestrutura de transporte, tanto de passageiros quanto de carga, necessita de urgente ampliação e modernização para superar os gargalos de logística, que afigem à população e obstaculizam as atividades econômicas. Busca-se, assim, reduzir custos, aumentar a capacidade e garantir a liberdade de circulação e de escolha de modais pelos usuários. Isso deve ser feito em regime de livre competição e de forma articulada com as políticas energética, industrial, agrícola, tecnológica e de meio ambiente.

A ampliação e a modernização da infraestrutura de transporte exige a desregulamentação dos serviços, incentivando a economia de mercado e a multimodalidade, e o estímulo à participação privada na exploração dos serviços.

1.3.3. Telecomunicações

Devem ser reduzidas as barreiras de entrada para obter o aumento da concorrência entre as empresas de telecomunicações, com a consequente melhoria da qualidade e redução do preço dos serviços prestados à população, em especial, nas regiões interioranas e na periferia dos grandes centros urbanos.

Deve ser universalizado o acesso à Rede Mundial de Computadores (internet), em bases fixa e móvel, com nível de velocidade de conexão semelhante ao dos países centrais, de forma a possibilitar o desenvolvimento de novas ferramentas para a realização de atividades empresariais, educacionais e de gestão pública, entre outras.

1.4. Ciência e Tecnologia

O desenvolvimento científico e tecnológico do País desempenha papel central no seu padrão de desenvolvimento. Só o permanente aperfeiçoamento tecnológico do sistema produtivo nacional poderá assegurar a competitividade dos produtos brasileiros no contexto da evolução técnico-científica.

Há necessidade de constituir capacidade de inovação no sistema produtivo, a qual deve estar associada a um amplo e articulado esforço de difusão, com o duplo objetivo de elevar o padrão tecnológico médio da estrutura produtiva, reduzindo seus níveis de heterogeneidade inter e intra-setorial, e de constituir fonte adicional de estímulo à

O projeto de modernização e capacitação tecnológica guarda forte interdependência com o sistema educacional, sobretudo no que tange às políticas de formação de recursos humanos e de ensino técnico e de pós-graduação. Cabe ainda fortalecer os vínculos do trabalho técnico-científico com as demandas dos seus potenciais suários, pois os processos de industrialização e de introdução de novas tecnologias têm corrido de maneira dissociada das orientações e esforços desenvolvidos pelas universidades e institutos de pesquisa.

É de se destacar que a produção científica brasileira tem aumentado significativamente nos últimos anos. Porém, não ocorre transferência desse conhecimento para o setor produtivo. Por isso, o Brasil gera poucas patentes em comparação aos países com produção científica semelhante.

1.5. Educação

O planejamento e a administração da educação no Brasil devem se assentar no princípio segundo o qual ela se constitui em direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

A apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos, ao lado de sua finalidade produtiva, deve constituir-se em instrumento de modernização cultural e social do país. Sob esse prisma, exige-se do setor educacional a necessária qualificação dos recursos humanos, com a adoção do princípio da meritocracia, para fazer frente aos desafios não só a modernidade produtiva, mas principalmente no desenvolvimento do potencial humano, artístico, esportivo, cultural e técnico de cada aluno.

1.5.1. O Papel do Governo na Educação

A educação é uma das áreas onde a presença do Estado é fundamental e imprescindível. À iniciativa privada cabe papel complementar importante, mas que nunca será desempenhado a contento se não houver, por parte do setor público, uma oferta educacional, de tempo integral no ensino fundamental e médio, adequada à demanda da população, às necessidades do sistema econômico e ao desenvolvimento dos potenciais individuais.

A definição de esquemas de cooperação institucional entre as três esferas de governo é fundamental para se buscar, conjunta e coordenadamente, alternativas para melhorar o padrão de organização, eficiência e qualidade da educação.

1.6. Relações entre Capital e Trabalho

O mercado de trabalho formal no Brasil tem sido regulado por um arcabouço legal e institucional expresso na CLT, na organização sindical confederativa e na Justiça do Trabalho, observando-se uma intervenção tutelar do Estado sobre as relações entre capital e trabalho com consequências danosas tanto no plano político como no econômico.

Como o recurso à instauração do dissídio coletivo foi estimulado durante décadas, o dirigente sindical acaba transferindo a decisão ao Estado, através da Justiça do Trabalho, operando-se uma cadeia transmissora de majorações salariais e de preços que não mantêm qualquer compromisso com a estabilidade macroeconômica.

Um novo estatuto do trabalhador deve circunscrever-se a regular os direitos essenciais do empregado, deixando-se para a negociação coletiva, respeitada a conjuntura setorial, a determinação das demais condições de contratação, garantindo-se, desse modo, maior flexibilidade nos diversos segmentos do mercado de trabalho.

Novos mecanismos de negociação coletiva, que privilegiem a solução dos naturais conflitos entre capital e trabalho mediante a negociação direta devem ser estimulados. Nesse sentido, a Justiça do Trabalho deverá se encarregar dos conflitos de direito, só sendo requisitada a intervir nos conflitos de interesse, de natureza eminentemente econômica, quando as partes já tiverem esgotado, sem solução satisfatória, todas as alternativas de negociação.

Daí a importância também de estimular a criação, disseminação e uso dos instrumentos de mediação, conciliação e arbitragem. Mas deixo claro: a lei estará sempre em primeiro lugar.

1.7. Meio Ambiente

Promover o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sadias, em especial aquelas voltadas para a geração e uso eficiente de energia, a redução da emissão de gases de efeito estufa e o melhor aproveitamento dos recursos naturais.

As práticas agrícolas devem ser estimuladas a adotar métodos orgânicos de agricultura regenerativa e o desenvolvimento da biotecnologia deverá ser condicionado a uma orientação ecológica e social.

Além disso, o Brasil precisa priorizar e cumprir os compromissos internacionais assumidos em relação ao controle do desmatamento ilegal, bem como ao acordo da COP 21 (Paris/2015) relativo à emissão de gases-estufa, pelo qual os países devem trabalhar para que o aquecimento global fique abaixo de 2°C, buscando limitá-lo a 1,5°C.

Importante aspecto que entrelaça meio ambiente e serviços públicos diz respeito ao saneamento básico, cuja maximização da cobertura e oferta à população deve ser incessantemente buscada.

2. O Resgate da Dívida Social

2.1. O Combate à Pobreza

Os programas de distribuição de renda devem ser efetivados como política de Estado, e intensificados os instrumentos de controle e avaliação para aperfeiçoamento e adequação à conjuntura e combate às fraudes.

2.1.1. Política Social

Apesar dos resultados quantitativos conseguidos nos períodos de crescimento econômico acelerado, ainda se configura quadro de carências generalizadas, especialmente quanto aos serviços básicos de natureza pública. Há que se rever os métodos de gestão e avaliação das políticas sociais para evitar os problemas de pulverização e desperdício de recursos e a incorreta identificação das populações-alvo.

As políticas sociais devem ser focadas na melhoria da condição social e econômica da população, com ênfase no acesso aos serviços públicos, na educação e qualificação

paternalista, de forma a recuperar a autonomia e autoestima da população, com sua desvinculação da dependência do Estado.

Contudo, o novo modelo econômico a ser adotado requer que as políticas sociais estejam intrinsecamente coordenadas com as políticas de responsabilidade fiscal, nos três níveis da Federação

2.2. O Sistema de Seguridade Social

Na área de saúde reafirma-se o princípio da universalidade, com a garantia de acesso igualitário aos serviços de saúde a toda população. Da mesma forma, é direito da população a assistência social. A melhoria na prestação dos serviços das duas áreas passa necessariamente pelo desenvolvimento e articulação com outros setores, como saneamento básico e educação.

Já o sistema de Previdência Social precisa ser amplamente rediscutido para que possa ser tornado socialmente justo e financeiramente equilibrado. Entre outros, destacam-se os seguintes aspectos: alternativas de custeio capazes de assegurar a estabilidade das receitas em momentos de crise na economia; adequação do regime às características da distribuição de salários do País e ao perfil demográfico da população.

Para tanto, faz-se necessária uma reforma previdenciária estabelecendo novas regras para a concessão de aposentadoria, com adoção de critérios objetivos, como a adoção de idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição e a garantia da equivalência entre contribuições pagas e benefício auferido.

2.3. A Questão Regional

Seja pela escassez de recursos, seja pela sua deficiente dotação, ou por circunstâncias históricas e políticas, o crescimento econômico não se processa homogeneamente no espaço. Para minimizar os problemas socioeconômicos decorrentes, políticas públicas devem objetivar a redução das desigualdades regionais e a melhoria da qualidade de vida de uma ampla camada da sociedade que não tem acesso às condições mínimas de sobrevivência.

O centro dessa estratégia de desenvolvimento regional fundamenta-se na expansão econômica com desenvolvimento social, através da integração de ações resultantes de

investimentos multisectoriais localizados, articulando-se projetos produtivos à base econômica regional.

Além disso, o pacto federativo precisa ser rediscutido com urgência, a começar pela revisão das competências de cada ente e dos percentuais de distribuição dos recursos provenientes da arrecadação tributária.

IV – CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Direitos Humanos

O exercício da cidadania não se limita à livre expressão de vontade política, pois compreende a afirmação da dignidade humana em todas as dimensões. A vigência dos direitos civis e políticos depende também da realização dos direitos econômicos e sociais. A plena realização dos direitos humanos não pode ser alcançada em meio à pobreza extrema. O horizonte a ser perseguido é o do desenvolvimento com justiça social.

2. Violência e Criminalidade

As questões relacionadas ao crescimento da violência urbana e rural existem em decorrência de causas estruturais ligadas à urbanização acelerada, ao desordenado processo de ocupação dos territórios agrícolas e, ainda, ao crescimento do crime organizado a partir do tráfico de drogas e à ausência de uma efetiva e adequada formação educacional.

No médio e longo prazos, a redução da criminalidade e violência passa pelo desenvolvimento socioeconômico, especialmente pela elevação do padrão educacional e do nível de renda da população. O sucesso nas políticas dessas duas variáveis é que vai incidir diretamente no desenvolvimento social da população mais afetada pela violência e criminalidade.

No curto prazo, a política governamental de segurança pública deve basear-se nas seguintes diretrizes:

- articulação das políticas e programas de todos os níveis de governo, em ações conjuntas que sedimentem a integração intergovernamental no tratamento da questão;

- mudanças estruturais no aparato de segurança pública, de forma a introduzir métodos, técnicas e bases filosóficas que internalizem conceitos gerenciais e éticos adequados, visando à modernização de organização e qualificação de seus recursos humanos;

- integração, em nível nacional e estadual, de informações criminais, penitenciárias e sobre violência em geral, com vistas à facilitação e agilização das ações policiais;

- modernização e maior agilidade na prestação jurisdicional nos crimes contra a vida, a segurança, a liberdade e o patrimônio.

3. Crianças, Adolescentes e Idosos

A constante atualização e adaptação do Estatuto da Criança e do Adolescente é salutar e necessária, desde que não se descharacterize nem modifique suas diretrizes e seus princípios básicos, comandados principalmente pela total atenção do Estado ao processo de educação, assistência, recuperação e inserção dos jovens às oportunidades de desenvolvimento pessoal.

O mesmo tratamento e prioridade devem-se dar ao Estatuto do Idoso. A população brasileira está envelhecendo rapidamente. Daí a necessidade de um esforço nacional e multidisciplinar para tratar dessa questão, desde a seguridade até a assistência social.

4. Populações Indígenas e Minorias

A defesa dos direitos e a preservação dos costumes e tradições das comunidades indígenas deve ser preocupação fundamental do Estado e da sociedade. A diversidade cultural é uma das principais riquezas do País. Garantir a posse da terra e promover a preservação e o desenvolvimento do patrimônio cultural indígena é dever e responsabilidade do Estado.

A mesma linha de atuação e de prioridade deve ser adotada para as Minorias, de todos os segmentos sociais, com ampla participação de entidades e organizações de defesa de cada uma das classes que as compõem, com foco no reconhecimento e na efetiva concretização de seus direitos.

Os direitos culturais são indispensáveis ao pleno exercício da cidadania. Ela implica a fruição completa dos direitos culturais no sentido do art. 215 da Constituição, isto é, o direito à produção cultural, sem qualquer voto, censura ou aprovação prévia, e o direito à apropriação produtiva do acervo cultural existente.

Além disso, o acesso à cultura é instrumento essencial e estratégico ao desenvolvimento social da população e ao processo educacional do País.

6. Desporto

O desporto, direito do cidadão, é essencial ao seu desenvolvimento físico, psicológico e social, além de instrumento de promoção educacional e de elevação da qualidade de vida e deve ser reconhecido como um serviço indispensável à comunidade.

Há de se considerar também o desporto como instrumento de combate às drogas e marginalização de crianças e adolescentes, na medida em que desperta expectativas e bem-estar social longe de ambientes nocivos.

7. Defesa da Concorrência e Defesa do Consumidor

A defesa da concorrência e a defesa do consumidor refletem uma dimensão importante do Estado moderno, que é a preocupação em regular as atividades econômicas privadas procurando compatibilizar, por um lado, o incentivo à concorrência, ao desenvolvimento tecnológico, ao aumento da produtividade e da produção e, por outro lado, o bem-estar do cidadão-consumidor e o funcionamento da economia em bases saudáveis, refratárias a restrições e barreiras artificiais.

O acesso da população a produtos de boa qualidade e a preços acessíveis, a oferta de emprego compatível com as exigências do mercado de trabalho, a inserção da economia brasileira em condições competitivas no mercado internacional, são todas metas que dependem de um arcabouço legal e institucional moderno de defesa econômica.

1. Política Externa

Não há projeto nacional viável para o Brasil sem vinculação eficaz com o mundo. Esta eficácia depende, sobretudo, da credibilidade do País, por meio da previsibilidade e segurança jurídica, o que torna a diplomacia instrumento indispensável para materializar as aspirações nacionais, quer no plano econômico, quer no plano político.

No plano econômico, trata-se de aproveitar as perspectivas presentes no cenário externo para promover a inserção e a modernização da economia brasileira. No plano político, trata-se de contribuir para a paz e projetar no relacionamento externo os valores democráticos e de observância das normas de Direito que regem nossa sociedade.

A vocação para a universalidade constitui a característica básica da inserção do Brasil no cenário internacional. Essa vocação repousa sobre a observação factual de que o País tem interesses de cooperação externa, distribuídos por parceiros de todos os continentes. Repousa ainda sobre a consciência de que, em um mundo marcado pela interdependência e globalização das atividades produtivas, prescindir das oportunidades oferecidas pela convivência internacional significa condenar o Brasil à estagnação e à obsolescência.

No fim dos anos 1990, o fim da Guerra Fria e da rígida configuração bipolar levaram a uma flexibilização das fronteiras comerciais e a um impulso da globalização. Aumentou consideravelmente a competição nos mercados internacionais, em que se tornaram maiores as dificuldades de um país concorrer individualmente. Ao assinar o Tratado de Assunção que criou o Mercosul, tínhamos em mente a estratégia de desenvolver um espaço econômico mais amplo, mais forte e competitivo.

As transformações do sistema internacional são hoje também muito abrangentes. A negociação de dois megablocos comerciais, a Parceria Transpacífico entre os EUA e países asiáticos, e a Iniciativa Transatlântica, entre os EUA e a Europa, abrangem a maior parte da economia internacional. A China, de sua parte, tem aumentado seus laços na Ásia, consolidando sua esfera de influência, além de fazer maciços investimentos na África e mesmo na América Latina, em busca de garantir o fornecimento de matérias primas e o acesso a mercados.

Esses mega-acordos estão estabelecendo também regras em diversas áreas, como propriedade intelectual, meio ambiente, relações trabalhistas e investimentos. São normas de cuja elaboração não participamos nem influenciamos, mas às quais fatalmente nos submeteremos. O Brasil escolheu dar prioridade às negociações da Rodada Doha e não negociar acordos comerciais. Com a OMC caminhando para a obsolescência, deixada de lado pelos amplos novos acordos, nosso País vê frustrada essa opção de sua diplomacia. De outra parte, a análise que considerava que os países emergentes seriam os grandes catalizadores da economia mundial mostrou-se açodada.

Verifica-se que, a exemplo do que se temia há 26 anos, o Brasil tem diminuída sua margem de manobra no plano econômico internacional. Torna-se necessária uma reformulação do Mercosul, aproveitando as atuais orientações econômicas e as iniciativas do Governo argentino de voltar ao mercado financeiro internacional, do qual se achava afastado desde o *default* de 2001. Ações com viés ideológico no âmbito do Mercosul minaram sua credibilidade. O bloco, reformulado, precisa dar impulso a negociações bilaterais e com os megaespaços comerciais. Assim, a diplomacia brasileira deve retomar suas atividades de promoção comercial que foram abandonadas nos últimos anos, substituídas por atuações de caráter ideológico. O realismo e o bom senso indicam que esses são os únicos caminhos viáveis e que há urgência em buscá-los.

Portanto, as ações da política externa brasileira necessitam, antes de tudo, de menos ideologia política e mais pragmatismo comercial. Como exigem hoje as grandes correntes do comércio mundial, precisamos de uma política externa muito clara e objetiva, priorizando os acordos multilaterais sem deixar de revisar os destinos do Mercosul e sua inserção como parceiro dos grandes blocos econômicos.

Somente assim, o Brasil será capaz de retomar sua liderança do subcontinente e seu protagonismo mundial.

2. Defesa Nacional

Em que pese o impacto do desenvolvimento da ciência e da tecnologia sobre o relacionamento humano e sobre a vida das nações, em futuro previsível, é improvável que as mudanças decorrentes venham a criar estruturas políticas que tornem prescindível a capacidade militar. Nesse cenário, as Forças Armadas brasileiras devem orientar seu

preparo de modo a enfatizar a profissionalização e a prontidão operativa, o desempenho tecnológico e a mobilidade.

O preparo assim delineado exige desenvolvimento de tecnologias adequadas e a evolução de doutrinas e procedimentos herdados do passado histórico e das experiências recentes. Deve ainda ter por propósitos, em estrita consonância com a Constituição e as leis, a dissuasão de ameaças à integridade e soberania nacionais, o apoio à lei e à ordem no território e nos espaços sob jurisdição brasileira, em questões que transcendam a missão e a capacitação dos sistemas policiais, e a contribuição à ordem internacional, em cooperação e sob mandado internacional.

O amplo espectro de missões e responsabilidades daí decorrentes exige que seja intensificada a integração entre as Forças Singulares de modo a facilitar e desenvolver a capacidade de operação conjunta, com especial foco na inteligência militar, na padronização de processos e equipamentos e no desenvolvimento dos instrumentos de guerra eletrônica.

Por outro lado, a sociedade brasileira precisa ser conscientizada da importância dos assuntos de defesa e que esta é um dever de todos. Nesse sentido, a sociedade deve ser integrada nas ações de defesa dos interesses nacionais, mediante o incentivo ao estudo do tema no meio civil, de forma a difundir o conhecimento e contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais.

Brasília, abril de 2016.

(Durante o discurso do Sr. Fernando Collor, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

(Durante o discurso do Sr. Fernando Collor, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Presidente Collor, Senador Collor, agradecemos o oportuno e brilhante pronunciamento de V. Ex^a, principalmente no momento por que o Brasil atravessa. Um pronunciamento histórico cuja importância, inclusive, nós ressaltamos.

De outra parte, nós faremos constar regimentalmente dos *Anais* desta Casa a contribuição do Bloco Moderador que V. Ex^a encaminha.

Agradecemos a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Pela ordem de oradores inscritos, nós convidamos o Senador José Medeiros.

Eu pergunto ao Senador: quer fazer alguma permuta? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim; em seguida, ao Senador José Medeiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Elmano Férrer, volto à tribuna novamente para dizer que participei de uma reunião agora à tarde com alguns Senadores e que começaremos, a partir de amanhã de manhã, Senadora Rose, a recolher as assinaturas para um processo que eu chamo eleições diretas para Presidente e Vice.

V. Ex^a foi constituinte comigo e sabe o quanto eu amo esta Constituição, o quanto V. Ex^a ama e o quanto o povo brasileiro ama. V. Ex^a sabe que, naquele período, disseram que nós não tínhamos assinado a Constituição. Mentira! Nós todos assinamos a Constituição. Nós votamos “sim” contra o texto principal e brigamos para incluir mais questões. Nós temos orgulho de termos construído o grande pacto da Carta Magna, por isso queremos que ela seja respeitada.

Entendemos que o melhor caminho, neste momento, para a conciliação nacional, para um grande acordo, um grande entendimento, é garantirmos que o povo possa votar. O povo elegeu a Presidenta Dilma e elegeu também, junto com ela, o Vice-Presidente. Se assim aconteceu, e nós agora estamos chegando a esse grande entendimento, Senador Capiberibe, que é o grande articulador dessa proposta, o País está chegando ao entendimento de que tem que haver uma mudança. E que essa mudança seja pela via democrática, pelo voto: todo poder que emana do povo que esteja na mão do povo.

Então, é este grupo de Senadores: o Senador Cristovam, com quem temos conversado muito, assim como o Senador Randolfe, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Walter Pinheiro, a Senadora Rose, o Senador Férrer, os Senadores do PDT, enfim, já há um grupo grande de Senadores que têm também essa visão. O Senador Fleury, que está aqui neste momento, é um homem que defende causas e não coisas. Eu dizia para ele hoje pessoalmente e digo aqui – ele está nos visitando – que ele teve um período conosco como Senador e provavelmente vai voltar.

Eu quero reafirmar, Senadora Rose, como seria bonito que os homens públicos deste País, que os Senadores aqui, que é a Casa revisora, a Casa do bom senso, a Casa do equilíbrio, não entrássemos naquele bate-boca vergonhoso – usei o termo hoje à tarde – que eu ouvi na Câmara.

Eu ouvi mais de 400 Parlamentares. Nós viramos chacota em âmbito internacional pelo nível do debate: cantando, berrando, cantando, dizendo palavrões que eu não vou aqui repetir. Quem presidia era chamado – eu vou dizer, vou lembrar o que foi dito – de canalha, de ladrão para cima, por mais de 30 vezes, contei. Esse é o nível do Parlamento da décima economia do mundo.

Por isso que eu espero que aqui, no Senado – vou passar para V. Ex^a em seguida, Senador Capiberibe –, façamos uma conversa, um diálogo, um debate, no mais alto nível, em defesa do povo brasileiro. Não importa se aqueles que foram às ruas – e eu sempre respeitei a todos – eram a favor da Presidenta Dilma, ou se eram contra. Nós queremos, com essa proposta, unir todo o povo brasileiro. Nós queremos que os 140 milhões de brasileiros que votam tenham o direito de decidir. Eles vão dizer quem vai dirigir o País a partir de 2 de outubro.

Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador Paim. De fato, nós temos um problema a resolver. Há uma crise política. Aliás, nós temos vários problemas: crise política, crise econômica e crise ética, e nós temos que buscar os instrumentos mais eficazes para avançar na solução da crise. A decisão da Câmara traz ao Senado a continuidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma. Nós estamos separando. O rito já definido pelo Supremo Tribunal Federal, vai avançar normalmente aqui, na

Casa, e a expectativa é que, até o dia 10 de maio, nós estejamos votando a admissibilidade ou não. No caso de admitirmos aqui, no Senado, o afastamento da Presidente, nós vamos ficar em uma situação, no mínimo, estranha: nós vamos ter uma Presidente afastada e um Presidente interino.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ou seja, a crise continua.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A crise se aprofunda...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Avança.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... porque nós temos até 180 para uma decisão final. Nesse período, nesses 180 dias, assume o Presidente interino. Eu não vejo perspectiva de um Presidente interino, com uma sociedade dividida, mergulhada no sectarismo político e no ressentimento provocado pelo confronto, dar uma saída, uma alternativa para a crise que nós estamos vivendo. A crise econômica precisa ser pactuada também, porque esse é um jogo em que todos perdem. O que nós temos que equilibrar é como nós vamos distribuir o sacrifício. Nós não podemos mais aceitar os velhos pactos das elites que, em todos os momentos de crise, sacrificam os trabalhadores, sacrificam aqueles mais necessitados da nossa sociedade. Nós temos aqui a Constituição de 1988, que criou uma rede de proteção social que hoje consome 14% do PIB. Do outro lado, nós temos os juros da dívida, que consomem 8%. É isto que, em algum momento, nós vamos ter que pactuar: quem perde quanto nesse jogo. Há um grave problema de ilegitimidade, que V. Ex^a acaba de colocar: a Presidente Dilma era legítima, tinha toda a legitimidade, ela ganhou as eleições com um programa registrado no Tribunal Superior Eleitoral, mas, na hora em que ela assume, ela deixa de cumprir esse programa e passa a agir exatamente ao contrário. Ela perde a legitimidade, mergulha na impopularidade e termina perdendo o apoio no Congresso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E as pesquisas mostram que é tanto ela, como o Vice.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Exatamente, o Vice é ilegítimo, porque não tem a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O mesmo programa, as mesmas ideias, as mesmas propostas.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – E o Datafolha mostrou que 61% dos brasileiros querem o afastamento da Presidente Dilma, e 58% querem o afastamento do Vice-Presidente Temer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E 90% não querem que o Eduardo Cunha continue – fruto da mesma pesquisa.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É, exatamente. Nós temos que construir uma saída pactuada, tanto na questão política, como na questão econômica. E o pacto político tem que ser avalizado e deve ser avaliado pela sociedade brasileira através do voto. Então, nesse embrião que se busca ampliar – que acho que é importante e que V. Ex^a citou –, estão na primeira fila dessa luta o Senador Paim, o Senador Cristovam, o Senador Elmano Férrer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Rose.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... a Senadora Lídice...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Rose, que fez uma bela reflexão recentemente conosco.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... a Senadora Rose de Freitas, o Senador Pinheiro – a Bahia tem dois: a Senadora Lídice e o Senador Pinheiro estão nesse embrião. A ideia é discutir, debater e ir construindo esse pacto como uma saída mais rápida da crise, porque, veja só, são milhões de desempregados, são milhares de empresas que estão fechando as portas. Nós somos pagos aqui para dar respostas à sociedade, nós não estamos aqui, pagos, para criar mais complicação para a sociedade. Então, nós temos que assumir as nossas responsabilidades e buscar alternativas e soluções mais rápidas para a crise. Obrigado pelo aparte. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Capiberibe. É uma honra, para mim, estar ao seu lado. Conheço sua vida, sua história, uma belíssima história, e V. Ex^a foi um dos primeiros mentores dessa discussão, teve o cuidado de falar com alguns Senadores, e aí fomos ampliando. Oxalá o resultado seja aquele que todos nós sonhamos para podermos voltar a sonhar e dizer: o sonho vai se tornar realidade.

Senadora Rose, Senador Cristovam.

Senadora Rose primeiro, Senador Cristovam?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Claro.

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque. Quero dizer o seguinte: há uma grande angústia, porque as eleições estão muito próximas. Se formos refletir sobre esse quadro, nós vamos ver que a logística dessa estrutura para essa discussão já está posta. Afinal de contas, são 144 milhões de brasileiros, de eleitores que vão se mobilizar para as próximas eleições que aí estarão – isso no primeiro turno; no

segundo turno, cerca de 30 milhões. Se temos essa estrutura toda montada, se há um constrangimento exposto em números e pesquisas sobre este momento por que atravessa a Presidente Dilma, por que o País atravessa e pelo segundo momento que se desenha à nossa frente, tão logo se instale a comissão processante, vamos conhecer qual o sentimento, qual a expectativa dessa votação que será feita nesta Casa, nesta Casa revisora, composta por Senadores – alguns já foram ministros, outros governadores. De acordo com o pensamento do Senador Capiberibe, esta Casa vem também mobilizar o sentimento de milhões de brasileiros espalhados por este País que não querem o caminho que está posto até constitucionalmente, que é o caminho de, afastada uma Presidente, assumir o seu Vice, um Vice com o qual a sociedade não se identificou para ser possivelmente o próximo Presidente da República. Se assim for, se não houver uma outra maneira de ser, alguns ingredientes mais democráticos, mais legítimos têm que estar postos nessa discussão. Quando os senhores trazem para o País essa forma de retornarmos à plenitude da democracia, através de um processo que pode ser aquele em que o voto expresse a legítima vontade do povo brasileiro, melhor. Não estaremos com a angústia de estamos vivendo um momento que foi construído pela adversidade da política, pelos confrontos e conflitos que ela traz, que ela tem. São quantas cidades, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais de cinco mil cidades, com certeza.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Então cinco mil cidades escolhendo prefeitos e vereadores. Multiplique essa situação em que todos estarão tentando refletir a realidade e apontar para uma saída. Vamos pensar nessa saída, nesse momento, em conjunto, porque acho que podemos ajudar muito a democracia do nosso País e legitimar a mudança que está sendo requisitada pelo povo brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Rose. Vou passar para o Senador Cristovam.

V. Ex^a usou o termo que eu ia usar. Nada mais legítimo do que o povo, nas urnas, escolher o seu representante máximo, seja Presidente ou Vice, no nosso caso.

Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente Paim, se o *impeachment* passar, vamos ter, no lugar da Presidenta Dilma, um Presidente que sai das entranhas desse Governo e do mesmo modelo. E talvez saia das entranhas pelas mãos do parceiro Eduardo Cunha. Então, ninguém espere coisas diferentes. Apenas se esgotou o tempo da Presidente Dilma. Se não passar o *impeachment*, ela vai ter muita dificuldade em continuar como a condutora do Brasil. E, se passar, o Temer também vai ter muita dificuldade, mas não é dificuldade de dizer “vamos ajudar”. É dificuldade estrutural, é uma dificuldade intrínseca. Falta de credibilidade, por exemplo. Ela perdeu e ele não ganhou, porque não foi eleito. É falta de base de apoio. Ela perdeu. Ontem, na votação, a gente viu. E ele não tem, a não ser por acordo, por arranjo, porque não trouxe uma ideia para a gente, não trouxe um conjunto de projetos. Ele não trouxe uma ideologia que nos unifique. Então, nós estamos diante de duas alternativas, a meu ver, muito ruins. Quando fomos à Presidente Dilma – Senador Capiberibe, eu, Randolfe –, nós falamos que a continuação do Governo dela, como estava, era ruim, que o *impeachment* era ruim, que a cassação era ruim. A solução seria que ela fosse capaz de fazer um novo governo. Ela própria, como Presidente, mas com um novo governo, com novos ministros, com ministros amplos. Acho que ela perdeu essa possibilidade e um ano depois não vai conseguir. Diante disso, a melhor solução para o Brasil é aproveitarmos as eleições municipais, Senador, e fazermos também uma eleição para Presidente e Vice-Presidente. Acho que é a melhor alternativa. Muito complicado conseguir fazer isso dentro das regras da Constituição e, fora delas, nada presta, nada serve e nada devemos querer. Mas vale a pena tentar. Se, de repente, a própria Presidente mandasse para cá uma PEC nesse sentido ou, se um grupo de nós fizesse e se conversássemos, é claro, para ter a aceitação da Presidente e do Vice... Sem isso, a gente faz a PEC, aprova, o que não é fácil, mas consegue, e eles entram no Supremo. E é possível que um Ministro interrompa, dizendo que ferimos uma cláusula pétreia, que é o fato de não mudar uma eleição durante o ano em que a eleição se realiza. Há muitas dificuldades, mas é nos momentos mais difíceis que nós, Parlamentares, temos obrigação de nos unificar, buscar uma saída. Em tempos especiais, precisamos de soluções especiais. E este é um momento muito especial que estamos atravessando. Por isso a ideia de juntarmos alguns de nós e começarmos a dizer: vamos trazer legitimidade, para que ela traga a credibilidade. E isso só nas urnas. As ruas trazem indignação, mas não trazem solução, até porque as ruas levam ao confronto, não levam à unidade. São as urnas que unificam, são as urnas que trazem a solução. O grande papel das ruas é despertar pela indignação a necessidade de ir às urnas. E isso eles nos passaram. Nós precisamos saber como construir essa alternativa das urnas, que poderiam, de fato, pôr um governo com estabilidade, com credibilidade para conduzir os próximos anos. Por isso, Senador Paim, eu pedi o aparte para falar sobre a provocação que o senhor está nos trazendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam, eu vou encerrar, até porque tenho um acordo com o Senador Medeiros de que, enquanto ele dava uma entrevista, eu voltava à tribuna, porque eu já havia falado sobre este tema, inclusive no dia de hoje.

Mas o que eu acho de bonito nesta proposta é que ela não é contra ninguém. Ela não é contra a Presidenta Dilma, não é contra o Vice-Presidente. Ela é a favor do Brasil! Ela quer que o Brasil diga. Houve o impasse?

As pesquisas todas mostram que o nosso povo quer uma mudança em relação àqueles que estão dirigindo o País. As pesquisas todas mostram isso. E nós, Senadores e Senadoras da República, temos obrigação de contribuir para a harmonia, para o entendimento, para o diálogo, para uma saída política da crise.

E a saída política do mais alto nível seria assegurarmos as eleições diretas para, exatamente como a Senadora Rose falou, o dia 2 de outubro. Gasto zero para o País, mais um nome na cédula. Mais uma cédula, a cédula de quem vai eleger e quer definir o futuro Presidente da República a partir de 2 de outubro.

Esse é o caminho mais salutar. Esse é o caminho mais equilibrado, esse é o caminho de bom senso. Por isso é que eu faço um apelo aos Senadores e às Senadoras para que a gente reflita. E essa é uma proposta que não tem essa de quem é o pai da criança. Não tem. É um grupo de Senadores que foram dialogando e chegaram a essa alternativa, que é uma alternativa positiva, uma alternativa generosa com o País e não com aqueles que querem o poder pelo poder, ou não, com aqueles que, até de forma ingênua, acham que é possível governar o País nessa divisão.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem pode unir o País é exatamente o povo brasileiro. São os 144 milhões votando e dizendo: esse é o nosso candidato, esse deve ser o futuro Presidente da República.

Muito obrigado, Senador Elmano Férrer.

Senador Medeiros, V. Ex^a já está no plenário. Fiz a minha parte do nosso entendimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Medeiros e, em seguida, pela Liderança do PMDB, ao Senador Romero Jucá.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a todos que nos acompanham pela Rádio Senado, pela TV Senado, que também estão aqui na Casa e aos que nos acompanham pelas redes sociais.

Sr. Presidente, agora há pouco, a Presidente da República, falando aos meios de comunicação, fez o seu pronunciamento. Ela disse: "Sem democracia não há crescimento econômico". Sem democracia não há crescimento econômico.

É uma frase emblemática, porque ontem o Brasil todo acompanhou a democracia, a nossa jovem democracia em pleno processo de ebulação.

Independentemente dos lados, as pessoas foram para as ruas se manifestar. Aqui, em Brasília, havia o lado dos que defendiam o *impeachment* e o lado dos que eram contra o *impeachment*. Mas era a democracia. Aliás, o povo brasileiro se comportou de forma exemplar, de forma extraordinária. É a democracia em plena ebulação. As nossas instituições estão funcionando, o Judiciário está funcionando, assim como o Ministério Público, enfim, os freios e contrapesos desta República estão funcionando.

Ontem, por exemplo, ocorreu isso. O Poder Legislativo exerceu a sua função. Era a democracia funcionando. Nos últimos tempos, ela esteve bastante atacada, bastante atacada por este Governo, que, de forma a extrapolar os limites do Executivo, interferiu no Judiciário, interferiu no Legislativo e, talvez – talvez, não –, com certeza, foi por isso que o País parou de crescer, foi por isso que não houve crescimento econômico.

Então, a Presidente Dilma, na sua fala, disse uma das maiores verdades: "Sem democracia, não existe crescimento econômico." E eu digo: com uma democracia fraca, fragilizada, também não há crescimento econômico. E foi isso. A nossa democracia estava sendo fragilizada por este Governo e a nossa economia começou a derreter.

Começou a derreter, Senador Elmano Férrer, que ora preside esta sessão, porque, em 2014, no afã de se eleger, a Presidente da República cometeu um dos maiores crimes que se pode cometer contra uma nação. Ela atentou contra a lei orçamentária, lei orçamentária essa que, para muitos, pode parecer apenas um termo técnico, uma coisa de contabilidade. Depois, rotularam esse crime de pedalada e aí relativizaram mais ainda. Tentaram relativizar, como se nada tivesse ocorrido. Mas essa pequena pedalada, que o Governo diz que não é crime e que não se pode cassar uma Presidente por isso, causou, além do derretimento e da deterioração da nossa economia, uma fraude eleitoral sem precedente, porque ela levou novamente à Presidência da República uma Presidente que, em condições normais e se aqueles dados não tivessem sido maquiados, não teria

sido eleita. Portanto, esse crime orçamentário transpassou as barreiras da questão econômica. Ele influiu diretamente no processo eleitoral.

A pedalada, como o próprio nome já diz, numa alusão àqueles dribles que o Robinho dava e que deixava os zagueiros sentados, ela engana, maquia. E ela foi feita justamente para quê? Para demonstrar que o Governo tinha mais dinheiro do que realmente tinha; para esconder gastos que o Governo tinha feito, como aquele marido que joga escondido e não quer que a esposa saiba. Então ele toma dinheiro emprestado e vai maquiando o seu orçamento doméstico. A Presidente, como detinha a ascensão sobre os bancos públicos, foi tomando dinheiro. Mas a conta chega. Isso foi descoberto e agora o País está nesse caminho.

Então, foi um mandato conseguido com essas artimanhas. Portanto, quando se diz que o processo de *impeachment* é um ilegítimo, na verdade, esse mandato da Presidente Dilma é um mandato ilegítimo. Quando se usa o argumento de que ela teve 54 milhões de votos, é verdade. Cinquenta e quatro milhões de pessoas que foram enganadas. Portanto, a ilegitimidade está em seu mandato.

Mas o discurso da Presidente, que eu esperava que fosse para pelo menos apontar uma saída, já que ela tem a certeza e tem dito que esse *impeachment* não passará, deveria apontar saídas, apontar caminhos para o Brasil. No entanto, a Presidente se limitou a atacar o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e chamar o Vice-Presidente da República de traidor, de golpista e por aí vai. E, por fim, ela fechou o discurso dizendo que está triste, que seus sonhos foram deteriorados.

Não vou fazer nenhum comentário, porque nós estamos tratando da vida do País. Não estamos tratando dos sonhos da Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, esse Governo chegou a tal ponto, e alguns perguntam: por que chegou a esse ponto? Por que aquele projeto bonito, aquele projeto que era o sonho de muitos dos brasileiros, que o Lula conseguiu vender para os brasileiros, por que chegou até esse ponto? Essa é uma pergunta que tem sido feita.

Eu digo que chegou a esse ponto justamente pelo discurso contraditório, um discurso divisionista, divisão esta que, quando não tinha mais o que dividir, porque a oposição era muito pequena, passou a se dividir em casa.

Talvez o Brasil não saiba, mas as relações do ex-Presidente Lula com o Planalto só vieram a melhorar agora, quando precisaram se abraçar, para salvar um ao outro, mas, até então, era uma guerra tremenda. Todos os dias, os jornais deixavam bem claro que o Ministério da Justiça era, em consonância com o Palácio do Planalto, um *bunker* a atacar o grupo ligado ao ex-Presidente Lula. Quando a Presidente Dilma, no seu primeiro mandato assumiu o governo, caía um Ministro ligado ao ex-Presidente Lula quase toda semana.

E essa guerra continuou, essa guerra fria. Culmina, então, com o destrato, vamos dizer assim, porque todos sabiam que o candidato nato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República não era a Presidente Dilma, no segundo mandato, e, sim, o ex-Presidente Lula. E essa guerra acabou por causar tudo isso.

Mas tudo isso foi jogado onde? Pela velha cartilha de Lenin, a culpa é sua, coloque-a em quem você quiser! A culpa é minha, eu a ponho em quem eu quiser – essa foi a retórica feita até agora, uma cantilena dita todos os dias.

E agora têm-se tentado, todo o tempo, tirar a legitimidade do processo de *impeachment*, processo esse que já foi legitimado sobejamente pelo parecer do Tribunal de Contas da União, pelo Supremo Tribunal Federal. Já entraram com pedidos de constitucionalidade no Supremo, e já foram negados. Então, está sobejamente amparado e legitimado por uma coisa maior do que tudo isso.

“Ah!, O parecer do Tribunal de Contas da União não vale nada porque é só um órgão!”; tudo bem. “O STF não tratou do assunto!”; tudo bem. Mas e a Constituição? A Constituição deixa claro que o processo de *impeachment*, quando há uma acusação, é um instrumento normal que se usa em relação aos presidentes.

“Não pode caminhar esse processo de *impeachment*, porque Eduardo Cunha é o maior bandido deste País e responde a vários processos!” E há uma diferença entre o bandido de um e o bandido de outro. Há poucos dias, eu vi um Senador vir aqui e tratar como heróis aqueles que foram presos e que estavam arrolados no mesmo processo em que Eduardo Cunha está sendo acusado, mas uns são heróis, e outros, não.

Mas não estou aqui para defender Eduardo Cunha. Eduardo Cunha, segundo decisão do Ministro Marco Aurélio de Mello, não poderia fazer outra coisa, senão acatar aquele pedido de *impeachment*, porque o Ministro deixou bem claro que, quando o pedido reunir as condições de admissibilidade, não pode o presidente da Casa negar esse pedido, tanto é que decidiu pelo recebimento do pedido de *impeachment* do Vice-Presidente, Michel Temer. Então, o STF não pode ser usado como argumento para justificar, quando é interessante ao Partido dos Trabalhadores e ao Governo; e ser usado para deslegitimar, quando é o contrário.

Mas esse é um discurso que tem sido feito aqui, no sentido de tirar a credibilidade desse processo de *impeachment*, num verdadeiro desrespeito ao Legislativo brasileiro, porque ontem 367 Deputados Federais foram ali e colocaram o seu voto, legitimamente, como diz a Constituição. “Não, mas não pode ser legítimo,

porque o cara falou que era pela família ou que era pela estrada, ou que era..." Na verdade, ele poderia, simplesmente, ter ido aos microfones e dito sim ou não, porque esse assunto já tinha sido sobejamente discutido e amplamente discutido na comissão que elaborou o parecer, mas agora não pode, esse processo é considerado como se fosse um golpe.

E aí já é um produto do *marketing* muito bem elaborado. Por que essa tese? Hoje eu lia, se não me engano, no jornal *O Globo*, que dizia justamente o seguinte: "Por que a tese do golpe?" Primeiro, que foi uma artimanha de *marketing* extraordinária, porque você fica batendo no golpe, no golpe. E o que é o golpe? Uma construção abstrata.

E, como você faz essa argumentação, você não precisa defender a administração da Presidente Dilma, você não precisa defender a Presidente Dilma. Você fala do golpe. E, então, você passa a defender alguma coisa linda e maravilhosa que é a democracia, as instituições.

E quem é contra isso? Quem pode ser contra a defesa da democracia? Eu mesmo assinei aqui um papel que passaram, perguntando se eu concordava com a criação de uma frente parlamentar de defesa da democracia. E eu falei: "Na hora!" Como diz a juventude, eu falei: "Já é!", e assinei, e, depois, eu fui saber que isso era uma lista e que eu estava aqui como um dos Senadores que iriam votar contra o *impeachment*.

Então, esse tipo de construção é que é complicado, e, talvez, seja por isso que este Governo está sem credibilidade.

Mas aí dizem o seguinte: "O Vice-Presidente da República não nutre as condições necessárias para assumir a Presidência da República, porque é um golpista e um traidor!" Na verdade, o Vice-Presidente Michel Temer é uma consequência da Constituição brasileira. Ontem, vi vários Deputados ligados ao Governo levantando um exemplar da Constituição. Na verdade, todo esse processo pelo qual estamos passando é uma construção, é uma consequência do que o legislador, lá em 1988, fez. Michel Temer é consequência constitucional, e não é consequência de um golpe; Michel Temer é o Vice-Presidente.

"Michel Temer não tem legitimidade, porque não teve nenhum voto, não foi eleito!" Não é verdade, é constitucional. O Vice é eleito, a chapa é una, a chapa é eleita junto. Então, quem apertou o botão "confirma" e votou na Presidente Dilma viu lá aparecer a foto da Presidente Dilma e do Vice-Presidente Michel Temer. Portanto, se eu não concordasse...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, só uma frasezinha. Tenho muito de sair agora. V. Ex^a sabe o carinho que tenho por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É recíproco.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O maior respeito. Estive no seu Estado. Percebi o carinho daquele povo por V. Ex^a. Mas só essa frasezinha, para ajudar, porque vou ter de ir para outra reunião. Se a chapa é una – há um ditado que diz –, é una para o bem e para o mal. São parceiros do mesmo programa, das mesmas propostas. Como é que pode essa chapa una, como V. Ex^a fala, quando é para o mal, é Dilma; quando é para o bem, é Temer? Aí deixo para a sua reflexão. V. Ex^a sabe o respeito que tenho por V. Ex^a. Vou ter de fato de sair, mas V. Ex^a continua com o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Como dizia, a chapa é una. Então, quem votou na Presidente Dilma viu lá a foto, também, do Vice-Presidente Michel Temer. Portanto, se eu não concordasse com o Vice, não votaria nesse candidato. Diria: "Não vou concordar, porque, amanhã ou depois, esse Presidente sai, e vou ter que aturar esse Vice. Então, não voto!" O eleitor teria essa liberalidade. Talvez seja por isso que a construção já foi feita dessa forma. Portanto, o Vice é votado.

Respondendo ao meu querido Senador Paulo Paim, que também respeito muito e que é muito respeitado lá no meu Estado – até porque Mato Grosso é uma espécie de filial do Rio Grande do Sul, e lá muitos gaúchos o admiram. Na verdade, o Vice-Presidente tem mera expectativa de direito, assim como o Vice-Prefeito. Ele tem uma expectativa de direito. Na falta do Presidente, ele assume.

É, na verdade, com todo o respeito, sem querer diminuir a figura do Vice-Presidente, uma espécie de estepe. Na falta do Presidente, ele assume. Mas é bem verdade que a chapa una, quando se refere à questão eleitoral... Tanto é que, no processo que está no TSE, o que se defende é que se casse a chapa toda. Agora, no momento em que está se falando em crimes de responsabilidade, cada um responde pelos seus atos.

Mas, continuando, Sr. Presidente, foi dito aqui, sobejamente, que o Vice-Presidente... Não tenho procuração, aliás, para defender o Vice-Presidente. Na verdade, não sou do Partido dele, mas tenho observado essa desconstrução da pessoa do Vice-Presidente, e fico questionando por que só agora.

Até ontem, era dito aqui que o Vice-Presidente Michel Temer era um dos maiores constitucionalistas. Ele era louvado aqui nesta Casa, por todos, inclusive pelos do Governo, pela discrição. Aliás, foi um dos vice-presidentes mais discretos que houve nesta República.

Mas, de repente, quando o Governo começou a perder a sua base e o seu apoio popular começou a derreter, criou-se – de forma inteligente, tem que se dizer – um vilão. É bom que o povo brasileiro saiba que o Partido dos Trabalhadores se construiu sempre na posição: eu herói, e o outro vilão. Por isso essa divisão nós e eles. O discurso do ex-Presidente Lula sempre foi assim: cria-se um vilão, e eu vou passar a combater esse vilão.

E o vilão da hora começou a ser Michel Temer, porque o Cunha já estava, vamos dizer assim, um vilão muito batido. Mas agora vamos bater no Michel Temer. Por quê? Porque, de repente, Michel Temer passou a ser a ameaça.

Aqui nós tínhamos o Líder Delcídio do Amaral. Líder do Governo, uma pessoa querida por todo mundo, em que, aliás, o Governo se estribou. O Governo aprovou muita coisa aqui dentro, mais pela credibilidade do ex-Líder do Governo, Delcídio, do que propriamente pela confiança do Governo.

Mas, de repente, o Senador Delcídio passou a ser um traidor, passou a ser uma *persona non grata* e passou a ser uma pessoa a ter sua reputação totalmente arrebatada aqui nesta Casa, sendo que ele estava – deixou muito bem claro na sua delação – a serviço do Governo. Eu li que ele teria dito uma frase muito emblemática, certa vez, e ele teria avisado: “O Partido dos Trabalhadores enterra em cova rasa os seus mortos.” Enterraram-no em cova rasa, e ele voltou para assombrar.

Depois, a maior de todas: esse discurso de tentar desconstruir o *impeachment* também dizendo –...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... Sr. Presidente, já me encaminho para o final, só peço um minuto para que eu possa concluir –, dizendo que a Presidente Dilma é uma mulher honesta e que estão tirando essa mulher, porque ela não cometeu crime algum. Veja bem, honestidade, Senador Elmano Férrer, é um meio, não é um fim em si mesma; honestidade é obrigação de cada um de nós. Não tenha dúvida!

Hoje li em um dos jornais – tenho uma memória, e, às vezes, ela me trai – que dizia que nada se pode dizer da honestidade de Garrastazu Médici. Entretanto, seu governo entrou para a História como um dos governos mais terríveis em termos de repressão, de tortura e de crimes que foram cometidos nos subterrâneos do Segundo Exército. Podemos dar legitimidade às ações dele? O Presidente é responsável pelo seu governo.

Quando houve as pedaladas fiscais, crime que se consuma no momento em que é feito, acabou-se por fraudar todo o sistema eleitoral, e, depois, foi repetido, e repetido. Aí, Sr. Presidente, vou adiante. Quando um juiz de futebol pega dinheiro, para não marcar um pênalti ou para não anular um gol, qual a diferença daquele juiz que deixa de marcar o pênalti ou que anula o gol simplesmente pela simpatia com o outro time? Qual a diferença disso? Essa é uma pergunta que tem que ser feita.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Já concluo, Sr. Presidente. Finalizando, tenho visto aqui que as reputações de todos os adversários têm sido desconstruídas, têm sido atacadas, mas não atacados os argumentos. Se eu não concordo com o Michel Temer, eu parto para desconstruir o Michel Temer; se eu não concordo com o Elmano Férrer, parto para desconstruir Elmano Férrer. Temos que enfrentar os argumentos de forma intelectualmente honesta, porque o Governo tem feito algumas peças e distribuído para serem defendidas, e não com argumentos verdadeiros. Mas a população está enxergando, está vendo, e vai se irritando.

Eu tenho recebido mensagens, quando veem alguns argumentos aqui e falam: “Mas ninguém vai dizer nada contra? Isso não é verdade”.

E fica bonito diante das câmeras: você faz aquela defesa bonita, aquela retórica, mas parece aquele advogado...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... no júri, que passa uma realidade que não é. Ele faz a construção, mas o cara está morto; faz uma construção bonita, mas há o vídeo; faz outra construção mais linda ainda, mas há os áudios.

Eu tenho dito: este Governo se encerra não por obra da oposição, infelizmente – a oposição não teve a competência para desgastar este Governo –, este Governo tem caído por si só. Ele tem caído sabe por falta

de quê, Senador Elmano? Uma das razões é uma coisa simples. Hoje, vendo o pronunciamento da Presidente Dilma, eu falei que, se ela tivesse se comunicado com a Nação no tom com que ela se comunicou hoje, ela não estaria nessa situação. É básico, é alicerce para toda a construção de um governo a boa comunicação, a harmonia entre os Poderes.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A Constituição não tem palavra jogada ao vento. Faltou harmonia entre os Poderes, e, de repente, começou a avançar sobre os outros Poderes. E esse *impeachment* é nada mais, nada menos do que a realização máxima da teoria de Montesquieu, *checks and balances*, equilíbrio entre os Poderes. E o Legislativo e o Judiciário vão se unir, daqui a alguns dias, nesta Casa justamente para fazer esse equilíbrio. No momento em que um Poder começava a avançar sobre os outros, os Poderes se reúnem e põem um limite.

É dessa forma que a democracia se consolida, é dessa forma que a democracia vai estar fortalecida e que a economia vai crescer, porque, como disse a Presidente Dilma hoje, sem democracia, não há crescimento econômico. Eu digo: sem democracia forte, realmente não há. E, neste momento, a democracia está se fortalecendo. E, com certeza, o Brasil vai voltar ao seu caminho, do qual nunca deveria ter saído.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Eu concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, caros amigos e amigas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas redes sociais, eu venho aqui, num dever de Presidente do Partido, movido pela necessidade de fazer esclarecimentos e, mais uma vez, lamentar as declarações da Presidente Dilma Rousseff.

Ontem, na Câmara dos Deputados, nós tivemos um ato que, movido pela população do Brasil, se transformou em realidade. E aqui vale a pena dizer, para pontuar o início da nossa conversa, que nenhum partido do Brasil, nem o PMDB que é o maior Partido, nem o PSDB, ou ninguém que não estivesse satisfeito com o Governo por aspectos políticos colocaria na Av. Paulista 1,4 milhões de pessoas, colocaria em todo o Brasil mais de 6 milhões de pessoas movidas por ações e emoções que passavam por raiva, desespero, medo, desemprego, sofrimento e falta de perspectiva. As pessoas estavam nas ruas não clamando por partidos políticos, porque a maioria dos políticos e dos partidos hoje não têm a representatividade necessária no coração e na mente do povo brasileiro, uma vez que os partidos, ao longo do tempo, se acovardaram e os políticos, na maioria, subiram no muro e ficaram pasteurizados num posicionamento geral. O mundo mudou, o Brasil mudou, o Governo da Dilma mudou para pior o Brasil, e a população foi às ruas cobrar dos políticos que tomassem uma posição.

E os partidos políticos de oposição, assim como muitos outros partidos políticos, vieram trazidos pela força do povo, porque entenderam que, se não estivessem sintonizados com as ruas, com a aspiração do povo brasileiro, eles seriam colocados de lado. Muitos partidos ainda ficaram na dúvida, mas o processo de ebullição deste País continuou. A cada manifestação da Presidência na televisão, um panelaço, um movimento. E aí se transformou em processo de *impeachment* algo que foi construído por tudo isso que eu falei aqui.

O processo foi para a Câmara, tendo sido dado entrada por juristas experientes, que estavam, em 1992, no processo de impedimento, de *impeachment* do Presidente Fernando Collor. Eles estavam lá também. E, naquele momento, não foi questionado nenhum tipo de falta de representatividade jurídica a esses grandes juristas – juristas com história de participação nessa questão e outros juristas, como a Janaína Paschoal e outros advogados mais novos, que fazem a nova frente da advocacia brasileira.

Pois bem, o processo se instalou. Questionaram o Deputado Eduardo Cunha, como se alguém que dá um despacho fosse o dono da verdade ou da vontade da maioria dos Congressistas do País. O processo andou. Houve uma divisão na discussão da votação lá, das comissões. Os partidos indicaram um grupo de Parlamentares indicado pelos Líderes da maioria, que compunham a Base do Governo, e a oposição indicou outra chapa que ganhou a eleição no plenário. O Supremo Tribunal foi acionado e redirecionou o posicionamento, anulando aquela eleição e dizendo que a chapa que valeria seria a chapa indicada pelos Líderes que compunham a Base do Governo. Portanto, o Governo tinha maioria, em tese, na indicação dos membros da comissão que analisaria a admissibilidade, Senador Elmano. Discutiu-se, fez-se o relatório, o relatório foi votado, e, por 11 votos de diferença, o relatório foi admitido. Esse relatório tramitou de acordo com a regra constitucional e com as normas do Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte do País. E, ontem, seguindo o rito da Constituição, ele foi aprovado por 367 votos a 137, depois do esforço do Governo de nomear ministros, de nomear cargos, de agir com a máquina da forma que bem entendeu.

E aqui não estamos nem condenando isso. Nós só queremos dizer que esses 137 votos, depois de todo esse esforço que o Governo fez, Senadora Rose, foram os mesmos 137 votos que há um ano e tantos meses...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Daqui a pouco, terei o prazer de ouvir V. Ex^a.

Foram esses mesmos 137 votos que teve, na sua candidatura a Presidente da Câmara, o petista Arlindo Chinaglia, ou seja, depois de um ano e três meses, de distribuição de ministérios, de esforço, de apelo do Presidente Lula, de todo tipo de movimentação dos governadores, de pressão, de contrapressão, o que é que nós vimos? A esquálida Base do Governo mantida da forma como o PT teve votos lá na Câmara na disputa contra Eduardo Cunha. E os votos a favor do *impeachment* quais foram? Foram 367 votos: 267 que votaram no Eduardo Cunha mais 100 votos que votaram no Júlio Delgado – o mesmo número de votos da eleição da Presidência da Câmara.

Por que eu estou fazendo essa comparação? Para mostrar que, há um ano e três meses ou há um ano e quatro meses, este Governo não conseguiu agregar um Parlamentar à sua Base política. Um governo que não conseguiu, depois de todo o esforço, ter um terço dos votos da Câmara. Que condição política tem este Governo de governar o País? Que condição política tem este Governo de falar em legitimidade? Se houvesse um processo de *recall* neste País, já teria sido feita a retirada deste Governo. Se fosse um sistema parlamentarista, já teria caído o gabinete há muito tempo. Então, esse é o quadro.

E desculpe-me a Presidenta – eu não tenho nada pessoalmente contra ela –, mas verdades aqui têm que ser ditas. A primeira delas: a Presidenta não tem condições de questionar moralmente o Presidente Michel Temer, porque o Presidente Michel Temer era o melhor homem do mundo ao compor a chapa de Vice-Presidente.

E 42% do PMDB já discordavam daquela chapa em 2014, e eu fui um deles – posso falar aqui com muita tranquilidade. E eu não discordei por não gostar de nada, não; discordei por conta da economia. Disse isso no meu discurso, quando anunciei que não votaria na chapa. Há três anos, eu brado aqui, falo, trato, ajudo, trabalho, prego dentro do Governo, fora do Governo, dizendo que estava equivocado o encaminhamento da economia, gerando insegurança jurídica, gerando falta de credibilidade, gerando, enfim, o travamento do processo de produção e de emprego neste País,

O Presidente Michel Temer veio para a campanha trazendo o maior Partido do Brasil. Na campanha de 2014, nós elegemos o maior número de governadores – sete – e demos o tempo de televisão. Será que, se o Michel Temer não fosse Vice-Presidente na chapa da Presidente Dilma, ela teria ganho a eleição, com 3 milhões de votos de diferença? Foram 54 milhões de votos para Dilma, 51 milhões de votos para Aécio, e 35 milhões de pessoas que deixaram de votar. Então, se nós pegarmos a maioria do povo brasileiro, essa maioria não elegeu a Presidente Dilma.

O Governo se instalou e teve todas as oportunidades. E aqui, no Senado, eu posso bater no peito com muita tranquilidade e dizer: nós apoiamos e ajudamos este Governo. Eu não votei neste Governo, mas eu estava, em dezembro de 2014, relatando a mudança da meta de superávit – eu relatando, e o Presidente Renan apoiando, no Congresso, recebendo insultos para manter uma reunião. A Senadora e o Senador Lindbergh participaram dela e sabem do nosso esforço. E por que fizemos isso? Eu fiz isso, porque não queria ver o Governo, além de não cumprir a meta do superávit, desacreditado politicamente. Isso seria um péssimo começo para a Presidente Dilma.

Depois disso, muitas coisas foram feitas. Pautas bombas, é verdade, foram armadas na Câmara por conta da luta política, mas elas foram desarmadas aqui, no Senado. O Senado não aprovou pauta bomba. O Governo não pode reclamar disso.

E é este Senado que, com independência e responsabilidade, sabendo que é a Casa da Federação, que é a Casa que zela pela República, vai fazer aqui um julgamento.

O que houve na Câmara não foi um julgamento, foi um processo de início de julgamento. O julgamento será feito aqui e vamos discutir se houve ou não crime de responsabilidade. Estou preparado para esse debate. Vamos fazer esse debate aqui, porque o que foi feito pelo Governo foi algo muito grave que não vou me estender.

Vim aqui hoje para posicionar o PMDB e dizer que respeito o discurso da Base do Governo, mas que não concordo nem com a tentativa de desclassificação ou desqualificação do Presidente Michel Temer nem com a ideia absurda de que o que está acontecendo é um golpe.

O que está acontecendo aconteceu em 1992, e o Senador Lindbergh é testemunha dessa história, porque estava de cara pintada, aqui em Brasília, bradando pelo *impeachment*. O que estamos fazendo aqui é cumprindo a Constituição, e não é escolhendo entre a Dilma ou o Michel. O Michel, se assumir e se o Senado entender que deve assumir, que há crime de responsabilidade, será alguém que estava no lugar certo, na hora certa. Qualquer um que fosse Vice-Presidente da Dilma estaria assumindo esse lugar, como assumiu o Itamar Franco.

Por favor, vamos retomar, em termos elevados, o que Senado terá que fazer e a postura de cada um.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – V. Ex^a...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Já darei o aparte a V. Ex^a, Senadora, só um minuto.

Quero apenas colocar mais uma questão que foi tratada por alguns partidários da Base do Governo.

Ora, o discurso de Governo é de que teria 200 votos, iria parar o *impeachment*, acabar com o *impeachment*, e queria remontar uma construção política para redirecionar o País. Esse era o discurso da Base do Governo até ontem.

O Governo não teve os 200 votos. Volto a dizer: o Governo teve 137 votos; deveria ter tido 172 para barrar o *impeachment*. Agora, o discurso é outro. O discurso agora é: "Não, temos que fazer eleição direta para todos os cargos, porque é preciso buscar legitimidade, e o Michel não pode assumir porque não há perspectiva de construir algo palpável como solução".

Ora, se até ontem havia uma solução com a Dilma, por que daqui a 15 dias não pode haver uma solução com o Michel? Se formos comparar os dois perfis, veremos que, do lado do Michel, existe a tolerância, existe o conhecimento político, existe o preparo jurídico e existe a formação congressual de alguém que sabe que, para se resolver qualquer problema neste País, qualquer problema econômico que seja, hoje, se não houver, primeiro, a construção de uma base parlamentar e política forte, qualquer solução econômica não se sustenta porque haverá sempre a dúvida dos agentes econômicos de se essa sustentação econômica terá sustentabilidade política.

Não vejo, hoje, no Brasil, nenhum brasileiro em condições políticas e de formação para exercer o papel que o Presidente Michel Temer pode exercer nesse período de transição – alguém que foi por três vezes Presidente da Câmara, alguém que ocupou cargos executivos, e alguém que tem, como temperamento, o respeito, a diplomacia e o caráter reservado.

Portanto, quero aqui registrar, antes de conceder os apartes, que a nossa intenção, como disse a Presidenta Dilma, não é matar ninguém, não é desqualificar ninguém; ao contrário, a nossa intenção aqui é construir. A nossa intenção aqui é criar uma alternativa para este Brasil.

O que Constituição diz é algo muito importante: mandato tem prazo certo. Mudar prazo de mandato é contrário à Constituição e é cláusula pétrea. Ninguém pode reduzir tempo de mandato e nem ampliar tempo de mandato. Assim, a Constituição diz que a próxima eleição no Brasil é neste ano, 2016, para prefeitos e vereadores; e, em 2018, gerais federais e estaduais. É isso que está previsto e é isso que vai acontecer. Qualquer saída disso é, aí, sim, tentativa de golpe, porque é tentativa de encurtar mandatos no regime fora da Constituição.

Quero terminar fazendo aqui um esclarecimento. Sou Presidente do PMDB. Nós temos aqui a maior Bancada. O Líder, Senador Eunício Oliveira, vai conduzir os entendimentos sobre a formação da comissão e sobre a discussão de relatores e do presidente. Não estou indicando ninguém. Fui perguntado ontem pela imprensa toda: "O que acha do nome A, o que acha do nome B?

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu disse o tempo todo: quem vai decidir essa questão é a Bancada do PMDB e o Líder, Senador Eunício Oliveira, conversando com os demais Líderes e com o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, que é um homem experiente, preparado, patriota e vai conduzir este Senado, com discrição, com equilíbrio e respeitando os espaços institucionais, o direito de defesa e os prazos regimentais. Não tenho dúvida disso.

Portanto, quero aqui dizer que, apesar de alguns acharem que o meu estilo é um pouco rápido, não há, na minha ideia, nenhuma vontade de tratar qualquer prazo. Agora, acho – e vou dar aqui a minha opinião – que, se a Câmara dos Deputados entendeu a gravidade do momento e trabalhou sexta, sábado e domingo, nós não podemos ficar de férias enquanto o País toca fogo, porque hoje não houve operação com movimentação razoável na Bolsa de Valores, nem a comercialização do dólar está funcionando, porque ninguém sabe para onde vai essa economia. Enquanto não houver uma decisão clara, o Governo termina de travar o País. Nós temos hoje uma Presidente que recebeu um voto de desacordo da maioria da Câmara dos Deputados, de mais de dois terços, que, em tese, perde ainda mais a legitimidade de fazer qualquer medida.

Cabe a esta Casa cumprir os prazos, dar a premência necessária para que possamos, efetivamente, cumprir o que esperam os nossos Estados e a nossa população.

Eu quero aqui registrar o meu posicionamento, lamentando, mais uma vez, o posicionamento da Presidenta Dilma, lamentando aqui algumas colocações da Base do Governo, mas eu entendo que, quando faltam argumentos, sobram ataques. É natural. É natural. A gente está acostumado na política há muito tempo. Eu acho que nós vamos até perdoar os excessos, porque o que está em jogo aqui não é a posição individual de um ou de outro. Acho que cada um defenderá a sua posição com muita firmeza, com muita coragem. O que

está em jogo aqui é o futuro do Brasil, e as pessoas lá fora sabem que aqui existem homens e mulheres experientes para saber resolver essa questão no tempo necessário.

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh; depois, à Senadora Rose de Freitas; e, em seguida, ao Senador Medeiros.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a começou o seu discurso falando das passeatas, dos desejos das ruas, das praças brasileiras, só que essas passeatas não querem os senhores no poder. Hoje, pela manhã, saiu uma pesquisa do Datafolha feita justamente nas passeatas contra o Governo, na Avenida Paulista, como falou V. Ex^a. Sabe o que saiu nessa pesquisa? Que 54% que querem o *impeachment* do Temer. Na outra passeata, foram 79%. E vamos lá. A pesquisa do Datafolha, na semana passada, quando coloca o Temer como candidato em eleição presidencial, dá 1%, 2%; e 60% querem o *impeachment*. São 54% na passeata. Se for no Brasil, é muito mais. Ontem foi um dia corrido, mas as passeatas contra o Governo caíram muito. Sabe por quê? Porque as pessoas começaram a perceber que quem entra no lugar da Dilma é Michel Temer, e Eduardo Cunha vira Vice, vira o segundo na linha sucessória. Foi isso que aconteceu. Senador Romero Jucá, com o respeito que V. Ex^a sabe que tenho pelo senhor, Temer não aguenta três meses de governo. Quem disse que vamos ter estabilidade está enganado! Basta ele sentar na cadeira que o povo brasileiro vai pedir a saída dele. O movimento que V. Ex^a falou de Diretas Já, não somos nós, mas, se ele sentar na cadeira, virá, porque não há legitimidade. Isso é fruto de um processo de golpe. Eu já falei aqui e discuti muito com V. Ex^a sobre o plano Uma Ponte para o Futuro, um programa do PMDB, elaborado pelo Temer, que retira direito dos trabalhadores de forma impressionante, com o fim da política de valorização do salário mínimo. Hoje, Senador Romero, saiu uma matéria no jornal *Valor Econômico* com as primeiras medidas sobre os programas sociais que são atrelados ao salário mínimo: desindexação, abono salarial, seguro-desemprego, benefícios previdenciários.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Depois, fala do Roberto Brant, que é o nome cogitado para o Ministério do Trabalho. Ele diz o seguinte: terceirização e fim do negociado sobre o legislado. Eu tenho dito que esse programa Uma Ponte para o Futuro rasga o legado do Lula, de Ulysses Guimarães e de Getúlio Vargas, porque rasga a CLT. Agora, vamos aos fatos, porque não quero tomar muito tempo aqui. O dia de ontem... Aquilo foi um festival de horrores, presidido por Eduardo Cunha, que – todos sabemos, não é preciso falar – tem conta na Suíça, contra uma mulher que não responde a um inquérito, Senador Romero Jucá. Aquilo parecia saber o quê? Eleição indireta. E aqui eu me lembro do Itamar Franco. Fui presidente da UNE na época. Itamar Franco não fez, rigorosamente, nada. Eu, como presidente da UNE, tentei falar com ele – já falei isso para V. Ex^a –, e ele disse: "Eu tenho responsabilidades institucionais como Vice-Presidente. Não posso receber o presidente da UNE". Ele ficou parado. Já a Presidenta Dilma reclamou de Michel Temer porque ele agiu como conspirador, como traidor; não parou de articular. Era, no Palácio do Jaburu, prometendo ministério para um, prometendo presidência da Caixa para outro. Aí, V. Ex^a fala: "o Governo usou a máquina". Senador Romero, os Ministros palacianos, comparados a Eduardo Cunha, Padilha e Geddel, são freiras em convento. Por que o que os senhores fizeram não foi brincadeira! Há, inclusive, uma denúncia da jornalista Mônica Bergamo de que jatinhos particulares de empresários foram utilizados para transportar Parlamentares. Eu liguei para a Mônica Bergamo. Sabe o que ela me disse? "Foi o próprio Padilha quem me falou!" Foi isso que houve no dia de ontem. Um horror! Eu queria só mostrar ao senhor, para encerrar aqui, a repercussão internacional dessa aventura – porque os senhores estão levando o Brasil a uma grande aventura. Olhem só! *The Guardian*: "Congresso hostil e manchado por corrupção derrota Dilma". *El País*, principal jornal da Espanha: "Deus derruba a presidente do Brasil" – porque ontem nós víamos gente falando da mulher, da família, de Deus; só não se via argumento jurídico para tirar a Presidente da República. *Le Monde*: "Os dez segundos de fama dos deputados brasileiros". E por aí vai. Todos os jornais! *The New York Times*... Todo o mundo está vendo. Os senhores estão transformando o Brasil em uma republiqueta de bananas! E, quando eu falo que não há base jurídica, encerro dizendo que fui presidente da UNE naquele período Collor. Lá, havia crime de responsabilidade: empresas fantasmas do PC pagando despesas pessoais da esposa, do Presidente, da mãe do Presidente. Aqui os senhores, sinceramente, lançam argumentos contábeis, pedaladas que foram feitas por todos os governadores, por todos os Presidentes da República. Senador Romero, os senhores estão dando um golpe, um golpe parlamentar no País. Aqui, como houve essa tentativa contra Getúlio, depois contra Juscelino, contra Jango... As páginas da história do Brasil vão estar marcadas por este momento. Eu digo aos senhores: os senhores, com essa política, com esse programa, não têm condições de levar o Brasil à frente. Os senhores não vão aguentar a pressão das urnas. É Temer assumir e começar um grande movimento nacional pela retirada desse governo ilegítimo. Nós não vamos reconhecer um governo fruto de um golpe parlamentar fajuto conduzido por Eduardo Cunha.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Lindbergh, vamos aqui por partes, porque não vou deixar sem resposta V. Ex^a de forma alguma.

Primeiro dizer que o que está em jogo não é a condição eleitoral do Temer. O Temer foi eleito na chapa com a Dilma. O que está definindo a posse dele é a Constituição.

E me desculpe, qualquer um que esteja no mesmo julgamento junto com a leitura da Presidenta Dilma estará condenado ao inferno hoje pela questão popular. Pode ser um santo. Por quê? Porque: "O que você acha do *impeachment* da Dilma?": 80%; "E do Michel, que é o vice dela?": 60%. Claro, isso é indução de resposta, me desculpe. Nós vamos saber, se houver aqui, efetivamente o afastamento – e eu não estou prevendo isso –, mas, se houver o afastamento, nós vamos saber do tipo de aprovação do governo eventual do Michel daqui a seis meses.

Agora, de uma certeza eu tenho: hoje a Dilma é uma certeza de desastre. O Michel pode ser uma possibilidade de acerto. Eu, como sou um crédulo, eu acredito em Deus e acredito nas pessoas, prefiro acreditar e me agarrar a uma oportunidade que pode dar certo a uma certeza de desastre.

Então, eu quero dizer a V. Ex^a que, em relação a essa questão da pesquisa, vamos ver a pesquisa verdadeira efetivamente se houver ações de um novo governo, se o Senado decidir.

Depois, dizer que ontem as pessoas não estavam no mesmo número da passeata por uma questão muito simples, Senador Lindbergh: as pessoas ontem estavam na frente da televisão. Todo mundo assistindo, olhando e torcendo. É por isso que as pessoas não estavam na rua. Falem com quem quiser. Procurem saber se não havia uma maciça ação de acompanhamento dessa votação e uma torcida grande em todo lugar.

Dizer da Presidente Dilma. Não quero, aqui, não vou aqui atacar a Presidente Dilma.

Podia falar aqui da delação do Delcídio e de questões outras que serão investigadas. Não é isso o que está em julgamento, o que nós vamos discutir aqui...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Até porque a delação de Delcídio não é só em relação à Dilma. Tem muita gente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pois é, mas ela está também. Então, nós vamos ter de discutir.

O que nós vamos discutir aqui, na hora certa, é o que é pegar R\$90 bilhões sem ser efetivamente algo definido de forma legal, orçamentária, financeira e fiscal e utilizar num período em que se escamoteou a situação financeira, contábil e fiscal do País – inclusive para se conseguirem votos e para se imputar aos adversários um crime que se estava cometendo. Na hora certa vamos discutir. Vou discutir aqui como economista. Nós vamos preparar aqui um debate técnico para mostrar o que é crime de responsabilidade na questão técnica e o que é crime de responsabilidade, consequentemente, na questão social. Porque esse crime contábil tem uma repercussão na vida das pessoas estarrecedora. O quadro que nós estamos vivendo, de desacerto, de desemprego, de alta de juros, é fruto desse crime de responsabilidade financeira, fiscal e contábil. Aqui nós vamos detalhar por quê. Não é hoje. Hoje quero apenas pontuar essa questão.

O salário mínimo. Nós queremos diminuir o salário mínimo, o ganho real? Quem está diminuindo o ganho real do salário mínimo é a Presidenta Dilma, quando bota a economia para cair 3,8%. O indexador é o crescimento do PIB. Não há crescimento do PIB há três anos. A renda do trabalhador brasileiro caiu, o nível de emprego caiu, a credibilidade do Governo acabou, a previsibilidade da economia é uma nuvem negra, é um CB (Cumulus Nimbus), e o avião está sem piloto, sem GPS e sem radar. Esse é o quadro da economia.

Então, o que nós queremos fazer? Buscar uma alternativa dentro da Constituição. Se a Vice-Presidenta fosse a Senadora Rose de Freitas, ela iria assumir a Presidência da República; se fosse o Senador Medeiros, ele iria assumir a Presidência da República. Não é Michel que está dando um golpe. O Michel, volto a dizer, é o Vice-Presidente de uma chapa que foi eleita e por meio da qual, depois, a Presidenta comeu um crime.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É uma consequência da Constituição.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós estamos cumprindo a Constituição. Só isso.

Então, nós vamos ter muito tempo aqui para discutir. V. Ex^a sabe do carinho que tenho por V. Ex^a. Eu o admiro muito. Um dia vou recuperá-lo, tenho certeza – é a minha porção franciscana. Nós não vamos desistir do Lindbergh, não é, Senador Elmano? Nós vamos, um dia, com muito cuidado, convencê-lo a vir ao lado certo da força. Mas aqui nós vamos ter condição de debater muito isso,...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... com todo o respeito a todas as pessoas, tratando dessa questão com muita responsabilidade.

Ouço a Senadora Rose de Freitas, com muita satisfação.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Senador, em primeiro lugar, quero lhe agradecer. Fiquei ouvindo, com atenção, as reflexões de V. Ex^a. Não ouvi as considerações feitas pela Presidente. Nós estamos em um momento de tormenta. Fiquei mesmo para refletir, ouvir suas palavras, porque V. Ex^a tem muita sabedoria, muita experiência. Há uma coisa que eu ainda não tenho muito, apesar do oitavo mandato, que é a capacidade de enxergar alguns palmos à frente, em uma circunstância como essa em que nós estamos cercados de nuvens, neblinas, poeira que impedem que a gente veja com clareza qualquer coisa. Golpe não é. É justo a população brasileira discutir o *impeachment*. Como sempre dialoguei com V. Ex^a, não vou ter dificuldade de que V. Ex^a entenda que o que nós estamos discutindo aqui é a imperfeição do nosso sistema político. O que nós estamos discutindo aqui é o rescaldo de toda a nossa incapacidade de pegar os problemas na hora certa e conduzi-los, a tempo e horas, para equacionar muitas dessas crises que nós estamos vivendo há muito tempo. V. Ex^a sempre foi um dinâmico. V. Ex^a pega um problema, dissecá, estuda, oferece solução. Enfim, eu não sou aficionada por futebol, mas V. Ex^a, no campo, faz tudo: joga, dribla, faz gol. Mas eu trago aqui uma reflexão para V. Ex^a, como Presidente do meu Partido também. É natural o Presidente Temer assumir. Se alguém está reivindicando parâmetros da Constituição, melhor do que esse não há. No nosso regime presidencialista, o Vice-Presidente é eleito em uma chapa, embora ele não tenha nenhuma obrigação de se expor publicamente, a não ser por parceria, para debater as propostas que aquela chapa tem. Sinto, também, que, quando fracassa o Governo da Presidente Dilma, fracassamos todos nós. Porque fomos nós que fomos a uma convenção autorizar aquilo, eu digo, que a metade não queria que acontecesse. E que, por homenagem – é até uma palavra estranha – ao Presidente Michel Temer, estamos votando em Michel Temer para Presidente. Mas não era isso que estávamos votando, estávamos votando a chapa Dilma-Temer. Então, homenagear o Temer seria a mesma coisa que querer esconder atrás do biombo a parceria política que estávamos fazendo, e, muitas vezes, eu disse isso a V. Ex^a, em um domingo, em determinado encontro casual em um restaurante, e V. Ex^a sempre preocupado com o que pensamos, todos nós, sobre o porquê. Eu não sou uma pessoa desanimada; sou pessoa de luta, fui feita para isso. Nasci lutando em uma tempestade, como diz minha mãe, e continuei lutando no dia, no sol, na hora que for possível. Mas tenho uma dúvida atroz: o Brasil marchou para tirar Dilma; não marchou para colocar o Vice, Michel Temer. Mas, como sou Constituinte, escrevi a Constituição, vou respeitá-la e vou dar o melhor de mim caso isso venha a acontecer. Estou aqui, meu voto todos já conhecem. E não é um voto pela questão – lembrada por V. Ex^a como economista, e eu não sou – do crime de responsabilidade. É porque também é crime quando alguém que se pretende ter o cargo maior do País, quando assume a Presidência da República, oferece uma proposta ao País e pratica outra. V. Ex^a sabe, porque assumiu o papel de Líder, assumiu o de Presidente, agora; V. Ex^a tem a consciência do tamanho do dever, do tamanho da obra, do tamanho da empreitada que se pega quando se está nela, porque V. Ex^a faz isso o tempo todo. Porque não votamos na pessoa, votamos – particularmente eu e sei que milhões de brasileiros – na proposta, não é? E a proposta feita pela Presidente Dilma foi a que foi para a urna, e não foi a que foi levada...

(Soa a campainha.)

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – ... para a administração da sua política. Mesmo assim, todos trabalhamos para ajudar. Eu, à frente daquela Comissão de Orçamento, foi dia e noite. E corria para V. Ex^a. E V. Ex^a nem queria dar importância para mim, eu sei, porque eu estava ali tentando de toda maneira dar a este País um orçamento e convencí meus colegas todos de que deveríamos estar ali, não para dizer “fora Dilma”, “fica Dilma”, nada disso. Era para dar uma peça orçamentária ao Brasil, que já tinha ficado 3 anos sem. V. Ex^a teve um trabalho importantíssimo naquela época. E em relação àquela sessão de ontem, não vamos falar das falas, porque o Congresso é síntese da sociedade brasileira, dizer que homenagearam o pai, a avó, a tia, o marido, que no dia seguinte foi preso; não devemos questionar isso. Estão ali os representantes do povo brasileiro. Cabe ao povo, gradativamente, oferecer o conceito da nova sociedade política que ele deseja, porque essa não dá conta do recado. Nós aqui vamos fazer um papel importante e não vamos nunca dizer com superioridade que somos melhores do que a Câmara. A Câmara efetivamente cumpriu o seu papel: se a reboque, como manada, se suggestionada ou não, enfim, cumpriu o seu papel. A minha grande dúvida é o que nós estamos fazendo agora. Nós temos que apreciar a cada momento um pedaço da história, uma quadra, uma proposta, e o reflexo de tudo que estivermos fazendo vai recair sobre o Brasil. Dúvidas sobre o Michel Temer? De jeito nenhum. É uma pessoa séria, convivi muito tempo, já enfrentei muitas lutas ao lado dele. A dúvida que tenho é se nós estamos ouvindo por inteiro a voz das ruas. Essa é a minha dúvida. Olha que coisa de louco, maravilha, vamos ter um presidente do PMDB. Muita gente está pensando no poder. Quero empoderar pelo menos parte, parcela do sentimento que está indo para rua, porque foi e não saiu dela, a rua continua. Se V. Ex^a disser que vai ser o Ministro da Economia, eu voto agora. Se V. Ex^a disser que gostaria – e falei lá atrás no início – que houvesse uma eleição geral no País... Sei que é inútil falar. Ninguém vai abrir mão dos seus cargos, principalmente quem, com

muita dificuldade, conseguiu se eleger. Mas é justo que o País tenha que aguardar, como uma caixa de surpresa, o que será o governo do Michel Temer? Porque até agora, Sr. Presidente, eu não ouvi uma palavra sobre os planos do governo. Não me falem daquela ponte para o futuro, porque aquilo ali, pelo amor de Deus, eu quero esquecer. Por azar meu, estive, neste dia, no Palácio do Jaburu e vi exatamente aquele documento. Eu me reservei ao direito de dizer naquela hora que aquilo estava errado para mim. Como é que nós vamos passar desse momento para o momento seguinte, carregando no escopo dessa luta toda essa esperança que o povo jogou sobre esta Casa, que está decidindo exatamente o *impeachment* da Presidente a partir de agora? Como nós vamos definir, se não sabemos ao certo? Eu não tenho coragem de pegar esse microfone e dizer: "Acreditem, porque o Sr. Michel Temer, doutor, professor, presidente do meu Partido, Vice-Presidente da República, disse que, para sair da crise, serão necessárias medidas tais, tais, tais, tais, tais." Como? Se nós não temos nada para oferecer, a não ser a sucessão, o capítulo sucedâneo de um *impeachment*. É isso que queria dizer a V. Ex^a. V. Ex^a sabe que eu sou companheira de embrenhar na mata e de costas, enfrentar uma luta, mesmo que atrás de mim haja alguém com um punhal, mas eu não quero refazer dentro do meu sentimento de brasileira, de mãe, de avó, de política, representando o Espírito Santo, que luta em âmbito nacional, que já passou por uma cela, que já foi torturada, eu não quero refazer tudo na minha cabeça e não ter coragem de olhar de frente para o povo brasileiro e falar: "Desculpem-me, eu errei. Eu errei pela Constituição Federal." Eu quero ter uma estratégia, eu quero ter um sentimento, eu quero ter um compromisso. Eu quero defender, eu não quero acusar. E se o povo brasileiro marchar e pedir que haja uma nova eleição? Os erros desse sistema nos colocam nisso, numa situação como esta, de gastar quase R\$1 bilhão para fazer uma eleição agora e outra daqui a dois anos.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Desculpe-me falar assim, meu Presidente, mas nós nunca conseguimos completar uma das metas propostas por esta Casa, que é a reforma política. A reforma tributária, então, está passando lá no outro lado da montanha, que nós não estamos nem vendo. Por favor, vai nos levar o sentimento de luta? Vai, mas, para levar o nosso sentimento de esperança, nós precisamos de algumas coisas mais. V. Ex^a pode ajudar muito, para que, nesse contexto, as pessoas não fiquem contando história de carochinha, porque eu não vou dizer ao povo: "Acreditem, o futuro está logo ali, quando ele nem chegou até aqui." Não sei que futuro é esse. V. Ex^a pode saber, porque é economista, mas, dentro desse Governo, além da economia, que é a base de tudo, de todos os programas, conceitos, estrutura, ajuste, há saúde, educação, políticas sociais, que não são garantidas só por conversa. Eu quero saber se, numericamente, sabe o Sr. Michel Temer o que tem de recurso neste País para manter tudo que foi montado e que está aí. O senhor poderia me responder, por exemplo, se seria capaz de fazer um projeto, junto com o Presidente Michel Temer, realmente diminuindo os ministérios, realmente cortando os gastos, realmente produzindo políticas sociais e políticas de estrutura de vida, como a saúde hoje se encontra, com mulher parindo no meio da rua, dentro de táxi, dentro de patrulha? Tudo o que está acontecendo no Brasil é tudo o que eu não gostaria de ver. Com tantos anos de estrada, não é possível que não vamos superar e não vamos poder nos comprometer com o povo de melhorar não só a questão econômica do País, mas também ajustar um País, que respeite a qualidade de vida dos seus cidadãos e lute para que se restabeleça e recupere todas as desvantagens que ele teve até agora com o Governo que aí está. Eu agradeço a V. Ex^a pela paciência de me ouvir. Obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu agradeço à Senadora Rose.

Quero dizer, Senadora Rose, que concordo com V. Ex^a.

Primeiro, quero dizer que estamos no fim de uma era. A política será feita de forma diferente a partir deste ano que nós estamos vivendo ou do ano passado.

A Operação Lava Jato é importante. Ela muda o paradigma da política, de financiamento, da relação de políticos e partidos com empresas. Ela tem o meu apoio. O PMDB vai apoiar a rápida investigação de tudo, doa a quem doer, e nós vamos ter que ter a coragem de buscar um novo modelo político.

V. Ex^a falou: "Não, há gente do PMDB que está pensando no poder." Grande não será o poder, grande será a responsabilidade dos políticos com este momento que estamos vivendo. O quadro é gravíssimo do Governo. O Brasil é um País maravilhoso. É um País de uma riqueza enorme, de gente trabalhadora. Nós temos um potencial imenso, e esse potencial tem sido afogado numa bacia, porque o País está de joelhos e com a cabeça enterrada. Nós vamos ter que levantar este País, e, quando eu digo nós, não é o PMDB não, é toda a classe política, inclusive a oposição.

Se houver um governo Michel Temer, não haverá o descredenciamento da oposição. Ter oposição é importante em qualquer sistema democrático. A oposição vigia, denuncia, cria problemas, mas ajuda a alertar e a governar. Quem quer acertar precisa ouvir muito.

Agora, vamos dar ao Michel a condição de que ele possa atuar antes do julgamento, e ele está em uma situação difícil, porque, se ele fala antes de assumir, se assumir, ele estará se antecipando a uma decisão do Senado que não foi tomada ainda. Em respeito ao Senado, ele me disse ontem: "Jucá, fale pelo PMDB, diga que eu não vou me manifestar, porque eu sou o Vice-Presidente e eu não posso falar antes de uma decisão do Senado da República." Seria usurpar um estágio fundamental de decisão política, que é desta Casa....

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... que dirá ou não se ele será Presidente. Qualquer ato antes disso seria prematuro, seria até leviandade, porque ninguém pode falar sem poder fazer o que diz. Este será o primeiro preceito de um governo que tiver que assumir: o governo ter credibilidade. O que o governo falar tem que acontecer. Se não for para acontecer, é melhor não falar. Para que falar em vão?

Quantas vezes eu disse aos Ministros da Fazenda deste País: "Guido, Levy, Nelson, não vão fazer esse superávit que vocês estão colocando aí, pelo amor de Deus! Vocês estão comprometendo o Governo e o Congresso, porque, quando chega o fim do ano, temos que mudar a meta fiscal novamente." V. Ex^a fez milagre para aprovar o orçamento no final do ano. Ninguém acreditava que ia haver orçamento da República, só a Senadora Rose de Freitas, que era a Presidente da Comissão, e ela entregou o orçamento aprovado no último dia do ano.

Então, faltou colaboração do PMDB? Lamento dizer aos membros da Base do Governo: não faltou. Faltou compromisso? Também não faltou. O que faltou, infelizmente, foi humildade e competência desse Governo, que não construiu a base necessária, que não ouviu, que foi presunçoso, que entendeu que sabia de tudo, que não precisava de ninguém. Está aí o resultado: o Governo naufragou.

Agora, desse naufrágio, nós temos que salvar o País, essa é a nossa missão. Mais do que isso: nós temos que salvar a classe política, porque, se nós não tivermos resultado nessa caminhada se houver um novo governo Michel Temer, desculpem-me, mas a eleição de 2018 será uma eleição para os antipolíticos, para os bravateiros, para os inventores de soluções heterodoxas, fora da política, fora do entendimento.

Eu quero dizer aqui uma verdade: fora da política, não há solução. Uma bravata ganha uma eleição, mas não sustenta um governo, porque, no outro dia, o bravateiro vai ter que tratar com o Congresso e ter maioria aqui para aprovar as coisas que disse. E a mentira em política não se sustenta muito tempo, ainda mais agora, com redes sociais, com transparéncia, com tudo mais. Nós temos, Senadora Rose, que mudar.

Eu sou parlamentarista. Se nós tivéssemos um parlamentarismo, não estaríamos nessa situação: já tinha caído o gabinete, já tinha se formado um novo gabinete; se tivesse caído o gabinete duas vezes, haveria eleições gerais. Então, haveria um comprometimento da classe política e do governo na governabilidade, no resultado do trabalho. Agora, não é fazendo uma emenda amanhã que nós vamos resolver essa questão. É inconstitucional.

Eu defendo que, em 2018, os Congressistas que se elegerem elejam-se também com a função de fazer uma reforma constituinte política. Em vez de depender das mudanças que fazemos aqui, manda-se para a Câmara, e, quando chega à Câmara, engaveta-se, porque não querem mudar o *status quo* da eleição.

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Mas todos fazem isso, todos! Inclusive o nosso Partido fez. O problema mais grave é que só se fala em parlamentarismo na crise.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pois é, o parlamentarismo não pode ser um remédio de crise, é um remédio de solução.

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Então, mas qual será o momento certo? Se não se fala na crise e não se fala depois dela, nós estaremos sempre patinando, tendo um presidencialismo deteriorado pelo vício da política brasileira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É por isso que eu defendo que, em 2018, os eleitos possam, por maioria simples, constituintes, funcionar como a Constituinte derivada para a reforma política, porque será o voto da maioria simples.

Nós temos que construir novas bases políticas, partidárias, condições efetivas de se fazer uma política diferente, que seja honrada, que seja admirada pelo povo brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu ouço o Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a, com a clareza de sempre, trata de forma simples assuntos extremamente complexos. Esse da reforma política é um deles e é um debate muito interessante. Eu tenho para mim que ele só será resolvido se fizermos uma Constituinte exclusiva, ou, de repente, se colocarmos uma quarentena, porque sabemos que a engrenagem que move o mundo é o interesse, principalmente o interesse próprio: dificilmente algum Parlamentar vai fazer alguma legislação que possa eventualmente dificultar sua eleição. Dito isso, Senador Romero Jucá, eu tenho

visto o debate ter sido centrado de uma forma muito pequena no Parlamento, quer seja aqui, quer seja lá. Parabenizo V. Ex^a por fazer um debate grande aqui. Quando eu digo grande, refiro-me principalmente à questão do tom na medida certa e principalmente sem passionalidade, porque creio que boa parte do que tem contaminado o debate político é que é tudo muito pessoal, tudo muito passional. Neste momento, tudo de que o Brasil precisa é serenidade e principalmente racionalidade. Às vezes, o Parlamentar, diante dessas câmeras, tanto da TV Câmara, quanto da TV Senado, que têm um alcance estrondoso pelo País inteiro, empolga-se, faz um discurso e insufla a população. Às vezes, vemos um resultado nas urnas, e começam a reclamar aqui de discurso de ódio. Eu me preocupo muito quando começam a ser feitos aqui discursos desconstruindo, diminuindo a política e diminuindo personagens políticos. Neste momento, está em curso – isso é estratégico, não é um boato, é o que se vê – uma estratégia – não é de hoje, faz dias, por isso a minha preocupação com o rito desse processo de *impeachment* aqui – de desidratação do Vice-Presidente por esse discurso de desconstrução da sua pessoa. Eu não sou do PMDB, não sou do rol de amizades do Vice-Presidente Michel Temer, mas me preocupa, porque ele será o Presidente da República. Eu vejo já uma desconstrução neste momento, quando o de que precisamos – e aqui eu estou falando da figura do Presidente da República – é uma coalizão neste momento. Precisamos começar a pensar numa coalizão para proteger esse nosso futuro. A Senadora Rose dizia, há pouco, pelo que eu entendi, que não via uma solução em si na saída da Presidente Dilma – eu também não vejo que a saída da Presidente Dilma nos traga uma solução imediata –, mas eu também vejo, e estou convicto disso, que, se não houver a saída dela, nós não temos solução alguma. Então, concordo com V. Ex^a com que o fator Temer, essa construção da nossa Constituição de haver um Vice-Presidente é uma saída. No momento em que nós não temos saída alguma, essa é uma saída, por isso a minha preocupação, principalmente com o comportamento do Partido dos Trabalhadores e de seus satélites, que começam a construir um discurso de que “eu não vou apoiar um possível governo”, de que “eu vou desconstruir qualquer projeto”. Onde houver uma proposta, já coloca como se esse fosse o arcabouço que vai nortear todo o governo do futuro Presidente da República. Eu me preocupo. Quando o PT faz essa ameaça, eu acredito, porque a história conta isso. É um Partido com um discurso muito sectarista. Quando não concordou com alguma coisa da Constituição Federal... V. Ex^a tem mais propriedade para falar disso do que eu, porque estava aqui. O Partido dos Trabalhadores não apoiou a Constituição Cidadã, Constituição essa que eles bradam hoje.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não assinou a Constituição.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exatamente, não assinou. E hoje brada a Constituição em riste. Então é muita conveniência. Não foi simpático a Tancredo Neves. Aliás, foi um dos únicos partidos a não apoiar aquele projeto de reconstrução nacional. E todos se irmanaram para construir um projeto em torno de Itamar Franco. Portanto isso me preocupa, essa destruição da imagem, a desconstrução de currículo, o assassinato de personalidade. Falando num assunto diferente, mas na mesma linha, Senador Jucá, eu me preocupo, por exemplo, com a formação.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Antes que V. Ex^a mude para outro assunto, eu quero... Desculpe interromper...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... mas V. Ex^a entendeu totalmente o contrário do que eu falei. Eu não só votei a favor do *impeachment* como trabalho por ele e não tenho nenhum objetivo de desconstruir aquele que é o líder maior do nosso Partido nem disse que não achava saída na saída da Presidente Dilma. É preciso que ela saia, para que tenhamos uma saída. Eu só quero que essa saída seja recheada de propostas e que nós todos possamos nos engajar nela.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – V. Ex^a me perdoe, Senadora Rose, não quis lhe imputar isso. É que eu linquei um assunto ao outro e ficou parecendo que V. Ex^a era quem estava querendo desconstruir a imagem do Presidente. Eu entendi que V. Ex^a tinha dito que, dentro do contexto geral, a saída da Presidente em si não traria solução. Eu também concordo com V. Ex^a que a simples saída dela não nos resolve os problemas de um dia para o outro. Foi isso que eu tinha entendido.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Desculpe, Senador Medeiros. Eu não disse que a saída dela... Acho a saída dela necessária. Necessária. Ela tem que sair para que haja uma esperança e um caminho.

Muito obrigada.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado. Eu tinha entendido errado. Terminando, senão daqui a pouco V. Ex^a me pede um aparte, como naquele dia... Senador Jucá, só para finalizar, eu me preocupo quando V. Ex^a fala justamente sobre as eleições de 2018, sabe por quê? Porque a própria Presidente Dilma Rousseff é a essência da falta da política. A Presidente Dilma representa isso. A Presidente Dilma foi apresentada ao País como a essência do técnico, a capacidade gerencial em pessoa, e é

isso que é sempre vendido. Eu já vi, em outras experiências, que, quando a política está em crise, trazem uma solução dessas. A Presidente Dilma foi colocada. "Essa daqui vai resolver porque ela é técnica." E aí V. Ex^a tem razão sobre o desafio imenso que está à frente. Por isso, a minha preocupação é de criarmos esse momento. Nós temos esse desafio de, nesses próximos dias, criar um alicerce para que este governo dê certo, não pelo Temer, não pelo PMDB, mas pelo País, porque, se não, aí, sim, o Brasil acaba de afundar. Ele estava em queda livre, nunca chegava ao fundo do poço, e não sabíamos por que era assim. Mas agora, sabemos. É porque o Governo não parava de cavar. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu agradeço ao Senador Medeiros.

Registrar que nós teremos amanhã, Senadora Rose, às 11 horas, uma reunião na Presidência do Senado, exatamente para discutir com os Líderes como será o encaminhamento desse processo de discussão e votação. Portanto, amanhã será definido. O Presidente Renan Calheiros, democraticamente, vai tratar com os Líderes sobre esse cronograma e a forma de fazê-lo.

Espero e vou defender que nós possamos trabalhar rapidamente e, se necessário, nos fins de semana, para dar uma resposta à sociedade brasileira. Acho que não dá para a gente ficar na praia, juntando feriado com dia de semana e esperando que as coisas se resolvam quando a responsabilidade está com o Senado da República, a mais alta corte política deste País.

Quero dizer ao Senador Medeiros, só para concluir, que realmente V. Ex^a tem razão. Quando é algo que não é oriundo do PT, ele tenta desqualificar. O PT não assinou a Constituição de 88. Portanto, o PT está contra a solução constitucional! É verdade! Eles não assinaram! Não têm compromisso!

Segunda questão, o PT foi para as ruas pedir a saída do Fernando Collor. O PT não apoiou o governo Itamar Franco, que entrou no lugar do Fernando Collor. Mais, houve o Plano Real, que enfrentou o grande desafio deste Brasil, que era a inflação. O que fez o PT? O PT ficou contra o Plano Real! Eu me lembro dos economistas do PT indo para a televisão, bombardeando o Plano Real e dizendo que não ia dar certo.

Depois, o PT votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que hoje é um dos alicerces da questão do gasto público, e que o PT descumpriu. Então, o PT realmente tem razão em descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eles não votaram, eles não aprovaram. Eles foram contra. Está aqui o âmago da questão! Está aqui o cerne do problema! Os instrumentos que nós estamos usando e defendendo aqui, o PT foi contra todos eles.

Poderão ser contra um novo governo, se assim entender o Senado? Cada um é livre pra fazer o que quiser. Poderão ameaçar a sociedade? Já é um pouco demais, já estão descumprindo a Constituição, que eles não assinaram.

Então, eu quero dizer que esta Casa – não tenho dúvidas – vai discutir em profundidade esse tema e vai tomar aqui uma decisão soberana, equilibrada, inatingível de qualquer forma, sob qualquer aspecto técnico ou jurídico.

Portanto, fica aqui o meu pronunciamento, o meu posicionamento.

Agradeço, Presidente Elmano, a paciência de V. Ex^a, por ter me dado todo o tempo necessário, mas esse é um debate importante de ser feito.

Pois não, Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só mais uma coisa, Senador Jucá, que me preocupa neste momento do *impeachment*. Nós temos que ter muito cuidado. Eu estou sentindo que vão tentar catarimbar. Eu ouvi algumas entrevistas tentando demonizar a figura da... Saiu só um boato, porque era até anseio de alguns Senadores. Pelo notório saber jurídico dela, pela conduta ilibada que tem, pelo seu posicionamento firme e por ser mulher também, alguns Senadores comentavam a possibilidade e quão bom seria a Senadora Ana Amélia ser a relatora desse processo. Já estão na imprensa demonizando, desconstruindo também a figura da Senadora Ana Amélia. Eu queria só fazer este registro, porque já querem contaminar o debate. Eu queria dizer que isso partiu da gente, comentando aqui. Agora já estão querendo politizar a coisa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigado, Senador Medeiros.

O relator e o presidente serão discutidos e escolhidos pela maioria da comissão.

Quero dizer que lamento esse comportamento, mas eu acho que nós estamos numa luta e num momento político em que cada um tem que ter a coragem cívica de enfrentar o desafio

Eu aceitei a Presidência do PMDB sabendo que ia ser atacado, que ia ser caluniado, que ia ser perseguido, mas esse é um papel que eu me orgulho de fazer hoje e faço em nome do povo de Roraima, que, a cada eleição que disputo, me dá mais votos. A cada eleição que disputo, Senador Medeiros, eu sou o político mais votado do Estado, mais do que os outros Senadores, mais do que candidato a Governador, do que candidato a presidente.

Então eu estou aqui representando um povo que representa todo o Brasil, porque Roraima é uma síntese deste País. Lá existe gente de todos os lugares, gente trabalhadora, gente honrada, que quer uma oportunidade, uma alternativa para crescer com a sua família.

É isto que nós vamos fazer aqui: nós vamos enfrentar as ameaças, nós vamos enfrentar os desafios e nós vamos enfrentar a verdade com coração aberto, sabendo que Deus vai iluminar esta Casa, vai abrir os nossos caminhos e, não tenho dúvida, vai construir um futuro melhor, junto com todos nós, para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer, Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a.

Falaria, ainda, para uma comunicação inadiável, o Senador Lindbergh Farias, mas, como ele não está presente e não há mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 24 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazos

O Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2014, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d" do Regimento Interno.

Recebido o Recurso nº 9, de 2016, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

Expedientes de Ministros de Estado

Aviso nº 209, de 11 de abril de 2016, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.280, de 2015, de autoria do Senador Paulo Bauer.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Ofício nº 46, de 15 de abril de 2016, da Ministra de Estado do Desenvolvimento Agrário, em resposta ao Requerimento de Informações nº 21, de 2016, de autoria do Senador José Medeiros.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Pareceres

SENADO FEDERAL

PARECER N°444, DE 2016

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2014 (nº 4.995/2009, na Casa de origem), que *institui a Política de Estímulo à Cacauicultura no Sistema Cabruca.*

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

RELATORIA AD HOC: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

I – RELATÓRIO

Em exame na COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA) o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2014 (nº 4.995/2009, na Casa de origem), da autoria do Deputado Federal Geraldo Simões, que institui a Política de Estímulo à Cacauicultura no Sistema Cabruca.

A Proposição está composta por oito artigos, cujo conteúdo resumiremos a seguir.

Inicialmente, merece destacar que a política sugerida tem por finalidade a adoção do sistema cabruca como estratégia de conservação do bioma Mata Atlântica e como patrimônio paisagístico, cultural, econômico e socioambiental das regiões produtoras de cacau.

A estratégia indicada na Proposta contempla a integração de ações entre o Poder Público e os proprietários rurais, cabendo ao Poder Público estimular economicamente a manutenção do sistema cabruca e, de outra parte, dos produtores rurais se exige a máxima atenção e conformidade à legislação ambiental.

Não foram apresentadas emendas à Proposição em sua tramitação no Senado Federal.

II – ANÁLISE

Em observância às determinações normativas contidas no art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2014.

É importante destacar a adequação da matéria aos ditames constitucionais vigentes, haja vista a atinência aos requisitos formais e materiais relativos às competências da União de legislar sobre direito ambiental e econômico e, nesse sentido, aos requisitos prescritos no *caput* do art. 48 da Carta Magna, que atribui ao Congresso Nacional o direito de dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Adicionalmente, cabe ainda ressaltar, quanto à constitucionalidade, que não se observa, na proposta analisada, qualquer usurpação das hipóteses de iniciativa reservada constitucionalmente ao Poder Executivo, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Observa-se também que a inovação da legislação vigente por meio de proposta legislativa com força de generalidade e coercitividade, sem afastamento dos princípios gerais do Direito, atende aos requisitos de juridicidade.

Noutro aspecto, com a técnica empregada na elaboração do texto, resta assegurado o cumprimento da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, principal norma a prescrever os atributos formais da redação legislativa.

Finalmente, no que tange ao mérito, estamos tratando de uma Política que alcança, somente no Estado da Bahia, mais de 6.000 km², equivalentes à área de cacau cultivada sob florestas, em regime de cabruca, isto é, um sistema secular que se caracteriza pela abertura de pequenas clareiras na mata, sem provocar maiores danos aos ecossistemas.

Deve-se considerar que foi na esteira desse sistema rudimentar, mas altamente preservacionista, que riquezas foram geradas, enquanto o homem se fixava no campo sem destruir o ambiente de mata atlântica em que esteve inserido.

Finalmente, a crise de sustentabilidade que vivemos atualmente se reveste de importância crescente no desafio de reconciliar economia com ecologia e a Proposição em análise avança nesse sentido, sendo esta a razão maior pela qual orientamos sua aprovação.

III – VOTO

Em conformidade com o exposto, somos favoráveis à **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2014.

Sala da Comissão, em 28 de abril de 2015

Senador Otto Alencar, Presidente

Senador Romero Jucá, Relator

Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora ad hoc



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 10ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 28 de abril de 2015 (terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CMA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. Luiz Henrique (PMDB)
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. VAGO

Presidente : Sen. Otto Alencar




SENADO FEDERAL

PARECER N°445, DE 2016

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2014 (nº 4.995/2009, na Casa de origem), que *institui a Política de Estímulo à Cacaicultura no Sistema Cabruca*.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa, neste momento, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 100, de 2014 (nº 4.995, de 2009, na Casa de origem), que institui a Política de Estímulo à Cacaicultura no Sistema Cabruca.

O Projeto em exame, composto por oito artigos, objetiva estimular a adoção do Sistema Cabruca como estratégia de conservação do bioma Mata Atlântica e como patrimônio paisagístico, cultural, econômico e socioambiental das regiões produtoras de cacau.

A matéria foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde recebeu parecer favorável, e à presente Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Não foram apresentadas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão manifestar entendimento sobre proposições legislativas que versem sobre temas correlatos à agricultura, pecuária, segurança alimentar, defesa sanitária animal e vegetal, e política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, mediante estímulos financeiros e creditícios à pesquisa e experimentação agrícola.

Quanto à constitucionalidade da matéria, é importante observar que a União possui competência em comum com Estados, Distrito Federal e Municípios para legislar a respeito da proteção do meio ambiente e preservação das florestas, da fauna e da flora, bem como sobre fomento à produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar, em conformidade com os incisos VII e VIII do art. 23 da Constituição Federal.

Ademais, a proposta, na forma de lei ordinária, não afronta a iniciativa privativa do Presidente da República, preconizada no art. 61, § 1º, da Constituição Federal, e observa a delimitação constitucional reservada à lei complementar.

A lei ordinária atende, no caso específico, aos fins esperados, entre os quais se inserem a inovação do ordenamento jurídico, a generalidade da norma e a coercitividade latente, em harmonia com as diretrizes do sistema normativo vigente, dando plena juridicidade à iniciativa em evidência.

Em outro aspecto relevante, a redação legislativa empregada na elaboração da proposição em exame se encontra ancorada na boa técnica preconizada na Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

No que diz respeito ao mérito, destacam-se os benefícios da adoção do Sistema Cabruca para a sustentabilidade da geração de emprego e renda, oriundos da atividade cacauícola, e para a preservação de significativa parcela do espaço de ocorrência da vegetação primária de Mata Atlântica.

Para ponderarmos a importância desse sistema de exploração agrícola, pelo ângulo da ecologia, sem prejuízo dos resultados econômicos, ressaltam-se os resultados recentes de estudos sobre a biodiversidade e composição florestal realizados no sul da Bahia em que se identificaram mais de 400 espécies lenhosas por hectare, com repercussão altamente desejável sobre a manutenção dos recursos hídricos e a composição da fauna.

Por entendermos que políticas governamentais promotoras da sustentabilidade das atividades econômicas e do meio ambiente devem integrar o planejamento do Estado brasileiro, em seu papel de gerar e gerir riquezas, temos em grande simpatia as diretrizes do PLC nº 100, de 2014.

III – VOTO

Por todo o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2014.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2016.

Senadora ANA AMÉLIA, Presidente

Senador FLEXA RIBEIRO, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 10ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 14 de abril de 2016 (quinta-feira), às 08h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PTB)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PSDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Morais (PP)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PSD)	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)

Recurso



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador José Medeiros

RECURSO N° 9 , DE 2016



Nos termos do artigo 91, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, interpomos recurso para apreciação em Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013, que “dispõe sobre as relações de trabalho do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva e revoga a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993”.

Página: 1/1 11/04/2016 16:29:26

18df1c152e1fd55b5480dc48b618881eed39d47a

Sala das Sessões,

Senador JOSE MEDEIROS
PSD - MT

- ① Re却so Fávico
- ② Paes Paim
- ③ Garibaldi
- ④ Eduardo Fávaro
- ⑤ Regime Sane
- ⑥ João Augusto

R. S. S.
janeiro
G. C. C. E. E. P. D.
M. B. :
J. S. J. .

Eduardo
EDUARDO
AMORIM



Recebido em 12/04/16
Hora: 19:00
J. P.
Marcelo Gomes de Souza - Matr. 256540
SCLSF/SGC/MS



Requerimento**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 300, DE 2016**

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2015, que *“Disciplina a profissão de Agroecólogo”*, seja apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em 19 de abril 2016.

Líder do Governo no Senado

Senador **HUMBERTO COSTA**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

Término de prazos

Encerrou-se no dia 15 de abril o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se no dia 15 de abril o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2008; 313, de 2011; 132, 187, 225, e 303, de 2012; 119, de 2013; 118, de 2014; 730 e 741, de 2015.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2008; 313, de 2011; 187 e 303, de 2012; 118, de 2014; 730 e 741, de 2013, retornam à Secretaria-Geral da Mesa para elaboração da Redação Final e vão, posteriormente, à Câmara dos Deputados.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 132 e 225, de 2012; e 119, de 2013, rejeitados, vão ao Arquivo.

CONGRESSO NACIONAL**Projeto de Lei do Congresso Nacional**

A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, no prazo constitucional, a Mensagem no 144, de 2016, na origem, encaminhando o Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências". (**vide item 2.5 do sumário**)

O calendário de tramitação do Projeto Lei do Congresso Nacional, estabelecido nos termos do art. 92 da Resolução nº 1, de 2006-CN, será publicado.

A matéria será publicada em Suplemento ao Diário do Senado Federal e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

(calendário do PLN 2/2016:)

Leitura: 18-4-2016

Até 23/4 - Prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 30/4 - Prazo para realização de audiências públicas;

Até 10/5 - Prazo para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar;

Até 13/5 - Prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar;

Até 19/5 - Prazo para votação do Relatório Preliminar e suas emendas;

Até 29/5 - Prazo para apresentação de emendas;

Até 3/6 - Prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 3/7 - Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório;

Até 8/7 - Prazo para encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

S/Partido - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 18

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Sandra Braga	AM
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ricardo Franco	DEM / SE
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 14

PT-11 / PDT-3

Acir Gurgacz	PDT / RO
Angela Portela	PT / RR
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Telmário Mota	PDT / RR

Bloco Moderador - 10

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE

Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT
Zeze Perrella	PTB / MG

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Moraes	PP / GO

S/Partido - 3

Delcídio do Amaral	MS
Reguffe	DF
Walter Pinheiro	BA

PMDB	18
Bloco Parlamentar da Oposição	16
Bloco de Apoio ao Governo	14
Bloco Moderador	10
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	10
S/Partido	3
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (S/Partido-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolph Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sandra Braga* (PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (S/Partido-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 14 Líder Paulo Rocha - PT (36,48,67,74) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (34,69,75) Telmário Mota (4,30,41,51,70) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Regina Sousa (40) Líder do PT - 11 Paulo Rocha (36,48,67,74) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,75) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Fátima Bezerra (33,72) Donizeti Nogueira (68) Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,32) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,51,70)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16 Líder José Agripino - DEM (38,62) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (37) Antonio Anastasia (45) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (11,57) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) Aloysio Nunes Ferreira (39) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (38,62) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,77)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder Lídice da Mata - PSB (14,26) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (63,81) Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (63,81) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (66) Roberto Rocha (44,65) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (76) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10 Líder Omar Aziz - PSD (16,53) Vice-Líderes Benedito de Lira (10,15,43,52,56) Otto Alencar (59) Líder do PP - 6 Benedito de Lira (10,15,43,52,56) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (16,53) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 10 Líder Fernando Collor - PTC (5,6,79,84) Vice-Líderes Wellington Fagundes (50,55,83) Elmano Férrer (80,82) Eduardo Amorim (85) Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (80,82) Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (50,55,83) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (85) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,79,84)	PMDB - 18
Governo Líder Humberto Costa - PT (20,25,61,64) Vice-Líderes Hélio José (49,58) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Wellington Fagundes (50,55,83) Telmário Mota (4,30,41,51,70)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),
16. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
38. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
39. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
48. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
52. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
53. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
57. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
58. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
59. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).

61. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
62. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
63. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
64. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
65. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
66. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
67. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
68. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
75. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
76. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
77. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
78. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
79. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
80. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
81. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
85. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Moraes e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(2,17)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. VAGO ^(5,13,16)
 Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁸⁾	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agostini Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agostini Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/04/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

*****. O ato do Presidente nº 8, de 5 de abril de 2016, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de abril de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

Prazo final prorrogado: 27/10/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
 Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹²⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

*****. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
 Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (4)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (5)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
- 4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

5) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6) CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	1. 2.
Maioria (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferreira (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. VAGO (31)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (34)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).

24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).

29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.

30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).

32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).

33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).

34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).

35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾		
Senador Jorge Viana (PT-AC)		1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)		2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)		4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)		5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾		2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾		4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
		5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)		1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)		2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)		1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)		2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾		
Senador Paulo Paim (PT-RS)		1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)		5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾		6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
 Maioria (PMDB)		
Senador Dário Berger (PMDB-SC)		1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)		2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)		3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾		4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾		5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾		
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)		1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾		2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾		3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾		4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)		2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾		
Senador Magno Malta (PR-ES)		1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)		2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMD).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,24)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,24)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO (9)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Notas:	
*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).	
***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).	
****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).	
*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).	
*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).	
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).	
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).	
3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).	
4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).	
5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.	
6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).	
7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).	
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).	
9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios n°s 25 a 29/2016-GLDBAG).	

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)

1. Senadora Angela Portela (PT-RR)

Senadora Regina Sousa (PT-PI)

2. VAGO ⁽³⁾

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

4.

Maioria (PMDB)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)

3.

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

4.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)

1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)

Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾

3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾

Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)

Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)

1.

Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)

2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

(/)

Atualização: 01/03/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.
11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.º 0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 21/03/2012

4^a Designação: 11/03/2013

5^a Designação: 20/05/2014

6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

1^a Designação: 20/12/2013

2^a Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
---------------	------------------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO (4,16,21)	1. VAGO
VAGO (22,23)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,22,23)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristina - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/MA
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº 4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, a Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
23. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, a Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
Deputado Sergio Zveiter (PMDB/RJ)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PMDB/RS (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PTB/PI
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PTB/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI N° 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI N° 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet? Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.



Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

